

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E  
CULTURA NA AMAZÔNIA

**A dinâmica das relações comunitárias na Amazônia:**  
estudo de caso das formas de ajuda mútua praticadas na comunidade  
ribeirinha de Tauarú no município de Tabatinga-Am.

ELANE CRISTINA LIMA DA SILVA

MANAUS  
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E  
CULTURA NA AMAZÔNIA

ELANE CRISTINA LIMA DA SILVA

**A dinâmica das relações comunitárias na Amazônia:**  
estudo de caso das formas de ajuda mútua praticadas na comunidade  
ribeirinha de Tauarú no município de Tabatinga-Am.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

Co-orientadora: Simone Eneida Baçal de Oliveira

MANAUS  
2007

ELANE CRISTINA LIMA DA SILVA

**A dinâmica das relações comunitárias na Amazônia:**  
estudo de caso das formas de ajuda mútua praticadas na  
comunidade ribeirinha de Tauarú no município de Tabatinga-Am.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007.

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_, Presidente  
Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves  
Universidade Federal do Amazonas

\_\_\_\_\_- Membro  
Marinez Gil Nogueira  
Universidade Federal do Amazonas

\_\_\_\_\_- Membro  
Simone Eneida Baçal de Oliveira  
Universidade Federal do Amazonas

S586d Silva, Elane Cristina Lima da.  
**A dinâmica das relações comunitárias na Amazônia:** estudo de caso das formas de ajuda mútua praticadas na comunidade ribeirinha de Tauarú no município de Tabatinga - AM. / Elane Cristina Lima da Silva. Manaus: UFAM, 2007.

149 f.: il. (algumas color.).

Dissertação (mestrado) – UFAM, Manaus, 2007.

Orientador (a): Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves.

Co-orientador (a): Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira.

Área de concentração: Sociedade e Cultura na Amazônia.

1. Populações tradicionais. 2. Ajuda mútua. 3. Comunidades.

I. Universidade Federal do Amazonas. II. Título.

CDD 304.209811

A

Minha família e amigas.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela orientação espiritual que me restaurou a cada dia com sabedoria, sobriedade, persistência e bom humor.

Aos meus pais, pela presença e apoio constante e a quem dedico mais essa conquista.

Aos meus irmãos, Gil pelo auxílio constante, que através de sua profissão me ajudou em toda trajetória, realizando pesquisas, fornecendo livros, e impressões, minha eterna gratidão, sem você seria impossível. E Clésio, pelo auxílio na parte tecnológica, consertando computador sempre que necessário. Obrigada, com vocês eu divido essa vitória.

À minha orientadora Socorro Chaves, pela persistência em continuar o “nosso” trabalho, muitas vezes tendo que superar dores físicas e pressão psicológica em nome do trabalho e da nossa amizade, meu reconhecimento e especial gratidão.

A minha co-orientadora Simone Eneida pelas orientações e incentivo, e a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura pelos preciosos conhecimentos transmitidos que auxiliaram nesta produção científica.

Aos integrantes do Grupo Inter-Ação pelo apoio e incentivo em diversas fases deste trabalho. Obrigada por tudo.

A todos os moradores da comunidade Tauarú pela calorosa e acolhedora recepção que nos foi dada no curto período que fizemos parte de suas vidas. Meu especial agradecimento e desejo de retorno.

As minhas AMIGAS, Célia pelas constantes prova de amizade, presença, incentivo, pela qualificação, calorosas discussões teóricas, e inquietação para saber notícias do trabalho quando não podia estar participando dele; e Mônica, por saber entender cada momento desse processo e me ajudar sempre que possível, sobretudo, quando se fazia necessário largar tudo e ir jogar conversa fora. Obrigada pela amizade que vocês dedicam a mim.

A turma do mestrado, e especialmente a Fran pela caminhada juntas, que não se restringiu a sala de aula, em que se somaram alegrias, aflições, conflitos e a “perfeita” viagem de campo. Obrigada pela tua fé contagiante que me restaurava sempre.

A meus amigos (as), Mirtes, Eudna, Gerson, Jair, Déborah de Jesus, Andréia Cavalcante, Júnior, Michelle e Thassia por fazerem parte da minha vida e nunca desistirem de mim, apesar de tudo.

*São belas e livres todas as formas de  
convivência humana nas quais  
a comunidade não obstaculiza,mas  
favorece o desenvolvimento harmônico  
das faculdades e [a superação dos]  
carecimentos humanos.*

(Heller, 1982)

## RESUMO

O estudo do modo de vida dos diferentes grupos sociais tradicionais que habitam o ecossistema amazônico solicita a compreensão da relação existente do homem com a abundante natureza que o envolve. Partindo desse entendimento, o presente estudo tem por objetivo analisar a dinâmica das relações comunitárias na Amazônia, centralizando nas práticas de ajuda mútua desenvolvidas pelos grupos sociais ribeirinhos de Tauarú, no município de Tabatinga-AM.

A reflexão acerca do tema se orientou a partir de uma abordagem analítica, por intermédio de um estudo de caso de natureza qualitativa, considerando os dados quantitativos coletados a partir de um conjunto de técnicas e instrumentos de pesquisa complementares entre si, como a aplicação de formulários, entrevistas semi-estruturadas, conversas formais e informais, visitas domiciliares e observação direta.

A análise das informações coletadas na comunidade tornou mais evidente as distinções existentes entre os diferentes núcleos comunitários ribeirinhos na Amazônia. Partindo dessa referência, em Tauarú foi identificada uma organização sociopolítica fundada sob as bases da Igreja Santa Cruz e das associações comunitárias de Agricultores e Pescadores, que sustentam as práticas de ajuda mútua desenvolvidas na comunidade.

Em Tauarú, as práticas de ajuda mútua, que acontecem sob as modalidades organizativas de mutirão e ajuri, se destacam pelo seu uso como potencial instrumento para melhoria na qualidade de vida dos comunitários, e expressam uma rede de articulações das diferentes dimensões da vida em comunidade ribeirinha, a qual determina a dinâmica comunitária, com o contexto externo envolvente.

Contudo, ao analisar tais práticas descortinam-se as possibilidades e as alternativas culturais alcançadas pelos grupos ribeirinhos com vistas ao enfrentamento das problemáticas vivenciadas em comunidades na Amazônia, que devem ser tomadas como referências nas formulações de política públicas direcionadas a esses segmentos sociais.

**Palavras-chave:** Populações Tradicionais. Ajuda Mútua. Comunidade.

## ABSTRACT

The study of the way of life of different social groups that inhabit the ecosystem traditional Amazon calls for the existing understanding of the relationship of man with the abundant nature that involves. With this understanding, this study aims to examine the dynamics of community relations in the Amazon, centralizing practices of mutual aid developed by social groups riparian of Tauarú, in the municipality of Tabatinga-AM.

A reflection on the issue is guided from an analytical approach, through a case study of a qualitative nature, considering the quantitative data collected from a number of techniques and tools for search mutually complementary, as the application forms, semi-structured, formal and informal conversations, home visits and direct observation.

The analysis of information collected in the community became more clear the distinctions between the various nuclei riparian community in the Amazon. With such reference in Tauarú was identified sociopolitical an organization founded under the foundations of the Church of the Holy Cross and community associations of Farmers and Fishermen, who maintain the practice of mutual aid developed in the community.

In Tauarú, the practice of mutual aid, which is under the organizational arrangements of group effort and *ajuri*, stand out for their use as a potential tool for improving the quality of life of the community, and express a network of joints of the different dimensions of life in community riverside, which provides a dynamic community, with the external environment surrounding.

When considering such practices descortinam itself on the opportunities and alternatives cultural achieved by groups with views bordering the confrontation of problems vivenciadas in communities in the Amazon, which should be taken as references in the formulation of public policy directed to these social segments.

**Keywords:** Traditional Populations. Mutual Help. Community

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa do Município de Tabatinga-AM .....	63
Figura 02 – A Rua da Amizade no território brasileiro e Calle de la Amistad no território colombiano .....	65
Figura 03 – Comercialização dos grupos ribeirinhos no porto do município .....	68
Figura 04 – O flutuante da Funasa no porto da cidade .....	68
Figura 05 – Porto de Tabatinga .....	68
Figura 06 – Comunidade de Tauarú-Tabatinga .....	72
Figura 07 – A paisagem da comunidade Tauarú .....	72
Figura 08 – Fenômeno de terra caída na comunidade de Tauarú .....	74
Figura 09 – Mapa de localização da comunidade de Tauarú .....	76
Figura 10 – Casa de farinha comunitária .....	77
Figura 11 – Igreja da comunidade .....	77
Figura 12 – Chapéu de palha comunitário .....	77
Figura 13 – As “ruas” que dividem a comunidade de Tauarú .....	78
Figura 14 – As “ruas” que dividem a comunidade de Tauarú .....	78
Figura 15 – As “ruas” que dividem a comunidade de Tauarú .....	78
Figura 16 – Os modelos de habitações na comunidade de Tauarú .....	78
Figura 17 – Os modelos de habitações na comunidade de Tauarú .....	78
Figura 18 – Os modelos de habitações na comunidade de Tauarú .....	78
Figura 19 – A escola da comunidade reformada .....	81
Figura 20 – A escola recém-construída .....	81
Figura 21 – Voluntária no momento da visita .....	86
Figura 22 – O momento da pesagem das crianças na comunidade .....	86
Figura 23 – O momento da pesagem das crianças na comunidade .....	86
Figura 24 – Posto e o agente de saúde da comunidade .....	87
Figura 25 – Telefonia em Tauarú .....	90
Figura 26 – Gerador à diesel da comunidade .....	90
Figura 27 – Casa de farinha comunitária .....	91
Figura 28 – Motor de cevar mandioca comunitária .....	91
Figura 29 – Processo de produção da farinha na comunidade de Tauarú .....	94

Figura 30 – Brincadeiras das crianças .....	110
Figura 31 – A preparação do almoço .....	110
Figura 32 – Jovens na produção de farinha .....	110
Figura 33 – Calendário do Processo Produtivo elaborado em conjunto com os comunitários de Tauarú .....	111
Figura 34 – O processo de colheita da mandioca para produção da farinha em virtude da cheia antecipada deste ano .....	114
Figura 35 – O processo de colheita da mandioca para produção da farinha em virtude da cheia antecipada deste ano .....	114
Figura 36 – O processo de colheita da mandioca para produção da farinha em virtude da cheia antecipada deste ano .....	114
Figura 37 – Atividades desenvolvidas na modalidade organizativa de mutirão e ajuri em Tauarú .....	125
Figura 38 – Limpeza nas proximidades do posto de saúde de Tauarú .....	129
Figura 39 – A convocação, a reunião para o início dos trabalhos e o desenvolvimento da atividade coletiva .....	132
Figura 40 – A convocação, a reunião para o início dos trabalhos e o desenvolvimento da atividade coletiva .....	132
Figura 41 – A convocação, a reunião para o início dos trabalhos e o desenvolvimento da atividade coletiva .....	132
Figura 42 – A refeição coletiva e o desenvolvimento dos trabalhos .....	133
Figura 43 – A refeição coletiva e o desenvolvimento dos trabalhos .....	133
Figura 44 – A refeição coletiva e o desenvolvimento dos trabalhos .....	133
Figura 45 – O desenvolvimento dos trabalhos da ajuda mútua realizado por diferentes grupos domésticos .....	135
Figura 46 – O desenvolvimento dos trabalhos da ajuda mútua realizado por diferentes grupos domésticos .....	135
Figura 47 – O desenvolvimento dos trabalhos da ajuda mútua realizado por diferentes grupos domésticos .....	135
Figura 48 – Esquema que configura as práticas de ajuda mútua em Tauarú .....	136

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Faixa Etária dos Representantes dos Grupos Doméstico de Tauarú .....	102
Gráfico 02 – Município de Origem dos Representantes dos Grupos Domésticos .....	103
Gráfico 03 – Ocupação dos Representantes dos Grupos Domésticos .....	104
Gráfico 04 – Números de Dependentes dos Representantes dos Grupos Domésticos ....	107
Gráfico 05 – Razões pelas quais os moradores gostam do local que habitam .....	115

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01 – Universo pesquisado na comunidade de Tauarú .....	21
Tabela 02 – Informações Gerais sobre o município de Tabatinga .....	62
Tabela 03 – Relação entre Idade e Estado Civil dos Representantes dos Grupos .....	101
Tabela 04 – Renda Mensal dos Representantes dos Grupos Domésticos .....	106
Tabela 05 – Motivos pelos quais os informantes gostam dos moradores da comunidade	116

## LISTA DE SIGLAS

AGROAMAZON	Agência de Agronegócios do Estado do Amazonas
ALCT	Área de Livre Comércio de Tabatinga
CF-SOL	Comando de Fronteira do Alto Solimões
CNBB	Comissão Nacional dos Bispos do Brasil
CNPT	Centro Nacional das Populações Tradicionais
DST	Doença Sexualmente Transmissível
DSEI-AS	Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Solimões
DVD	Digital Versatile Disc
EMBRATEL	Empresa Brasileira de telecomunicações S.A.
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
HGT	Hospital de Guarnição de Tabatinga
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
II	Imposto sobre a Importação
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPI	Imposto sobre os Produtos Industrializados
ISAE	Instituto Superior de Administração e Economia
MEC	Ministério de Educação
OSPTAS	Organização de Saúde do povo Ticuna-Alto Solimões
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SIPAM	Sistema de Proteção Ambiental da Amazônia
UEA	Universidade Estadual do Amazonas

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIAS	
AGRADECIMENTOS	
RESUMO	
ABSTRACT	
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE SIGLAS	
INTRODUÇÃO.....	15
CAPITULO I	
RELAÇÕES DE AJUDA MÚTUA: Embate teórico e práticas socioculturais .....	23
1. Comunidade: Construção do marco teórico .....	24
2. Relação Homem-Natureza e as distintas culturas .....	31
3. As sociedades “tradicionais” na Amazônia.....	37
4. Relações de ajuda mútua: a objetivação do sentimento de comunidade.....	47
4.1 Práticas socioculturais de ajuda mútua desenvolvidas por sociedades tradicionais .....	53
CAPÍTULO II	
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TABATINGA NA TRAMA TRÍPLICE FRONTEIRA E DA COMUNIDADE DE TAUARÚ .....	59
1. Caracterização do município de Tabatinga .....	60
2. Caracterização do <i>locus</i> da pesquisa: A comunidade ribeirinha de Tauarú .....	72
CAPÍTULO III	
AS PRÁTICAS DE AJUDA MÚTUA NA COMUNIDADE TAUARÚ .....	99
1. Perfil dos atores sociais de Tauarú: Promotores da rede de ajuda mútua .....	100
2. A Sociabilidade em Tauarú: componentes que subsidiam as ações de ajuda mútua .....	115
3. Dinâmica interna e externa de Tauarú: as determinações das práticas de ajuda mútua ..	118
4. A rede comunitária de ajuda mútua desenvolvida em Tauarú .....	122
4.1 As características da ajuda mútua em Tauarú .....	130
4.2 As práticas de ajuda mútua .....	131
CAPÍTULO IV	
AJUDA MÚTUA EM TAUARÚ: Instrumento de alcance de direitos sociais .....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143
BIBLIOGRAFIA .....	148
APÊNDICE .....	150

## INTRODUÇÃO

A necessidade de desenvolver estudos sobre a Amazônia a partir da interação entre homem e natureza na atualidade, requer, sobretudo, a realização da análise da conjuntura a nível global. Partindo dessa compreensão, verifica-se a definição de novos paradigmas que se apresentam como desafios que a sociedade contemporânea deve enfrentar.

Os questionamentos acerca dos problemas ambientais, no final do século XX, determinaram a emergência de conhecimentos e práticas voltados para a construção de uma nova direção para o desenvolvimento do planeta, agora sob as bases de sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica e justiça social, sinalizando para a revisão no modo de consumo, apropriação, organização e gestão dos recursos naturais em dimensões mundiais por alguns segmentos da sociedade.

A repercussão da crise sócio-ambiental em esfera mundial incide diretamente sobre os espaços amazônicos, em face de seu singular ecossistema que abriga grande parte dos recursos naturais do planeta, em razão de sua extensão territorial, frente a isso, encontra-se também um mosaico de grupos sociais, que chamam atenção pelo característico modo de vida, que interagem com este complexo sistema natural, por intermédio dos saberes praticando diferenciados modos de manejo dos recursos naturais locais.

Partindo disso, a presente dissertação teve como propósito realizar um estudo analítico sobre a dinâmica das práticas de ajuda mútua no âmbito das relações comunitárias dos grupos sociais ribeirinhos na comunidade Tauarú do município de Tabatinga no Estado do Amazonas.

O estudo partiu da compreensão que a relação dos homens entre si e com natureza no âmbito das comunidades tradicionais é marcada pelas distintas formas de *gestão comunitária* desenvolvidas pelos grupos sociais regionais, gestão essa, que foi entendida no trabalho, como o modo singular de organização sociocultural, através dos quais os núcleos comunitários utilizam e relacionam os recursos locais (sejam eles: recursos naturais, financeiros e humanos) disponíveis em seus territórios.

Partindo dessa abordagem, emergem da gestão comunitária desses grupos sociais diferentes perspectivas como: a) os conhecimentos tradicionais impressos no manejo dos recursos locais; b) as simbologias e mitos que permeiam a relação do homem com a natureza neste contexto c) os conflitos entre os grupos familiares; d) e as potencialidades da comunidade que expressam por meio dos mecanismos e instrumentos coletivos utilizados no enfrentamento das dificuldades que os atingem.

Mediante as relações, correlações e manejo dos recursos locais desenvolvidas pelos grupos tradicionais, o estudo centrou-se em uma potencialidade, objetivada nas práticas de ajuda mútua desenvolvidas pelos atores sociais numa comunidade ribeirinha no contexto amazônico. Para tanto, partiu-se da perspectiva histórica dessas práticas, como elemento fruto da sociabilidade entre os homens, e da identidade cultural que estrutura as atividades de ajuda mútua.

Diante das bases condicionantes das práticas de ajuda mútua - sociabilidade presente na relação e identidade cultural, o estudo compreendeu o conteúdo de solidariedade e cooperação existentes no exercício da ajuda mútua, tendo em vista a dimensão de compromisso e objetivo comum intrínseco às atividades. No contexto dos grupos tradicionais, a ajuda mútua possui elementos facilitadores dessas práticas, como as relações de parentescos, a espacialidade das unidades sociais e as regras internas às comunidades.

As práticas de ajuda mútua desenvolvidas no interior dos grupos sociais tradicionais devem ser compreendidas também como resultado das diferentes determinações que permeiam a relação do núcleo comunitário com o âmbito externo, posto que não se deve perder de vista, a ordem dialética das relações que esses grupos estabelecem com o contexto externo, a nível global, nacional e regional.

Na comunidade de Tauarú em Tabatinga, pôde-se verificar que as atividades de ajuda mútua possuem interface direta com as diferentes dimensões que ordenam o específico núcleo comunitário, ou seja, sua gestão comunitária, que tem a Igreja Santa Cruz, e com isso a religião como uma relevante condutora dos rumos da comunidade. Todavia, para a viabilidade do trabalho, o estudo percorreu uma trajetória metodológica que permitiu o alcance dos objetivos da pesquisa.

## **Caminhos metodológicos da pesquisa: O encontro com a comunidade de Tauarú**

A orientação metodológica do estudo deve ser compreendida inicialmente pela escolha do *locus* da pesquisa, o município de Tabatinga no estado do Amazonas, e consequentemente, a comunidade de Tauarú que se configura como território de interação entre os agentes sociais com o meio ambiente circundante, contendo as teias de relações sócio-ambientais que foram investigadas no referido estudo.

Neste sentido, vale percorrer os caminhos traçados para o encontro da pesquisadora com a comunidade que se tornou *locus* da investigação, com esse objetivo deve-se inicialmente situar o presente estudo como parte integrante de um projeto maior financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM intitulado, *Estudo-diagnóstico sobre o modo de organização da produção pesqueira para implantação de empreendimentos solidários nas comunidades ribeirinhas nos municípios de Coari e Tabatinga/AM* – fase I, que foi desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais e Desenvolvimento de Tecnologias na Amazônia – Inter-Ação<sup>33</sup> em parceria com a Agência de Agronegócios do Estado do Amazonas (AGROAMAZON) no período de janeiro a março/2006. Essa pesquisa possui autorização do Comitê de Ética, sob o protocolo nº 173/06.

A participação e atuação como profissional em diferentes experiências com comunidades rurais desenvolvidas junto ao Grupo Inter-Ação que proporcionou o contato com estes grupos sociais singulares e o acesso a realidade amazônica, foi determinante para a seleção deste *locus* de pesquisa. Tais experiências, incitaram o empreendimento de um exercício investigativo do objeto de pesquisa sobre as práticas de ajuda mútua de Tauarú em Tabatinga, comunidade que se revelou a primeira vista tão particular, talvez por isso tão estimulante no desafio de produzir conhecimento sobre aquela área.

---

<sup>33</sup> Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas que desenvolve um conjunto de experiências com populações rurais na Amazônia, visando a produção e construção coletiva de conhecimentos sobre a região, com intuito de contribuir e promover na melhoria da qualidade de vida das populações amazônicas, bem como produzir subsídios para políticas públicas. Neste sentido, tem propiciado a consolidação de um campo de extensão, pesquisa e estágio importante no processo de formação e capacitação profissional, instituindo espaços de diálogos, sobretudo, na perspectiva de interdisciplinaridade e por meio do reconhecimento e respeito às diversas formas de saber-tradicional & técnico (Chaves, *et al.*, 2004).

O referido projeto de pesquisa foi desenvolvido em 03 (três) comunidades ribeirinhas no município de Tabatinga e 02 (duas) em Coari no Estado do Amazonas, sendo elas: Terezina I, Terezina IV, Tauarú, São Pedro de Vila Lira e Esperança I, respectivamente. Do resultado da FASE I deste projeto, foi gerado um diagnóstico local das comunidades que fundamentaram a elaboração de uma proposta de Plano de Ação para FASE II, cuja coleta de informações foi realizada por intermédio de formulários de entrevistas com questões abertas e fechadas e reuniões com a comunidade, assim sendo, foi consolidado um banco de dados que foi cedido pelo grupo e utilizado no trabalho dissertativo, com o intuito de auxiliar na análise da realidade estudada.

No desenvolvimento do projeto, a metodologia desta proposta teve caráter participativo, com a finalidade de produzir e orientar o uso dos saberes dos comunitários a respeito de si próprios, para que os mesmos consigam “participar da produção desse conhecimento e tomar posse dele” (BRANDÃO, 1990, p. 10-11), proporcionando assim, a construção coletiva de conhecimento.

O término do projeto determinou a sequência da pesquisa para a formulação da dissertação de mestrado, porém, agora impunha a obrigação de um caminhar mais solitário, todavia em muito agradável companhia dos comunitários de Tauarú.

A abordagem metodológica que norteou a presente investigação científica foi de natureza crítico-analítico de caráter qualitativo e quantitativo, buscando adotar uma perspectiva de totalidade no sentido de entender a dinâmica local, por intermédio do estudo de caso para compreender uma pequena parcela da realidade amazônica, sem perder de vista as dimensões históricas, estruturais e globais que as determinam. Para Minayo (1994), esse procedimento consiste em “apreender a analisar os acontecimentos, as relações e cada momento como etapa de um processo, como parte de um todo” (p.12).

O processo metodológico deste estudo teve como finalidade a associação de um conjunto de instrumentos e técnicas de pesquisa articulados e complementares entre si, que proporcionou a orientação, viabilização e operacionalização da investigação para a apreensão da realidade proposta na pesquisa.

O decorrer do processo investigativo teve diferentes momentos, didaticamente separados mais articulados entre si, sendo o primeiro caracterizado pela pesquisa bibliográfica e documental tendo por finalidade a busca e seleção por literaturas e documentos que contribuíssem para a compreensão da realidade investigada, vale destacar, que o levantamento bibliográfico ocorreu em todo processo de realização do trabalho, visto a necessidade de arcabouço teórico que embasasse a realidade pesquisa.

O segundo momento se concretizou com duas viagens a campo, sendo a primeira realizada com o Grupo Inter-Ação, em fevereiro de 2006 para a realização do diagnóstico por meio de formulários aplicados por diferentes componentes da equipe de campo, e a segunda em janeiro e fevereiro de 2007, com a finalidade de coletar e realizar a complementação de dados, este momento, implicou em estadia na comunidade por 07 dias, tendo como objetivo viver o cotidiano de Tauarú e buscar refletir sobre a realidade local.

Nesta viagem foram utilizadas as seguintes técnicas e instrumentos de pesquisa para captação das informações necessárias:

a) Entrevistas Semi-Estruturadas com os comunitários, a partir de um roteiro de entrevista previamente elaborado de acordo com a problemática de pesquisa, assim sendo, essa técnica permitiu a flexibilidade de adicionar questões a partir da realidade vivenciada em campo (HAGUETTE, 2005);

b) Observação Direta das práticas de ajuda mútua, os locais que acontecem as práticas foram visitados, e isso se fez possível a partir da participação da pesquisadora nas atividades produtivas, político-organizativas, religiosas e culturais da comunidade, no período em que esteve em campo, permitindo, a percepção e abordagem dos comportamentos individuais e a vida em grupo daquele núcleo comunitário (idem);

c) Conversas Formais e Informais, essa técnica foi desenvolvida com lideranças, representantes familiares, e outros agentes da comunidade e fora dela, e utilizada para complementar e/ou ratificar as informações coletadas por meio das outras técnicas citadas, tendo por objetivo a qualificação dos dados da pesquisa;

d) Visitas Domiciliares aos moradores da comunidade, que permitiu a aproximação com os comunitários e o acesso ao cotidiano destes, bem como, serviu como facilitador a aplicação das outras técnicas citadas.

Vale ressaltar que, no decorrer da pesquisa de campo e concomitantemente com a aplicação das técnicas e instrumentos de investigação, foi utilizado caderno de campo e recursos áudio-visual e fotográfico, os últimos foram usados somente com a autorização dos informantes da pesquisa.

Para a realização do processo de coleta de informações, fez-se relevante a identificação do público alvo da pesquisa, com isso, a escolha dos informantes da pesquisa partiu dos seguintes critérios:

I. *Os Representantes dos Grupos Familiares* – os provedores dos grupos domésticos. Esses agentes sociais foram selecionados seguindo as seguintes definições: a) ser homem e/ou mulher que tenha acima de 15 anos, faixa etária que compõe uma característica em comunidades rurais para formação de grupos familiares; b) ser responsável em prover ou ajudar no sustento do grupo familiar; c) conhecer e participar da dinâmica organizativa da comunidade;

II. *As Lideranças Formais e Informais da comunidade* – foi adotado como critério de seleção destes sujeitos, o papel de destaque que possui na comunidade e/ou o reconhecimento do papel deste agente social pelos comunitários, como: os representantes da comunidade, das igrejas, agentes de saúde e outros;

III. *Os Interlocutores Externos à comunidade* – estabelecendo como critério, a identificação dos atores sociais (informante-chave) que estabelecem algum tipo de relação com os comunitários e detenha informações privilegiadas sobre a realidade local, como aconteceu com o técnico do IDAM que trabalha na área e foi informante na pesquisa.

O universo da pesquisa alcançado com a aplicação de formulários correspondeu à cerca de 34% do total de 64 grupos domésticos familiares em Tauarú no ano de 2006, conforme pode ser observado na tabela 01:

<b>Viagens de Campo</b>	<b>1ª. Viagem de Campo/2006</b>	<b>2ª. Viagem de Campo/2007</b>
<b>Sujeitos da Pesquisa em Tauarú</b>	<b>Nº de sujeitos /grupos pesquisados</b>	<b>Nº de sujeitos /grupos pesquisados</b>
<b>Representantes dos grupos domésticos</b>	22 formulários aplicados	04 entrevistas
<b>As Lideranças Formais e Informais da comunidade</b>	-	04 entrevistas
<b>Interlocutores Externos à comunidade</b>	-	01 entrevista
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>9</b>

Tabela 01: Universo pesquisado na comunidade de Tauarú

**FONTE:** Base de Dados da Pesquisa POPPE-Interação, 2006; Elane Silva, 2007.

É importante destacar, que a proximidade e o convívio diário com os comunitários, sobretudo na última viagem de campo, resultaram em uma relação de reciprocidade, carinho e confiança que facilitou, sobremaneira, a coleta das informações para o estudo. A intensidade da relação adquirida com os comunitários de Tauarú determinou o acesso a documentos fornecidos pelos próprios moradores, tais como: atas de reuniões das associações locais, registro da fundação da igreja da comunidade, livros que continham informações desde a formação da comunidade, e outros.

O terceiro momento se configurou como a etapa de organização dos dados coletados e realização da análise dos conteúdos obtidos nos diferentes processos da pesquisa, desde o ordenamento das informações do banco de dados do Grupo Inter-Ação, até os dados qualitativos coletados na última viagem de campo. Essa fase, precedeu a quarta e última etapa do estudo, que se consolidou com a elaboração do texto dissertativo.

Contudo, é a partir dessa teia de procedimentos, relações e determinações que o estudo norteou as análises das práticas de ajuda mútua naquele recanto particular da realidade amazônica, para tanto, o trabalho foi seqüenciado em quatro capítulos, sendo eles:

O primeiro capítulo tem por objetivo apresentar o marco teórico que subsidiará a análise das práticas de ajuda mútua na comunidade de Tauarú, por intermédio da seleção das quatro categorias principais do estudo, sendo elas: i) comunidade; ii) sociedades tradicionais; iii) relação homem e natureza mediada pela cultura; iv) ajuda mútua.

O segundo capítulo apresentará o *locus* da pesquisa, realizando uma breve caracterização do município de Tabatinga no estado do Amazonas e os aspectos gerais da comunidade de Tauarú, com a finalidade de situar o cenário em que são desenvolvidas as práticas de ajuda mútua, para subsidiar a compreensão das determinações advindas da relação dos diferentes contextos, e suas conexões.

O terceiro capítulo abordará a análise das práticas de ajuda mútua no contexto da comunidade ribeirinha de Tauarú, que se particulariza a partir de sua gestão comunitária que se funda sob os pilares da forte determinação da Igreja e da organização sócio-política que articulam o manejo dos recursos locais. O último capítulo será dedicado às considerações gerais do trabalho.

Contudo, o estudo compartilha com o pensamento de Edna Castro (1997) que considera prioritário o reconhecimento dessa fantástica diversidade de sociedades e, de concepções específicas, construídas e acumuladas em épocas diversas e em dados territórios.

# CAPÍTULO I

## RELAÇÕES DE AJUDA MÚTUA: EMBATE TEÓRICO E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

---

*Por mais que se conte tanto, sempre é pouco  
o que se conta da vida desses filhos da água.*

(Thiago de Mello)

O presente capítulo tem por objetivo apresentar uma revisão bibliográfica com a finalidade de formular o marco teórico no qual estão inseridas as categorias analíticas que fundamentam o estudo da dinâmica das relações comunitárias na Amazônia, para constituição de um referencial necessário para a análise das formas de ajuda mútua praticadas pelas populações ribeirinhas no município de Tabatinga, no Amazonas.

Para travar esse debate, o capítulo será dividido em quatro partes, sendo a primeira pautada na discussão teórica sobre comunidade, apresentando algumas abordagens (SOUZA, 2004; WAGLEY, 1988; WIRTH, FREYER, PAGE & MACIVER, WEBER, 1973 e outros) que contribuem para as construções teóricas e análise sociológica e antropológica da categoria em questão.

A segunda parte deter-se-á na reflexão sobre cultura como uma parte fundamental da relação homem-natureza, como modo de apreensão de mundo dos distintos grupos sociais, e norteadora das formas de manejo e apropriação do meio natural estabelecidos pelos homens para construção de um modo de vida e reprodução social, partindo da perspectiva de autores como: Morin (2002), Diegues (2000), Moran (1994), Geertz (1978), dentre outros.

O terceiro momento contemplará a discussão sobre as sociedades tradicionais a partir da posição de alguns estudiosos contemporâneos (SALGADO, 2005; CHAVES, 2001; LIMA, 2000; CASTRO, 1997; LEONEL, 1998 e outros) que contribuem com as reflexões sobre o tema, sem perder de vista seu conteúdo com alto teor de abrangência.

A última parte abordará a análise teórica acerca das práticas de ajuda mútua, concebendo estas, como prática social, uma vez que os agentes desenvolvem sociabilidade e, conseqüentemente, ajudam-se mutuamente, sem perder de vista os traços culturais orientadores de tais práticas, haja vista a cultura ser o distintivo dos modos de realização destas, ao se particularizarem de acordo com os grupos sociais que as desenvolvem.

Contudo, nesta parte o estudo enfatizará o referencial acerca das práticas de ajuda mútua desenvolvidas em sociedades tradicionais possuidores de configurações específicas as quais são percebidas como elementos que compõe os diferentes modos de gestão comunitária destes grupos sociais.

## **1. Comunidade: Construção do marco teórico**

A discussão acerca da categoria comunidade indica que a tendência de agregação dos seres vivos determina o que, de modo geral, convencionou-se definir por comunidade: vida grupal, uso comunal, objetivo comum e outros. Assim sendo, a construção de argumentos teóricos e metodológicos sobre o tema exprime um crescente e intenso debate no âmbito das Ciências Sociais.

Partindo na discussão com a Sociologia Sistemática de Ferdinand Tönnies (1973), estudioso que contribui com o conjunto teórico formado pelo pensamento moderno sobre o conceito de comunidade, defendendo a posição da comunidade como uma entidade típico-ideal, cuja essência é a associação, que é percebida como um grupo formado por uma relação positiva ou negativa, enquanto ser ou objeto que age de uma maneira homogênea interna ou externamente. Neste sentido, o referido autor, constrói seu argumento na perspectiva de agregar elementos como: amor maternal, dignidade, encargos, compreensão, vontade comum,

linguagem, e outros, para fundamentar que os seres vivos estão organicamente unidos na vida em comunidade, segundo o autor:

[...] a unidade e a possibilidade de uma comunidade das vontades humanas se apresentam, em primeiro lugar e de maneira mais imediata, nos laços do sangue; em segundo lugar, na aproximação espacial e, finalmente, para os homens, na aproximação espiritual. É nesta classificação, portanto, que devemos procurar as raízes de todas as relações (p. 104)

Conforme Tönnies (1973), a família e seus laços sanguíneos, isto é, o amor da mãe pelos filhos, dos irmãos e do casal, e demais parentes, são formas embrionárias da associação de diferentes formações de comunidade, para o autor, nasce aí, a construção dessas relações como leis principais da comunidade, excetuando as espécies particulares de corporações ou de comunidades religiosas.

A perspectiva de comunidade do estudioso, adota como fundamento os elementos hereditários como princípios básicos da comunidade e os componentes que envolvem as relações sociais nestes núcleos. No entanto, essa abordagem não contempla o meio natural, como agente de interação que possui influência nas relações e processos comunitários, assim sendo, desconsidera os agentes externos que podem influenciar o interior das comunidades.

Todavia, o argumento construído pelo autor deixa sua contribuição, uma vez que destaca as relações parentais no processo de formações das comunidades, elemento que subsidia a constituição desses núcleos sociais, mas que não deve ser entendido independente de suas relações com o ambiente circundante e a cultura.

Partindo de outro enfoque, a territorialidade, como elemento fundante da comunidade, os sociólogos Page & MacIver (1973) concordam que a relação de sexos constitui o tipo primário e essencial nas relações sociais, mas concebem comunidade como uma área de vida social “onde quer que os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos e de modo tal que partilhem, não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida comum” (p. 122).

Para estes autores, as bases da comunidade são a “localidade” e o “sentimento de comunidade”, sendo a primeira entendida como a área geográfica onde são estabelecidos os laços de solidariedade dos diferentes grupos sociais, e a segunda expressa a noção da partilha, tanto de um modo de vida quanto da terra em comum, promovido pelo sentimento de co-participação entre os membros da comunidade.

Page & MacIver (1973) também identificam a associação como elemento primordial para a formação de qualquer comunidade, sendo ela o caminho para o alcance de um conjunto de interesses comuns, além disso, enfatizam a espacialidade como característica fundamental para a constituição do movimento de organização social, expresso também pelo que os autores chamam de sentimento de comunidade.

Estes autores centram sua abordagem na área territorial como base para explicar a comunidade, entretanto, não consideram outros elementos que devem ser analisados como centrais em um contexto característico de vida em comunidade, isto é, os diferentes recursos locais que envolvem os núcleos comunitários, sejam eles: recursos naturais, sociais, financeiros e outros.

Isso posto, vale enfatizar que neste estudo partilha-se a consideração de que a esfera territorial constitui-se como um elemento de base no qual se estruturam as organizações sociais que formam as comunidades. Todavia, essas localidades serão tratadas de acordo com Chaves (2001) como territórios socioculturais, visto que se entende esses territórios como palco de relações sociais envolvidas por uma maneira de viver particular orientadas por princípios e códigos culturais.

Partindo da concepção de territorialidade ora apresentada, Fichter (1973), autor que contribuiu com o arcabouço teórico sobre sociedade na sociologia moderna, defende uma posição semelhante, ao conceber comunidade a partir de uma definição técnica que pressupõe um grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas, que se servem de meios comuns para alcançar objetivos comuns. Deste modo, o autor acredita que a comunidade está, fundamentalmente, ligada ao território, visto que os indivíduos vivem em uma área geográfica determinada, daí possuem consciência de pertencimento tanto em relação ao grupo social quanto ao espaço físico em que vivem, portanto, os membros da comunidade possuem consciência das necessidades dos outros e tendem a cooperação.

Fichter (1973) chama de sociedades simples, os núcleos comunitários de menores portes, como por exemplo, as comunidades ribeirinhas amazônicas, e acena para a perspectiva do território como espaço de proximidade entre seus moradores, ou vizinhança, assim acrescenta que a comunidade tende a ser um sistema social mais forte quando situado em pequenas vilas, distantes das complexidades e da especialização dos grandes centros urbanos modernos.

O ponto de vista defendido pelo referido autor, indica os espaços socioculturais como base para a vivência comunitária. Neste sentido, Fichter (Idem) compreende que estes modelos de comunidade desenvolvidos a partir de áreas com menores proporções territoriais, tendem a fundar organizações com relações sociais mais próximas que levam ao alcance da consciência do bem comum. Assim sendo, a partir da abordagem adotada pelo autor, verifica-se o avanço na discussão sobre os territórios socioculturais, embora este também, não considere outros elementos que compõem o modo de vida comunitário, haja vista que enfoca sua abordagem na busca pelo consenso social a partir da territorialidade.

Entretanto, o estudo tomará como base o entendimento do autor sobre os núcleos comunitários que se encontram nas zonas rurais, atualmente denominados de grupos sociais tradicionais, em contraposição às comunidades dos centros urbanos.

Partindo da perspectiva que preconiza a distinção entre grandes e pequenas comunidades, é importante retomar a discussão de Tönnies (1973) ao explicitar que “sempre se valorizou a vida no campo, porque nela a comunidade é mais forte e mais viva entre os homens: a comunidade é a vida comum, verdadeira e durável” (p. 98), assim reconhece as comunidades rurais como o melhor padrão de vida comunal que perduram até hoje apesar de tantas mudanças em nível nacional e global das sociedades envolvidas.

Neste sentido, Souza (2004) reforça esse pensamento ao declarar que:

[...] o surgimento das metrópoles e o desenvolvimento do meio rural a nível de identificação possível de concentrações populacionais em determinado espaço físico fizeram com que o realce da identidade comunitária fosse trazida para o meio rural (p. 61).

Assim, dando seqüência a esse debate, a sociologia descritiva de Louis Wirth (1973), parte do princípio da transição dos modelos de comunidades a partir do desenvolvimento das sociedades, assim, o mesmo defende a posição que na contemporaneidade, a definição sobre as comunidades humanas que contemplam a perspectiva de vida comunal possuidores de objetivos em comum, torna-se cada vez mais incipiente, posto que a vida tradicional a cada dia cede lugar à civilização tecnológica, assim nascem novas bases de integração social em decorrência, sobretudo, da divergência de interesses.

Para o autor, essa transição é caracterizada pela mudança de *status* para contrato, da passagem da família para o Estado, como forma predominante de organização social, de um grau relativamente alto de auto-suficiência local para uma interdependência internacional,

melhor representada pela mudança da troca em espécie dos mercados locais para o comércio, finanças e política internacionais (Idem, p. 86).

Mantendo a discussão, o autor faz referência à necessidade de ampliação do conceito uma vez que a dinâmica da sociedade moderna estabelece outras diretrizes territoriais, econômicas, sociais, culturais e outras, assim sendo, diversos princípios de dinâmicas sociais incidem no plano local, instituindo então, a necessidade de formulação de novos delineamentos conceituais para uma apreciação mais consistente da categoria e para o estudo dos contextos concretos.

Para tanto, Wirth (1973) entende comunidade como uma dimensão de toda forma de vida grupal, além da simples comunhão entre indivíduos das espécies animais, vegetais e humanas, assim, o autor alicerça sua perspectiva na reafirmação da relação dos prefixos comuns entre comunidade e comunicação, ao concluir que:

Os homens vivem numa comunidade em virtude das coisas que têm em comum; e comunicação é a maneira pela qual passam a possuí-las em comum. Toda comunidade, portanto, tem sempre esses dois aspectos, o de viver-se juntos, de um lado, e o de participar-se de uma vida em comum, de outro (...) Na comunidade humana, entretanto, nunca chegamos a esgotar completamente nosso poder de análise enquanto não tivermos também compreendido a participação dos indivíduos em empreendimento em comum, nas mesmas esperanças e ideais comuns e no mecanismo de comunicação e de interação social, os quais não estão embutidos no organismo, mas existem na linguagem, nos símbolos coletivos, nas leis e costumes, em suma, numa herança social (p. 85).

Portanto, essa formulação acentua o caráter agregador da vida em comunidade, destacando suas relações internas e orgânicas, características das comunidades primitivas e tradicionais, como as relações familiares, o parentesco, os espaços territoriais menores, as relações comerciais de troca, a comercialização local, a participação para um objetivo em comum, e outros, estabelecendo a comunicação como o elemento de transferência da cultura para a organização do tecido social. Enfatiza ainda, a transição desse modelo, tendo em vista a dinâmica social contemporânea, cujo processo histórico das sociedades, determinaram outras configurações de comunidades.

Wirth (1973) avança nesta discussão ao conceber a relação entre natureza, sociedade e cultura, como partes integrantes, influentes e fundantes da comunidade, compreendendo que todo grupo social se encontra preso a laços territoriais, físicos, ecológicos e sócio-psicológicos. Deste modo, o estudioso acena para uma possibilidade de comunidade inserida em um contexto local de relação homem e natureza, sem perder de vista as determinações globais.

Apesar disso, a concepção de transição deve ser ponderada, uma vez que devem ser identificadas as formas de resistências estabelecidas pelas sociedades que possuem modos de existência pautados na vida em comunidade, sobretudo no âmbito rural, todavia, essa passagem deve ser considerada parcial e não total, tendo em vista que uma parcela desses segmentos sociais afirmam e reafirmam sua identidade política como grupos sociais tradicionais que são portadores de distintos modos de apropriação dos recursos da natureza.

A dimensão cultural citada por Wirth (1973), possui destaque na discussão sociológica de Freyer (1973), visto que este acredita que o retorno à história das culturas humanas, caracterizado pela não dominação de um grupo social sobre o outro, determina o patrimônio cultural, tanto material como espiritual, que existe intacto e total como propriedade em cada um dos diversos membros das formações sociais humanas, assim sendo, segundo o autor, o principal patrimônio cultural constituinte da comunidade é o idioma, tendo em vista que este perpetua a cultura, assim como estrutura na sua totalidade uma comunidade.

Assim sendo, para o sociólogo de tradição clássica Freyer (1973), a comunidade é compreendida como uma lei estrutural determinada pela ordem social: “Um mundo vital, que é essencialmente unidade e que circunda os homens de um horizonte comum, reúne o grupo inteiro em um grande ‘nós’. Este mundo constitui o espaço inevitável em que todos vivem e que, ao mesmo tempo, vive em todos, o espaço que imprime sua marca em todos e ao qual todos se acham vinculados” (p. 134). Essa unidade fundamentada no “nós” e idiomática tem por características principais sua renovação constante, por meio da sucessão das gerações, e a sobrevivência frente às mudanças que a envolve, isto é, suas formas histórica e atemporal.

Este autor defende o argumento da unidade social idiomática, entretanto, deve-se enfatizar as especificidades dessas organizações sociais e advertir quanto a premissa do permanente consenso no interior dos grupos sociais, tendo em vista que nem sempre os comunitários estão envolvidos num objetivo comum, e/ou no sentimento de “nós”. Embora predomine o acordo entre os comunitários, o que tem sido observado em trabalhos realizados em comunidades na Amazônia<sup>1</sup>, é a existência também da discordância entre os agentes sociais, o conflito entre grupos familiares, e outras manifestações de desacordos no interior desses núcleos comunitários.

---

<sup>1</sup> Ver estudos do Grupo de Pesquisa de Estudos Sócio-ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia – Inter-Ação: Chaves, 2004, 2006; Silva, 2002-2003.

Partindo de uma perspectiva mais ampliada de comunidade, que privilegia a relação homem e natureza, Charles Wagley (1988), em sua definição de comunidade, enfatiza os preceitos culturais como norteador da vida dos grupos sociais humanos, como expressão local das estruturas sociais mais amplas, neste sentido afirma que:

É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade. Todas as comunidades de uma área compartilham a herança cultural da região e cada uma delas é uma manifestação local das possíveis interpretações de padrões e instituições regionais (p. 44).

Convergindo neste sentido, e frente aos pressupostos ora apresentado, o estudo adotará a perspectiva de comunidades menores em sociedade rural, e concebe comunidade de acordo com os autores que acenam para a conexão homem (cultura) e natureza como elementos fundantes da vida em comunidade. Nesta direção, partilha-se o entendimento posto pela estudiosa sobre comunidades rurais da Amazônia Chaves (2001), ao afirmar que a comunidade “é composta por um conjunto de relações/intercâmbios de produção e político-organizativo dos homens entre si e com a natureza e, também das determinações externas cuja combinação institui um recanto de vida e de trabalho (...) espaço de construção de identidades sociais, de projetos comuns, mas também de manifestação da diversidade” (p. 77).

Este ponto de vista pressupõe a constituição da comunidade como unidade aberta e núcleo de interação como outras comunidades e sociedades, assim como enfatiza as manifestações internas entre seus agentes sociais e com a natureza, contudo não perde de vista as estruturas globais que incidem nas dinâmicas locais das comunidades.

Esta perspectiva amplia as possibilidades do estudo sobre comunidade, bem como contempla os elementos essenciais dessa categoria analítica, sem perder de vista as contribuições e abordagem que se apresentam no debate acerca desse tema na atualidade.

A tomada de orientação pelo arcabouço teórico que destaca as comunidades rurais e a busca pela ampliação do conceito, deve ser entendida como o esforço de fundamentar e expandir o conhecimento sobre o modo específico de vida tradicional que se consolida sob bases de agrupamentos sociais comunais, que estabelece o manejo dos recursos locais por intermédio da gestão comunitária, sendo, portanto, necessário tal processo uma vez que a comunidade se apresenta como o *locus* do referido estudo.

Contudo, o destaque dado ao papel da cultura na relação homem e natureza que representam a gênese de determinadas formações comunitárias humanas, remete a outra categoria que também contribui no quadro de abordagens teóricas relativos ao tema.

## **2. Relação Homem-Natureza e as distintas culturas**

As ciências da natureza, assim como os estudos sobre as distintas culturas humanas apresentam diferentes correntes de pensamento que tentam explicar a relação do homem com a natureza. Os estudos sobre a natureza, considerados como os primeiros para a explicação do mundo, foram estabelecendo as abordagens iniciais sobre esta relação, assim emergiram diferentes postulados que apontavam para direções distintas, sendo elas: o determinismo do ambiente sobre os grupos sociais e suas culturas; a adaptação humana ao meio natural; e, em última instância, a natureza como obstáculo para as possibilidades humanas.

Segundo Morán (1994), a perspectiva que determina o poder hegemônico da natureza sobre os grupos humanos, que perdurou do século XVIII até início do XX<sup>2</sup>, estabelecia que a condição geoclimática seria a responsável pelo comportamento dos habitantes de determinadas áreas, e assim foram se desenhando zonas de poder e acreditando-se que determinados indivíduos eram geneticamente superiores a outros, tais teorias serviam para determinar posição e instituições de domínio entre os países, assim como para estabelecer políticas que legitimasse e assegurasse essa dominação.

A abordagem da adaptação do homem ao meio natural, mencionada por Morán (1994), centrava-se na teleologia e a causalidade na natureza e propunha estágios de progressão às sociedades humanas, portanto, a cada estágio os seres humanos adquiriam maior controle sobre os recursos e tornavam-se mais independentes do poder que o meio ambiente exercia sobre os agentes sociais.

A perspectiva que aborda a natureza como obstáculos para o desenvolvimento do homem, pressupunha o meio ambiente como fator de restrição ou limitação para os seres humanos, assim este entendimento concebe a natureza como um fator relativamente estático que impede o crescimento humano ou o desenvolvimento de determinadas ações, sob esta ótica os grupos humanos não exploram seu hábitat ao máximo e, quando o fazem os fatores ambientais limitam a sua capacidade de proliferação (MORÁN, 1994).

---

<sup>2</sup> O estudo não busca apresentar suas abordagens teóricas a partir de uma linha cronológica, mas irá se referir ao contexto histórico apenas no que ele é importante para a explicação no desenvolvimento das teorias abordadas.

Assim, a partir das abordagens ora apresentadas das ciências da natureza sobre as determinações do homem sobre a natureza ou vice-versa, emergem na discussão os estudos das Ciências Humanas, sobre as diferentes culturas e com isso as distintas perspectivas que apontam as possibilidades de outras relações dos grupos sociais com o meio natural.

Franz Boas (*apud* MORÁN, 1994), com seu possibilismo histórico, corrente que se contrapunha aos deterministas, acreditava que os seres humanos utilizam o que precisam da natureza, partindo de decisões culturais, entretanto, não é a natureza que estabelece a modalidade de uso a ser realizado pelos grupos sociais, neste sentido a cultura alcança primazia sobre a natureza.

No fervor das discussões sobre o determinismo ecológico no âmbito das Ciências Naturais, emerge nas Ciências Humanas uma repulsa quanto à idéia de ação mecânica das forças naturais sobre a humanidade puramente receptiva, e assim, outros estudiosos partilhavam da visão de Boas (1858-1942) de ação seletiva e não casual da cultura sobre o meio natural.

Para Sahlins (*apud* MORAN, 1994, p. 61), outro estudioso do âmbito das Ciências Humanas, “uma cultura confere importância a determinadas condições externas”, ou seja, “explorando determinadas possibilidades e limites ao desenvolvimento, para o qual as forças decisivas estão na própria cultura e na história da cultura” (SAHLINS *apud* LARAIA, 1995, p. 24).

Partindo desses princípios, a discussão inicial no campo das Ciências Humanas foi conduzida no sentido da atribuição aos agentes sociais o encargo de apropriação da natureza conforme suas possibilidades e técnicas presentes nas diferentes culturas, as quais explicavam o mundo de distintas maneiras, comumente recorrendo a interpretações divinas.

O início do século XIX trouxe consigo as idéias de Lineu que originou na Antropologia o processo que consistia em “(...) derrubar o homem de seu pedestal sobrenatural e colocá-lo dentro da ordem da natureza” (LARAIA, 1995, p.28). Este pensamento foi ganhando força com o possibilismo histórico e seus seguidores como Kroeber (1876-1960) ao defender a idéia de “que os indivíduos estavam totalmente subordinados ao meio cultural, e que o padrão cultural subordina os indivíduos e atua como agente de forças culturais inevitáveis” (KROEBER *apud* MORAN, 1994, p. 61). Tais premissas representavam o crescente afastamento entre o domínio natural e o cultural, estabelecendo também o determinismo cultural.

Estudos antropológicos contribuíram sobremaneira com os debates sobre a relação da cultura com a natureza, demarcando algumas teorias como os trabalhos de Julian Steward (1950) da chamada Ecologia Cultural, que postulava uma relação entre recursos ambientais, as tecnologias disponíveis para o alcance da subsistência, e o comportamento necessário para aplicar a tecnologia nos recursos do ambiente, priorizando assim, não o homem, nem a natureza, mas a utilização dos recursos para assegurar a demanda de subsistência dos grupos sociais.

Para Stewart (*apud* MORAN, 1994), “[...] o impacto imediato do ambiente sobre o comportamento diminuía à medida que a complexidade tecnológica aumentava a capacidade humana de modificar o ambiente” (p. 68), daí a capacidade de adaptação do homem em desenvolver distintas estratégias em diferentes e limitantes ambientes para alcançar sua subsistência.

As críticas, manifestadas em relação às abordagens iniciais da Ecologia Cultural referem-se ao destaque dado a subsistência, perdendo de vista alguns elementos como os símbolos, mitos e outros fatores essenciais para adaptação dos seres humanos em determinados ambientes. Neste sentido, segundo Moran (1994), com o passar dos anos e orientados por trabalhos de Geertz (1963) e Rappaport (1968), Steward ampliou o campo da Ecologia Cultural para inclusão de características da política, religião, militar e estética da cultura (p. 70).

Outra concepção que se apresenta para explicar a relação homem/natureza nas Ciências Humanas, é a Antropologia Ecológica que considera a sociedade como um subsistema de uma totalidade mais ampla, o ecossistema, onde os homens, animais e vegetais mantêm relações bioenergéticas. Nesta perspectiva quantificam-se os efeitos relativos ao consumo calórico e de energia empregados em atividades de subsistência, a capacidade de suporte dos ecossistemas e outros. Segundo essa abordagem a adaptação é determinada como mecanismos pelos quais os organismos ou grupos de organismos, mediante mudanças sensíveis em seus estados, estruturas e composições se mantêm em estado homeostático durante as flutuação ambientais a curto prazo e mudanças a longo prazo, na composição e estrutura do ambiente (DIEGUES, 2000, p. 77). Tal perspectiva destaca como característica a união de biólogos de comportamento humanos e cientistas sociais, aliança que se consagrou como um avanço para os estudos desta área.

Assim, tendo como orientador o mosaico de abordagens antropológicas ora apresentadas, que deixam de lado aspectos do mundo simbólico dos grupos sociais, o estudo

destaca a perspectiva Antropológica Neomarxista, cujos maiores expoentes são Maurice Godelier, Meillassoux e Terray, que incorporam aos seus marcos teóricos, os mitos e representações que os grupos sociais possuem do ambiente que os envolve. Esta corrente enfatiza ainda dois aspectos importantes, o de modo de produção e reprodução social, ao mesmo tempo em que revelam a ênfase na dimensão econômica desta abordagem.

Neste sentido, Godelier (1984) levanta a discussão sobre a degradação ambiental que algumas sociedades realizam e outras não sobre o mesmo meio natural, assim assume a posição de defesa do uso dos recursos naturais realizado pelas populações tradicionais, por não terem incorporado a lógica mercadológica da produção capitalista. Deste modo, o manejo dos recursos locais somente pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da sociedade do capital (*apud* DIEGUES, 2000).

Destacando essa concepção como fundamental para a análise das sociedades tradicionais, o estudo adotará essa linha de abordagem tendo em vista a amplitude da mesma, que permite abranger a percepção de elementos essenciais relativos ao modo de vida dos grupos sociais sujeitos do estudo, como as representações sociais e o mundo simbólico que os agentes sociais são portadores e que os incorporam em sua vivência coletiva.

A importância desse destaque se sustenta na perspectiva da construção de um sistema de representações e símbolos, enfatizado por Godelier (*Idem*), que apóiam as bases de reprodução da vida material dos grupos sociais tradicionais, uma vez que o domínio espiritual e subjetivo regula a ação do homem com o meio ambiente e pertence a um conjunto de conhecimentos transmitidos de geração a geração que determina um específico manejo dos recursos locais, diferenciando essas sociedades de outras.

Entretanto, as reflexões acerca da influência da cultura na interação dos grupos sociais humanos com a natureza perpassam também, por diferentes abordagens conceituais sobre essa categoria, assim sendo, no âmbito das Ciências Sociais para Charon (*apud* SALDANHA, 2005) a cultura é uma perspectiva de mundo em que os indivíduos passam a partilhar saberes e práticas quando interagem com outros ao longo do tempo, concebendo para cada grupo social uma visão de mundo específica, partindo desse pressuposto o autor acrescenta que:

O conjunto das práticas sociais e culturais exprime os valores e os sentimentos vividos por um determinado grupo social. A estrutura social nos posiciona e nos confere papel, identidade, perspectiva, poder, privilégio e prestígio. A cultura nos diz em que acreditar; ela nos dá nossas verdades, valores, objetivos e normas (CHARON *apud* SALDANHA, 2005, p.28)

Sobre a presente compreensão, entende-se que a cultura orienta as ações dos indivíduos em sociedade estabelecendo identidade sociocultural a seus agentes, que compõe a identidade coletiva do grupo, por meio da relação que se dá no campo das idéias e na realidade concreta das práticas dos homens entre si e com a natureza (SALDANHA, 2005).

Sobre a dimensão cultural, Geertz (1978) afirma que “a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um (...) e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais” (p.65). Portanto, a cultura estabelece por meio de mecanismos simbólicos o controle do comportamento dos indivíduos no interior do grupo social, e essa direção os torna coletivo, assim:

(...) a cultura pode ser melhor compreendida não apenas como complexos esquemas ou pautas de condutas (costumes, hábitos, tradições), mas sim como uma série de mecanismos de controles (planos, receitas, regras, instruções ... programas) que governam, modelam e dirigem a conduta (GEERTZ *apud* SALDANHA, 2005, p.27)<sup>3</sup>.

Portanto, essa abordagem colabora no sentido de instrumentalizar a realização da abordagem analítica do presente estudo, à medida que explica a cultura como o orientador das práticas, condições, valores e leis coletivas de cada grupo social, ou seja, do ordenamento e organização das sociedades. Da mesma maneira orientará o estudo na perspectiva da compreensão dos diferentes e específicos mecanismos de gestão comunitária contidas no interior dos grupos sociais tradicionais que estabelecem vínculos diretos com a natureza.

Edgar Morin (2002) contribui nesse debate, ao defender a perspectiva de reciprocidade entre cultura e sociedade, que segundo o autor perpassa pelas relações e representações que os grupos sociais fazem da natureza circundante, ou seja, dos recursos

---

<sup>3</sup> Tradução Livre: “(...) la cultura se comprende mejor no como complejos de esquemas o pautas de conduta (costumes, hábitos, tradiciones), sino como una serie de mecanismos de control (planes, recetas, reglas, instrucciones... programas) que gobiernan, modelan y dirigen la conduta” (GEERTZ *apud* SALDANHA, 2005, p.27).

naturais para sua manutenção e reprodução social, deste modo criam e recriam as sociedades de acordo com esses processos e relações de influência mútua.

Nesta mesma direção Leonel (1998), citando Escuret acrescenta que “(...) vizinhos, e outras influências culturais, fazem parte do ambiente, assim como o ecossistema” (p. 17), admitindo a relação de influência de diferentes culturas e sociedades em distintos ecossistemas e ambientes, ou seja, refere-se ao processo de perdas e ganhos sócio-culturais entre múltiplos grupos sociais.

Mediante o estudo da cultura e suas determinações, Leff (2000) contribui com a discussão contemporânea sobre manejo integrado de recursos, explicita que as práticas produtivas e manejo dos recursos da natureza estão sujeitos, além das técnicas e dos meios de produção das sociedades, aos domínios das condições sociais de sua aplicação e das suas funções culturais, ou seja, dependem do modo de vida dos grupos sociais.

Neste sentido, Leff (2000) compartilha do ponto de vista da influência dos códigos culturais como fundadores dos saberes e práticas que orientam o manejo dos recursos naturais, e defende que suas distinções dependem de cada grupo social, considerando que os mesmos incidem nas diferentes formas de utilização dos recursos da natureza.

Por fim, ao tomar como base na discussão dos autores, entende-se que o manejo dos recursos locais de maneira tradicional determina um modo de vida específico, que conforme já visto, se encontram no âmbito rural dos centros urbanos e industriais, e são conhecidas na atualidade, genericamente como sociedades tradicionais.

### **3. As sociedades “tradicionais” na Amazônia**

As sociedades configuradas como tradicionais se encontram ainda imersas em um intenso debate conceitual acadêmico-científico acerca da precisão do significado dessa categoria. Apesar disso, o estudo utilizará a designação no sentido de identificação política e jurídica de determinados grupos sociais, de reafirmação de direitos e de direcionamento de políticas públicas<sup>4</sup> a esses segmentos sociais. Para tanto, tomará como base teórica, alguns estudiosos contemporâneo da área, sendo eles: ALMEIDA, 2006; SALGADO, 2005;

---

<sup>4</sup> Em 1992, foi criado o Conselho Nacional de Populações Tradicional, no âmbito do IBAMA, através da Portaria/IBAMA.N.22-N, de 10 de fevereiro de 1992 que cria o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT. Em dezembro de 2004, por pressão dos movimentos sociais, o governo federal decretou a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais com vistas a implementar uma política nacional especialmente dirigida para tais comunidades (ALMEIDA, 2006, p. 22-23).

DIEGUES, 2001; CHAVES, 2001; LIMA, 2000; ALMEIDA, CUNHA, 1999; CASTRO, 1997.

No entanto, na tentativa de identificar os segmentos sociais tradicionais, Diegues *apud* Salgado (2005), os distingue como:

(...) grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos (...) Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sítiantes e roceiros, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas (Idem, p. 29).

Contribuindo com a discussão posta por Diegues, Almeida (2006) atenta para o fato da incorporação da expressão “populações tradicionais” na legislação competente do país<sup>5</sup>. No entanto, o referido autor acredita que tal fato, não significou o respeito às reivindicações dos movimentos sociais oriundos dos grupos, ditos tradicionais, não resolvendo desse modo, os conflitos e tensões em torno da apropriação e do uso comunal dos recursos da natureza dessas sociedades nos distintos ecossistemas brasileiro. Sobre a identidade sociopolítica desses atores e suas unidades sociais, o mesmo autor argumenta que

[...] o fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a um povo ou a um grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas face ao Estado... (p. 26).

Sob esse ponto de vista, permite-se fazer na abordagem a configuração atual das sociedades tradicionais (indígenas<sup>6</sup> e não-indígenas) que, segundo Leonel (1998), foram sendo construídos sob as bases de mudanças e confrontos, e é na diversidade destas configurações sociais (e culturais) que devem ser compreendidas, como as populações ribeirinhas e extrativistas, os colonos e garimpeiros, e outros.

---

<sup>5</sup> “A Lei n.9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art.225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional e Unidades de Conservação da Natureza, menciona explicitamente as denominadas ‘populações tradicionais’ (Art. 17) ou ‘populações extrativistas tradicionais’ (Art. 18) e focaliza a relação entre elas e as unidades de conservação (área de proteção ambiental, florestal nacional, reserva extrativista, reserva de desenvolvimento sustentável)” (ALMEIDA, 2006, p. 22)

<sup>6</sup> O estudo não contemplará as sociedades tradicionais indígenas, mas as populações ribeirinhas, entretanto parte-se do entendimento que estas, possuem raízes socioculturais, herança dos grupos sociais indígenas.

Outra questão que se apresenta neste debate, é a controvérsia conferida à nomenclatura “tradicional”, à qual se pressupõe em oposição ao moderno, este como, sinônimos de urbano, de metrópoles, de sociedade do consumo, de tecnologia (high tech), argumento que conduz a equívocos de interpretação e que desvirtua o sentido da expressão, de manutenção e reprodução de específicas e plurais configurações socioculturais, que não perde de vista a dinâmica de outras sociedades as quais influenciam-se mutuamente. Neste sentido, Roué (1997) explicita que:

O uso da palavra “tradicional”, restando a evolução das culturas e das populações, que contudo se transformam, foi com razão criticado. O perigo de uma visão ingênua e dicotômica, onde se tem de um lado a modernidade e, de outro, a tradição, existe (p. 195).

Tomando a mesma orientação, Leonel (1998) concorda com Roué (1997) ao enfatizar, que os discursos sobre os modos socialmente diferenciados de uso dos recursos naturais devem tomar o cuidado necessário para a não idealização do bom selvagem (*beau sauvage*) conferidas aos grupos sociais tradicionais, o que leva o risco da sacralização destes, sob o ponto de vista da relação de reciprocidade com a natureza no uso de seus recursos e da adequação na utilização de tecnologia apropriadas que ocasiona o baixo impacto aos ecossistemas, características que devem ser analisadas, mas que não justificam a terminologia e a generalização. Desse modo, vale enfatizar que no estudo será adotada a posição dos autores ora citados, que preconizam o argumento de evitar sucumbir à armadilha de recorrer ao erro frequente da sacralização dos grupos sociais tradicionais.

Partindo da argumentação dos grupos sociais como agentes políticos, Almeida (2006) orienta no sentido de que a expressão “tradicional” não se reduza ao passado, uma vez que tais sujeitos sociais “(...) incorporam as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização<sup>7</sup>” (p. 25), destacando o poder de mobilização social e política desses grupos sociais.

---

<sup>7</sup> Segundo o autor este conceito “refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias (...) São estas referidas unidades que, nos desdobramentos de suas ações reivindicativas, possibilitaram a consolidação de movimentos sociais...” (p.25).

Vale destacar no âmbito deste debate, os níveis de mobilização social alcançadas pelos grupos sociais tradicionais, que de acordo com as dinâmicas destas organizações sociais, geram avanços ou atrasos no processo de transformação social, assim, cabe também a observação da tendência a prevalência da diversidade e da não homogeneização dos grupos tradicionais e, fundamentalmente, do *devir* histórico.

As características pertinentes ao modo de vida das sociedades tradicionais que vivem em comunidades, sobretudo no meio rural, considerando que a história da humanidade revela que após o domínio da agricultura como principal fonte de riqueza social – início do século XVIII, constitui-se num processo que abriu caminho para a introdução do sistema fabril de produção, devido a acumulação de capital proveniente do setor agrário e o excedente de mão-de-obra. Entretanto neste período de profundas transformações, que mudaram o rumo do desenvolvimento socioeconômico em nível global, desenhava-se definitivamente a divisão do que veio a se constituir em dois setores produtivos distintos, a agricultura e a indústria, assim como, na constituição de sua espacialidade geográfica/territorial, o campo e a cidade (GUIMARÃES, 1982).

Diante o exposto, creditar a distinção entre as organizações socioculturais tradicionais e as sociedades urbanas/industriais a meras nomenclaturas territoriais estabelecidas em decorrência de um sistema socioeconômico, tendo em vista que essa observação remete na atualidade a essa configuração espacial, denominada de rural, conduz ao erro do reducionismo, uma vez que não é apenas a proximidade espacial com o meio natural que diferenciam as duas sociedades, mas a relação desenvolvida pelos grupos sociais tradicionais com o meio circundante, isto é, a natureza dos conhecimentos e saberes imprimidos pelas sociedades no uso dos recursos naturais, que institui o elo da relação e interação que o homem estabelece com o ambiente (GODELIER *apud* DIEGUES, 2000).

No entanto, essa prerrogativa serve para subsidiar as contradições e imprecisões inerentes aos significados e apreciações acerca das chamadas sociedades tradicionais, considerando que reafirma uma posição de menor importância destes frente a sociedade hegemônica do capital, em decorrência de sua localização geográfica, distantes dos grandes centros e mercados capitalistas, embora integradas ao circuito do capital.

Todavia, segundo Godelier (1981), a essência da distinção entre as sociedades tradicionais (não capitalistas) e a urbana/industrial se fundamenta no modo de utilização dos recursos da natureza, e isto se constitui a partir de racionalidades intencionais diferentes.

Diante disso, a relação das sociedades tradicionais com a natureza, que Diegues (2000) chama de simbiose é o suporte dessa distinção, e fator determinante das representações sociais instituídas por estes grupos sociais com o meio natural, que compreende os símbolos e mitos impressos por intermédio dos conhecimentos, saberes, habilidades e práticas impressas no manejo dos recursos naturais.

A respeito da relação com a natureza que esses grupos sociais estabelecem, Damatta (1986) exemplifica, o respeito pela vida que as sociedades indígenas expressam em sua dinâmica sociocultural, ao afirmar que os animais são seres incluídos na formação e discussão de sua moralidade e sistema político, com isso respeitam todos os tipos de vida, não somente a vida humana, a partir disso compreendem o significado dos elos que ligam todo o mundo, e é por isso que “suas histórias são povoadas de animais que falam e homens que se transformam em animais (p.35)”. Partindo dessa posição não utilitária da natureza, Leonel (1998) acrescenta que:

O uso diferenciado dos recursos naturais pelas sociedades das florestas tropicais é um modo de ser e de ver diferente, não apenas um conjunto de técnicas isoláveis, mais ou menos sofisticadas. O elo é a integração em que encontram com os outros seres, resultando em uma dimensão maior dos limites, pela intimidade com o ambiente (p.220).

A respeito da existência de seres animados e/ou inanimados no universo tradicional, que é denominado por Morán (*apud* Diegues, 2000) de bio-antropomórficos, apresenta-se a dimensão cosmológica desse modo de vida, perpassados por mitos e símbolos, que contraria as explicações meramente cartesianas da civilização moderna. Os campos simbólicos e mitológicos expressos no modo de viver tradicional determinam a representação de mundo que orienta e ordena o manejo dos ecossistemas que envolvem esses grupos sociais, imprimindo marcas nas diferentes esferas (econômico, social, cultural, ambiental entre outras) da vida dessas sociedades.

Na discussão sobre os mitos e símbolos ora apresentada, deve-se destacar que existem componentes característicos no modo de vida tradicional que a sociedade que vive sob a égide do sistema capitalista de produção não consegue conceber em seus moldes, em decorrência das finalidades dessas sociedades que não convergem entre elas.

Sendo assim, pode-se estabelecer em linhas gerais, a diferenciação que separa as sociedades tradicionais das modernas quais sejam, de um lado uma sociedade com finalidades

de acumulação de capital, isto é, aquisição de lucro, cujos meios ocorrem por intermédio da exploração das forças produtivas, próprias da contradição de classes do sistema capitalista, e da transformação dos recursos naturais em mercadorias por intermédio do investimento em Ciência e Tecnologia, que resulta no avanço tecnológico fundamental para o “domínio” do mundo natural e que sustenta o sistema de mercado. E de outro, um sistema de organização socioeconômico, denominado de tradicional, que somente pode ser entendido dentro de uma lógica social específica, emergente de um modo de vida que se constitui da articulação entre distintos âmbitos (produtivo, cultural, religioso, simbólico e político) que fundamentam a relação desses grupos com o meio ambiente circundante, cuja finalidade não é de acumulação, mas de auto-abastecimento para reprodução física e social de seus agentes sociais, isto alcançado por intermédio do uso de técnicas e tecnologias tradicionais apropriadas ao meio ambiente e adequadas às finalidades dos grupos<sup>8</sup>.

Marx (2003) analisando o desenvolvimento desse processo produtivo no contexto inglês do séc. XIX, recorre a Buret para ratificar que:

A indústria encontrou-se até agora na situação de uma guerra de conquista; “esgotou as vidas dos que formavam o seu exército com a mesma indiferença dos grandes conquistadores. O seu objetivo foi a posse da riqueza, não a felicidade dos homens”. “Estes interesses (isto é, os interesses econômicos), quando totalmente abandonados em si mesmo [...] têm necessariamente de entrar em conflito; não possuem outro árbitro além da guerra, e as decisões de guerra atribuem a derrota e a morte a um lado e a vitória ao outro [...] é no conflito de forças opostas que a ciência busca a ordem e o equilíbrio” (p. 79).

A perspectiva do século XIX, extremamente atualizada dois séculos depois, apresenta a eminente guerra expressa neste sistema econômico, que se (re)atualiza e se (re)configura no decorrer das décadas, posto que necessita de diferentes configurações para sua manutenção e sobrevivência nas diferentes conjunturas por que passa no desenvolvimento sociohistórico, sem perder de vista seus objetivos (acumulação de capital) e os meios de alcançá-los (exploração do homem entre si com aportes da Ciência e da Tecnologia) (CHAVES, 2001).

Ainda explicitando o modo de vida de algumas sociedades tribais na Amazônia e apontando as diferenças com as modernas civilizações, Leonel (1998) afirma que:

---

<sup>8</sup> Sobre o modelo tradicional de sociedade, ver: ALMEIDA, 2006; SALGADO, 2005; DIEGUES, ARRUDA, 2001; CHAVES, 2001; LIMA, 2000; ALMEIDA, CUNHA, 1999; CASTRO, 1997.

(...) a mentalidade colonizadora surpreende-se quando um grupo humano de floresta dilapida entre seus parentes o resultado de uma safra. O que escandaliza o etnocentrismo é sua própria incompreensão de que, na floresta tropical, todos os dias, ou todos os momentos, são de colheita. O armazenamento de grãos perecíveis é para eles inconcebíveis, pois cabe à natureza garantir sua reprodução (p. 217).

Neste sentido, evidencia-se a lógica de apropriação dos recursos naturais de modo diferenciado, posto que os trabalhos produtivos das sociedades tradicionais visam à auto-sobrevivência e não o acúmulo nem de produção, e menos ainda de lucro financeiro.

Na seqüência desta discussão, Diegues (2000) observa que os meandros que envolvem os processos produtivos e os distintos âmbitos da vida tradicional que se apresentam interligados, se pautam em relações de parentescos e compadrios e não de exploração da força de trabalho, mas de práticas solidárias de reciprocidade, orientadas pelas representações que desenvolvem da natureza e sob as bases de suas heranças culturais envolvidos por ritos e símbolos, estabelecem o respeito aos ciclos da natureza, constituindo um modo de vida disposta em territórios socioculturais, também chamados de comunidades.

A organização comunitária dos grupos sociais tradicionais delinea modelos peculiares de manejo dos recursos locais, visto que são orientados por práticas e técnicas oriundas de conhecimentos e habilidades em bases comunicativas e cooperativas transmitidos por seus antepassados (CHAVES, 2001). Além disso, expressa o modo de enfrentamento estabelecido por estas populações frente às demandas impostas pelos contextos interno e externo a comunidade. Sobre a gestão desse modo de organização Leonel (1998) afirma que “(...) a gestão pretende dar-se pela representação. As famílias articulam-se entre si, através dos indivíduos, não das instituições” (MINDLIN *apud* LEONEL, 1998, p. 222).

Diegues (2000) acredita que a pequena produção familiar, que é o sistema produtivo desenvolvido pelos grupos sociais tradicionais, sempre foi articulado e sofreu condicionamentos das formas de produção dominantes (escravocrata, feudal e capitalista), mas sua história revela a conservação, mesmo sofrendo crises, dos processos produtivos baseado no manejo dos recursos naturais, isto é, da agricultura, pesca e extrativismo de pequeno porte e para subsistência. Assim, as comparações e as contradições entre as sociedades emergem também no campo da maior ou menor influência de uma sobre a outra, devido a força e abrangência da sociedade do capital sobre as outras sociedades.

De acordo com Leonel (1998), as modificações nos padrões das sociedades, inclusive de uso dos recursos naturais, afetam também e, principalmente, os grupos sociais tradicionais e é produto de articulações constantes entre os povos e as culturas. Neste sentido, remete-se aos sobreviventes indígenas que foram tomando de empréstimo novas referências simbólicas, inclusive a de troca (dinheiro) e do consumo, muito embora apresentem diferentes graus de resistência de acordo com cada grupo social.

Conforme os autores apresentados, a conservação de elementos fundamentais que subsidiam o modo de ser tradicional podem ser atribuídos aos particulares conjuntos de conhecimentos e saberes de apropriação da natureza que formam esses sistemas que abrangem e articulam as dimensões sociais, culturais, simbólicas, econômicas, ambientais e políticas, premissas tais, que contraria os objetivos e a lógica do processo capitalista de produção.

Marx (2002), ao analisar o trabalho, afirma que em todas as sociedades o processo de trabalho “(...) é atividade dirigida com a finalidade de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição primeira e necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza” (p. 218). Neste sentido, os grupos sociais se apropriam da natureza por meio do trabalho de acordo com as suas necessidades materiais elementares que ao satisfazê-las vão criando outras.

Entretanto, o trabalho sob o ponto de vista de sua subordinação ao capital, toma forma de mercadoria, que segundo o mesmo autor, “(...) o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção (...) é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem” (MARX, 2002, p. 219), nascendo daí a criação de valores de troca, seja da força de trabalho ou de mercadorias.

Diante da discussão posta por Marx (idem), é que incide a distinção entre a forma de trabalho das sociedades tradicionais, visto que o produto de seu trabalho não se configura como mercadoria, posto que de modo geral, o trabalho gira em torno do grupo e para o sustento da família, ou seja, o processo produtivo e econômico desta sociedade tem por finalidade a manutenção e reprodução do grupo familiar, com a venda do pequeno excedente para aquisição de mercadorias que não são produzidos por estes grupos sociais, embora estes se insiram no processo mercadológico próprio do capital, como vendedores de seus produtos excedentes (DIEGUES, 2000). Contudo, não fazem extração da mais-valia e não possuem a lógica do lucro.

Entretanto, a economia dos grupos sociais tradicionais não deve ser percebido fora do contexto capitalista de mercado, tendo em vista que não são sociedades isoladas e com culturas imutáveis, mas influenciam e sofrem influência dos mercados dos centros urbanos/industriais. Neste sentido, Lima (2000) concorda que possuem relativa autonomia em relação aos mercados capitalistas, por isso sua especificidade se caracteriza não pela sua independência, mas pelo modo particular de inserção na economia de mercado (p. 87).

Seguindo o debate, Leonel (1998) em seu estudo do modo de vida tradicional de alguns grupos indígenas observou que era comum a interpretação de que os indígenas dedicavam pouco tempo ao trabalho, mas segundo o autor “(...) nem chegou a existir ali a expressão trabalho, nem conceitual, nem idiomáticamente. Existe ‘fazer roça’ (...) Existem atividades produtivas, fazeres, diretamente voltados à sobrevivência e, apenas neste sentido, não para outrem como obrigação, subordinação ou alienação” (p. 221).

No entanto, a partir do argumento do autor sobre o uso da terminologia “trabalho”, de acordo com estudos sobre os grupos sociais ribeirinhos da Amazônia<sup>9</sup>, cabe a advertência da existência e do uso da expressão “trabalho” pelos grupos sociais tradicionais na atualidade, no entanto, ainda se concebe o chamado “fazer roçado” como uma prática produtiva comum dessas sociedades, conforme explica o autor.

Para Castro (1997), todas as atividades produtivas dos grupos sociais carregam e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos agem sobre o território, assim sendo, o trabalho que recria sucessivamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, deste modo não pode ser considerada uma realidade meramente econômica, tendo em vista o intenso teor das dimensões simbólicas e mitológicas que envolvem as organizações dos trabalhos dos grupos tradicionais.

Ainda neste sentido, Castro (1997) argumenta que apesar da existência das representações simbólicas e mitológicas nos processo produtivo destas sociedades, cada uma depara-se com as capacidades e os limites dos saberes e dos interesses de seu grupo social, isto é, sua maneira de agir sobre o território e de apropriar-se dos recursos naturais nele existente, assim particularizam seu modo de apropriação e manejo do ambiente que os envolve, estabelecendo específicas dinâmicas sociais em suas organizações.

---

<sup>9</sup> Ver estudos do Grupo de Pesquisa de Estudos Sócio-ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia – Inter-Ação: Chaves, 2004, 2006; Silva, 2002-2003.

Além disso, o trabalho dos grupos sociais tradicionais se reveste também de condições distintas de outras sociedades, visto que a mão-de-obra utilizada no processo produtivo é a familiar, na qual cada membro do grupo familiar desenvolve papel específico de acordo com parâmetros como: idade, gênero, força física e outros (CHAVES, 2001).

A configuração da economia tradicional identifica também um meio de produção fundamental para o processo capitalista, as sociedades tradicionais são possuidoras da terra<sup>10</sup>. Entretanto o uso dela se desenvolve com outro caráter e finalidade, agricultura de subsistência que envolve um modo específico de viver permeado pela cultura, em decorrência dos conhecimentos, saberes e habilidades impressos no processo produtivo, que ocorre por meio da utilização de uma diversidade de tecnologias apropriadas nestes núcleos agrários, distinto da alta tecnologia usada no processo agrícola do grande capital.

Sobre os territórios socioculturais, Castro (1997) define como o “espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo” (p. 223). Entretanto, nos territórios socioculturais das sociedades tradicionais a autora adverte que são de uso coletivo, por isso, as diferentes esferas da vida em comunidade encontram-se integradas. Sobre essa perspectiva a autora explicita que a:

[...] integração entre a vida econômica e social do grupo, onde a produção faz parte da cadeia de sociabilidade e a ela é indissociavelmente ligada, facilitando encontro interfamiliares, realização de festas, perpetuação de rituais e outras modalidades de trocas não econômicas (p. 224).

Referente ao meio de produção das sociedades tradicionais, Almeida (2006) em sua obra denomina de “terras tradicionalmente ocupadas”, concebe esse processo de territorialização, para além de finalidades meramente econômicas, como construtora de identidades políticas, visto que “(...) expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza. Não obstante suas diferentes formações históricas e suas variações regionais...” (p.22).

O autor observa ainda, que o controle das terras tradicionalmente ocupadas pelos grupos tradicionais, acontece por meio de combinação entre os membros da comunidade, ou seja, de maneira consensual, e não apenas por um grupo familiar local visando a exploração

---

<sup>10</sup> “A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, esgotando as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 2002, p. 571).

dos territórios para aquisição de lucro, isso expressa uma intenção específica de apropriação dos recursos naturais de uso comum, condicionado por fatores culturais.

Assim, observa-se um *modus vivendi* que possui outro caráter e intencionalidade frente a natureza, ao contrário do modelo de desenvolvimento que orienta a sociedade urbana/industrial, tal perspectiva conduz à conservação e (re)elaboração cotidiana de mecanismos que fundam o modo de vivência tradicional em núcleos comunitários, como as formas de ajuda mútua desenvolvidas e potencializadas junto a esses grupos sociais.

Os estudos sobre comunidade apresentados postulam que estas, de modo geral, se originam sobre as bases dos princípios de coesão social e do sentimento de “nós”, isto é, de reconhecimento e pertencimento a determinado grupo social, estes pressupostos dão fundamentos às relações e práticas desenvolvidas nas diversas organizações sociais humanas.

#### **4. Relações de ajuda mútua: a objetivação do sentimento de comunidade**

Conforme o que já foi exposto no decorrer do trabalho, verifica-se que a motivação e formação de uma comunidade revelam os componentes das práticas de ajuda mútua, objetivo comum, cooperação e solidariedade, assim sendo a constituição da vida em comunidade pressupõe a realização dos auxílios recíprocos.

Deste modo, pode-se conceber as práticas de ajuda mútua como intrínsecas as sociedades em decorrência da natureza agregativa dos homens. Neste sentido, Marx (1998), ao explicar a história e seu substrato material, afirma que “o que distingue os indivíduos humanos é que produzem seus meios de vida, condicionados por sua organização corpórea e associados em agrupamentos. Os indivíduos humanos são tais como manifestam sua vida” (p. xxiv), com isso o autor explicita que, uma vez que os indivíduos vivem em sociedade possuindo objetivos comuns de produção de vida material e manutenção, lançam mãos de mecanismos que ajudam a alcançar essas finalidades. Entretanto, a característica e o modo de realização e desenvolvimentos desses mecanismos decorrem da organização sócio-cultural de cada grupo.

Partindo dessa mesma prerrogativa, e do entendimento das congregações comunitárias como qualidade das práticas de ajuda mútua, Page & MacIver (1973) afirmam que “se não houvesse sentido de comunidade, se os homens não cooperassem, entre si, em seus empreendimentos, não haveria sistema social, nenhuma sociedade ou sociedades” (p.118).

Para Marx (1998), as necessidades elementares de sobrevivência e manutenção dos grupos sociais, suas condições de viver, comer, beber, vestir-se, alojar-se, isto é, a construção da vida material em sociedade, somente pode ser satisfeita em função da capacidade organizativa e produtiva dos homens entre si e com o meio que os envolve.

Nesta direção, Marx (1998) aponta seu entendimento da relação homem e natureza, na qual acrescenta a categoria trabalho como função necessária para a transformação do meio natural e assim, conduzir os homens à satisfação das necessidades básicas de seus grupos sociais. Pautado no argumento exposto, entende-se que a vida em sociedade traz consigo elementos que têm por função a solidificação dos laços de coletividade, fruto da sociabilidade, em decorrência das necessidades e demandas de sobrevivência dos grupos, entretanto a utilização dessas práticas decorre das finalidades de cada organização social.

Assim, na perspectiva marxiana a necessidade de desenvolvimento social dos grupos humanos, por intermédio do trabalho, revelam a prática da cooperação como fator essencial para esse processo, visto que, conforme já advertia Engels (2004), a descoberta dos benefícios do trabalho em conjunto e da ajuda recíproca, contribui para a agregação dos indivíduos em grupos no intuito de superar as necessidades individuais.

Partindo desse entendimento, a cooperação em primeira instância é entendida como componente essencial para a produção e reprodução material e manutenção dos grupos sociais. No entanto, o modo de recorrer a estas práticas decorrem das intenções das sociedades, com isso Tragtenberg (*apud* SOUZA, 2004) assegura que “a cooperação assume formas diferentes segundo as relações sociais existentes; ela é uma quando faz propriedade comum, outra na relação senhorio e servo e assume formas específicas na relação capital e trabalho” (p. 21).

Neste sentido, Souza (2004) com seu estudo sobre desenvolvimento de comunidade, explicita que a cooperação entre os segmentos da sociedade ocorre entre àquele que têm interesses e preocupações comuns em decorrência de sua posição no processo de produção, em qualquer sistema produtivo, entretanto, destaca o modelo de cooperação existente especificamente no processo capitalista de produção. A autora parte do entendimento, que o homem sempre buscou a cooperação como forma de superar os obstáculos impostos pela natureza e os problemas criados pelo modo de processamento do desenvolvimento social.

Mediante isso, Souza (2004) estabelece como modelo de cooperação mais estruturada, as organizações sociais dos sindicatos e partidos, tendo em vista que estes grupos

se constituem com objetivos e interesses comuns a partir da luta de classes sociais antagônicas. Todavia, a mesma reconhece que existem outros modos de cooperação que não podem ser considerada menos representativas e constituinte de força social, como: “O auxílio mútuo entre vizinhos e grupos que moram numa mesma área (...). A prontidão do auxílio mútuo ou a ajuda mútua é mais presente na população em época de crise” (p. 27).

No entendimento de Souza (2004), a ajuda mútua pode ser conceituada também como ação comunitária, ou seja, uma prática, dentre outras, que tem a comunidade como unidade de ação e cooperação, assim sendo, a ação comunitária é considerada uma prática de ajuda mútua e cooperação que se articula e se opera a partir da comunidade, que historicamente passa a existir como forma (comunal) do homem fazer frente às catástrofes da natureza e, também, em relação aos embates sociais que vão se institucionalizando.

A ação comunitária, segundo a autora, é uma maneira de enfrentamento dos desafios sociais a que os grupos são submetidos, a partir desses desafios é que se delineiam determinados modos de cooperação comunitária, como “tipo mutirão, caixas de ajuda, etc.” (p. 28). No entanto, essa perspectiva explica apenas o viés social do desenvolvimento das ações comunitárias ou práticas de ajuda mútua, deixando de lado outro elemento fundamental, o potencial cultural intrínseco a essas práticas.

Para Marx (2002), a cooperação nos processos de trabalhos encontrada no início da civilização humana, era fundada na propriedade comunal<sup>11</sup> e na condição dos indivíduos isolados estarem vinculados a tribos e/ou comunidades. Entretanto, os diferentes modos de produção se apropriaram deste mecanismo para adquirir mais benefícios em torno dos resultados sobre o emprego das forças de trabalho individuais.

A referência de Marx (2002) ao processo de cooperação se dá no âmbito da sociedade capitalista de produção, uma vez que este se mostra como um mecanismo utilizado pelo capital para o alcance de suas finalidades de acumulação. No entanto, o autor acredita neste procedimento enquanto um modo de superação do sistema capitalista, visto que a cooperação se revela como uma força coletiva com potencial de mudança e até transformação, porém compreende a cooperação nos moldes anteriores aos aplicados no sistema fabril, que se fundamenta em laços de solidariedade, reciprocidade, consenso, partilha e não em obrigação, exploração e submissão.

---

<sup>11</sup> Caracterizado pela pequena economia camponesa e a prática de ofícios independentes.

Neste sentido, Konder (*apud* BRESSAN, 1996, p.56) ao citar Marx, explica que com a intensificação da divisão social de trabalho no modo de produção capitalista, tanto as relações dos homens entre si, como as relações da sociedade com a natureza se deterioraram significativamente.

Argumentando na mesma direção, Moran (1997) acredita que o modo de viver da civilização moderna, urbana e industrial, possui a tendência de apropriar-se e converter sob suas premissas todos os tipos de solidariedade, expresso também nas práticas de auxílio mútuo.

No entanto, Marx (2002) caracteriza a cooperação, como a união de diferentes forças de trabalho de acordo com um plano em comum, deste modo, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade para a realização de um empreendimento coletivo, desenvolvendo assim, as capacidades da espécie humana. Na mesma direção, Carli (*apud* MARX, 2002) afirma que “A força do homem isolada é mínima, mas a junção dessas forças mínimas gera uma força total maior do que a soma das forças reunidas, bastando a simples união delas para diminuir o tempo e aumentar o espaço em que se executa a operação” (p. 382).

Mediante o significado da cooperação exposto pelo autor, Marx (2002) analisa o modelo de cooperação que foi aplicado no interior do processo de produção capitalista, como espaço em que houve a necessidade histórica de transformar o processo de trabalho individual num processo social, tornando-se um método aplicado pelo capital para aumentar sua força produtiva e, conseqüentemente, potencializar seus lucros. Assim, a produtividade da jornada coletiva de trabalho por meio do mecanismo da cooperação o autor credita a diferentes fatores, sendo eles:

[...] ou por ter elevado a potência mecânica do trabalho; ou por ter ampliado o espaço em que atua o trabalho; ou por ter reduzido esse espaço em relação à escala da produção; ou por mobilizar muito trabalho no momento crítico; ou por despertar a emulação entre os indivíduos e animá-los, ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da uniformidade; ou por realizar diversas operações ao mesmo tempo; ou por poupar os meios de produção em virtude do seu uso em comum; ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio (p. 382).

No entanto, o deslocamento das práticas de cooperação simples<sup>12</sup> para o interior das indústrias em seu processo produtivo, não caracteriza o desuso dessas práticas por pequenos grupos sociais em diferentes conjunturas e com distintas configurações, sobretudo pelos segmentos menos favorecidos socialmente, visto sua função de prática social e cultural de ajuda mútua, que possui configuração diferenciada da aplicada no interior do processo de produção econômico capitalista.

Vale destacar que o presente estudo irá tratar de sociedades que apesar de sofrerem influência da sociedade envolvente e de seu sistema de produção, são portadores de outros princípios de vida, ou seja, utilizam outra lógica na apropriação da natureza, e com isso desenvolvem práticas de ajuda mútua específica em sua gestão comunitária tradicional, que diferem da lógica de acumulação capitalista (produtividade e lucro).

Com isso, abordará as práticas de ajuda mútua desenvolvidas no interior das comunidades ribeirinhas amazônicas, entendendo que os resultados e as influências das práticas de ajuda mútua se diferenciam de acordo com cada grupo social, emergindo aí a especificidade do modo de vida tradicional, cujo sistema de organização social em comunidade encontra-se intimamente ligada a laços de solidariedade, relações de parentesco, acordos informais, coletividade, cooperação, sentimento de “nós”, objetivo em comum, espacialidade comunal, motivando a realização e desenvolvimento das práticas de auxílio mútuo a partir de uma gestão comunitária do manejo dos recursos locais. Wirth (1973), em seus estudos sobre comunidade, acenava para a esperança de uma nova ordem social que residisse no retorno aos laços locais de vizinhança, no entanto, acreditava que a tendência da civilização contemporânea, capitalista, ao que se tinha percebido, geralmente, dirigia-se para a direção oposta.

Portanto, as práticas de ajuda mútua entendida no estudo, vai se deter nas ações desenvolvidas em comunidades rurais tradicionais, que possuem características específicas de gestão comunitária, que de acordo com Chaves (2001), em seus estudos sobre os grupos sociais tradicionais da Amazônia, pode ser entendida como “(...) uma ordenação das ações num processo participativo” (p.82). Deste modo, o encontro de distintas capacidades de ações, papéis sociais de cada agente comunitário, forma o elenco necessário para concretizar o objetivo da gestão.

---

<sup>12</sup> “Quando os trabalhadores se completam mutuamente, fazendo a mesma tarefa ou tarefas da mesma espécie” (MARX, 2002, p.380).

Segundo esta autora, a relação comunitária perpassa diversos obstáculos que representam desafios a serem transpostos no corrente processo de gestão, como a incompatibilidade do ritmo interno da comunidade com o contexto externo; a mudança de ritmo (ainda que lento) em decorrência de situações que necessitam de intensidade e presteza; a habilidade em adaptar-se a situações de antagonismos nas posturas dos integrantes do grupo; e as divergências quanto as relações de poder na comunidade. No entanto, para a autora é nesta conjuntura de dissensos e consensos que se consolida o processo de gestão comunitária que possibilita a criação de alternativas para melhoria de vida desses grupos sociais.

Partindo da discussão de Chaves (2001), a gestão comunitária se caracteriza pelas distintas maneiras de uso dos recursos locais expressos no sistema produtivo e no modo de organização social e política dos grupos tradicionais que determinam as relações sociais dos homens entre si e com a natureza.

Deste modo, o estudo concentrará seus esforços no sentido de compreender as práticas de ajuda mútua contidas na gestão comunitárias de grupos sociais tradicionais, tendo como norteador os argumentos fundamentados no decorrer da exposição.

#### **4.1 Práticas socioculturais de ajuda mútua desenvolvidas por sociedades tradicionais**

No contexto comunitário das chamadas sociedades tradicionais, as práticas socioculturais de ajuda mútua possuem características peculiares, tendo em vista que fundamentam as diferentes dimensões da vida dessas organizações sociais.

Neste sentido, as ações de auxílio recíproco foram sendo criadas e/ou readaptadas a partir dos contatos entre os povos e culturas, e assim reproduzidos e conservados, tornando-se componente essencial da gestão comunitária que orientam o modo de vida dos grupos tradicionais, cuja maior parcela constitui-se de segmentos sociais que não tem acesso a bens e serviços sociais, tornando a referida prática, um elemento concreto para o recorrente uso do mecanismo de ajuda mútua entre os membros do grupo.

Segundo o sociólogo Galliano (1981), a “lei da reciprocidade” encontra-se presente em toda a rede de relações dos grupos organizados em sociedade, porém nas sociedades tradicionais estas relações emergem com maior intensidade pela fusão dos diversos mundos (social, produtivo, espiritual e outros) que formam um modo de vida particular.

De acordo com o pensamento marxista, expresso por Galliano (1981), os processos sociais de cooperação e solidariedade estabelecidos nos agrupamentos comunitários são entendidos como um tipo de relação de produção de colaboração e ajuda mútua entre homens livres de qualquer opressão, caracterizando-se na medida que “[...] os homens podem associar-se livremente para efetuar objetivos em comum, ajudando-se mutuamente, colaborando reciprocamente, uma obra comum, como, por exemplo, construir uma casa” (p.100).

As práticas de ajuda mútua desenvolvidas no interior dos grupos tradicionais manifestam, historicamente, características próprias da vida em comunidade que podem ser percebida quando Leonel (1998) explicita que o modo de vida tribal já apontava para os princípios da cooperação e reciprocidade, tendo em vista que havia “[...] formas comunitárias, reciprocidade espontânea na troca, cooperação no trabalho” (MINDLIN *apud* LEONEL, 1998, p. 222).

No estudo dos caipiras do interior de São Paulo, Cândido (2001) observou que a noção de pertencimento ao bairro, ou a comunidade se dá por meio de quem convoca e quem é convocado para os trabalhos de ajuda mútua, assim sendo a obrigação bilateral é componente integrante da sociabilidade do grupo, é dessa forma que o agente social adquire consciência de unidade e funcionamento do mesmo.

Sobre esses princípios, Almeida (2006) assegura que nos diferentes processos de “territorialidades específicas”<sup>13</sup> dos povos tradicionais (terras indígenas, terras de quilombo, e outros), os “laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes”(p.24), deste modo configuram uma forma de existência coletiva.

Charles Wagley (1988) já observava em comunidades amazônicas estudadas por ele, que as relações de parentesco determinavam a moradia dos habitantes, mas estas eram pensadas no intuito de assegurar a assistência recíproca entre os grupos domésticos, assim sendo, a espacialidade territorial das comunidades rurais, são determinadas de maneira a promover as relações familiares e, conseqüentemente, de reciprocidade. Sob essas bases, o

---

<sup>13</sup> Segundo o autor, são consideradas como resultado de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território (ALMEIDA, 2006).

autor acrescenta que “[...] dentro desses bairros os homens trocam de trabalho uns com os outros e organizam grupos de trabalho cooperativo para a agricultura” (p. 52).

Sobre as relações de vizinhanças e parentescos, o autor acrescenta que “[...] a residência em comum, a amizade e o ‘parentesco espiritual’ entre padrinho e afilhado constituem vínculos tão fortes quanto os de parentesco real entre esses vizinhos” (p. 52), com isso as redes de solidariedade se solidificam, entretanto essas condições aliadas às demandas básicas que necessitam ser supridas para a reprodução das organizações socioculturais dos grupos tradicionais, intensificam as práticas de auxílio mútuo nestas sociedades, as quais traduzem um modo de vida específico.

Para o referido autor, a fusão das diferentes dimensões da vida e as formas das relações que ocorrem no mundo tradicional determinam os fundamentos das práticas socioculturais de ajuda mútua, Wagley (1988) acrescenta ainda que

“Os afilhados são íntimos da casa de seus padrinhos que consideram uma espécie de ‘segundo pai’. Os compadres costumam emprestar um ao outro pequenas quantias de dinheiro; trabalham juntos nos puxirões; auxiliam-se mutuamente nos concertos de suas casas; e passam juntos as horas de lazer. As comadres cooperam na fabricação da farinha de mandioca, tomam conta das crianças umas das outras, ajudam-se mutuamente a preparar grandes refeições nas ocasiões de aniversários e visitam-se frequentemente...” (p. 166)

Assim sendo, as relações sociais estabelecidas na vida em comunidades tradicionais que são favorecidas pelas relações de parentescos, os territórios socioculturais com proximidades entre as habitações, os casamentos entre os grupos familiares e outros, tornam-se elementos indicadores de intercâmbios necessários, do estabelecimento de certo nível de consenso no interior destes grupos sociais. Em contrapartida, não se pode deixar de destacar os conflitos existentes no interior dessas unidades sociais, cujos, acordos e desacordos acabam determinando a dinâmica e o funcionamento da gestão comunitária que orienta a vida desses núcleos comunitários.

As relações sociais impressas nesses núcleos comunitários tendem a reforçar os laços de cooperação e ajuda mútua, assim como a sustentabilidade do seu modo de vida. Ao contemplar tais relações junto às tribos indígenas tradicionais, Junqueira (*apud* LEONEL, 1998) entende que estes grupos que mantêm forte ligação com determinado território e, em que pese a proximidade espacial, o conjunto não compõe um sistema social fechado, em decorrência das relações instituídas, de parentesco e vizinhança.

A herança cultural de cada grupo social é manifestada nas distintas atividades específicas de ajuda mútua praticadas no interior das sociedades tradicionais, no Brasil o legado cultural indígena é expresso inclusive nas denominações de algumas modalidades das práticas de auxílio recíproco, sendo elas: *ajuri* e *puxirum*.

De acordo com as literaturas sobre essas modalidades organizativas, pode-se identificar que essas atividades possuem configurações diversas e distintas de acordo com o tecido social e cultural em que se empregam, de modo geral em grupos tradicionais, são práticas de ajuda mútua desenvolvidas em virtude do processo produtivo, comumente para agregar a mão de obra na agricultura, agilizando o trabalho, neste sentido a comunidade se organiza para ajudar um determinado grupo familiar para antecipar os trabalhos na lavoura, deste modo quem ajudou tem obrigação “informal” de devolver o trabalho no roçado de outros.

O estudo clássico de Santos (1984) sobre os grupos tradicionais do sul do Brasil, os colonos do vinho, reforçam o pensamento de que as modalidades das práticas de ajuda mútua variam conforme a gestão comunitária dos grupos sociais, em virtude disso, o autor explicita que um mutirão era localmente chamada de *putirão*. Já entre os caçara do litoral paulista, essa modalidade organizativa de prática de ajuda mútua se caracterizava como

[...] Putirão era um trabalho pro outro, ajudá. Fazia a roça dele num dia, outro dia ele vinha pra mim, e num outro dia eu trabalhava pra ele. Era pra planta, pra colher, tudo era putirão... Antigamente fazia o putirão, chegava 30 pessoas, trabalhava e à tarde fazia festa. Aí o pessoal trabalhava com prazer, e depois se divertia (Seu Zizinho *apud* DIEGUES, 1994, p.110).

Para Santos (1984), as práticas de auxílio mútuo são entendidas como uma “capacidade de trabalho complementar”, visto que se pode contar com a força de trabalho grupal sempre que um membro importante da unidade familiar estiver incapacitado de realizar as tarefas ou em decorrência de algum dano causado por acidente da natureza, chamado de sinistro, assim a ajuda é percebida como uma “obrigação coletiva”, posto que, aquele que foi ajudado deve, portanto ajudar o próximo quando este necessitar.

Ainda de acordo com Santos (1984), em determinadas comunidades rurais, como dos colonos dos vinhos, as práticas de auxílio recíproco foram asseguradas em estatuto formalizado pela instituição religiosa da região que antecipava em seu parágrafo 45 que “em caso de grave infortuito, todos ajudarão a família do sócio na plantação, limpeza na roça, reconstrução de casa destruída e no fornecimento do que for mais indispensável à família sinistrada ou impossibilitada de trabalhar”<sup>14</sup>.

O sociólogo Galliano (1998) explica, embora de modo generalizante, o processo de mutirão que acontece em comunidades rurais, iniciando quando um agente ou uma família recebe auxílio de outros sujeitos do grupo para a realização de uma determinada atividade, seja ela em benefício de um ou de todos, cuja retribuição pode acontecer de dois modos: oferecendo refeição (ou festa) aos participantes do mutirão e/ou prestando ajuda em outros mutirões. Entretanto, o que se percebe é a especificidade da prática do mutirão, de acordo com o grupo social em que é desenvolvida.

Na sociedade caipira paulista, analisada por Cândido (2001), a manifestação mais importante das práticas de ajuda recíproca é o mutirão, que consiste na reunião de vizinhos, convocados por um deles, para ajudar na realização de determinado trabalho, como no roçado, plantio, limpeza, colheita, construção de casas e outros, cujos contribuintes recebem em troca o alimento e uma festa no encerramento dos trabalhos. Mas, não há remuneração direta de espécie alguma, somente a obrigação moral de auxiliar ao outro, com isso “[...] este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão-de-obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal” (p. 88).

O processo de mutirão dos grupos tradicionais caipiras, descrito por Cândido (2001), é desenvolvido para solucionar a dificuldade de força de trabalho nos grupos de vizinhança e/ou fazendeiros, bem como para dar agilidade ao trabalho em grupo.

Entretanto, o próprio autor explicita que no caso estudado, a ajuda recíproca é envolvida por um intenso caráter religioso, que pode ser compreendido quando o autor questiona um velho caipira que afirma “[...] que no mutirão não há obrigação para com as pessoas, e sim para com Deus, por amor de quem se serve o próximo; por isso, a ninguém é dado recusar auxílio pedido” (p. 89), já outro relatou que esse período era o “tempo da caridade”. Tais premissas manifestam além do traço cultural destas práticas, a dimensão

---

<sup>14</sup> Estatuto das Capelas Filiais na Diocese de Caxias. Caxias do Sul, 11 de Abril de 1946 - cópia existente na capela do bairro rural (*apud* SANTOS, 1984, p.36).

religiosa cristã dos grupos tradicionais. Por outro lado, Ayrosa (*apud* CANDIDO, 2001) acredita que o processo do *muxirão*

[...] não é propriamente um socorro, um ato de salvação ou um movimento piedoso; é antes um gesto de amizade, um motivo para folgança, uma forma sedutora de cooperação para executar rapidamente um trabalho agrícola (p. 92)

Segundo o autor, a necessidade de ajuda, imposta pela agricultura e a sua retribuição automática, determinava a constituição de uma rede de relações, ligando uns aos outros, os grupos familiares e vizinhos o que contribui para uma unidade estrutural e funcional dessas comunidades.

Os momentos de auxílio mútuo expressam a organização da própria comunidade, visto que pode ser observado na divisão do trabalho, diferentes características no grupo de trabalho, como: as lideranças, os habilidosos em determinados instrumentos necessários para a atividade, os agentes que possuem maior força física, presteza e outros, ocorrendo a adição de saberes e habilidades, assim como de equipamentos. Deste modo, é esse conjunto de elementos, organizados informalmente e coletivamente, contribui fortemente para o sucesso dessa prática social e atuam para orientar, a forma de organização social e política, bem como o uso coletivo dos recursos locais no plano da gestão comunitária.

Ao enfatizar o caráter sincrético das práticas de ajuda mútua Cândido (2001), explicita que tais ações, embora sejam laborais, possuem ao mesmo tempo qualidades recreativas e religiosas, pois o desenvolvimento das atividades de reciprocidade são momentos de trabalho, mais também de grande diversão, uma vez que são instantes de encontros entre famílias, reuniões, comunicação, lazer, e outros.

Vale ressaltar, conforme o mesmo autor, que os laços de solidariedade nos grupos sociais tornam-se tão fortalecidos que em alguns casos, mesmo sem obter pagamento e até festas, os vizinhos se organizam para ajuda, visto que possuem a certeza de que quando passam por situação semelhante serão certamente auxiliados, com isso já deixa resguardado o direito de um futuro auxílio para seu grupo familiar, contudo, o contrário também acontece, os laços se rompem quando acontece o pedido de ajuda, e o auxílio não ocorre, ocasionando conflito interno entre os grupos da comunidade.

Fraxe (2000) observa as práticas de ajuda mútua no processo produtivo das comunidades da várzea do rio Solimões no Amazonas, dando destaque para a inexistência de

formalização e regulação nas relações de reciprocidade. Em seu estudo o mutirão é chamado também de ajuri, a prática mais comum entre esses grupos sociais, como foi expresso no discurso da comunitária D. Maria “[...] aqui, a gente trabalha de ajuri, quando eu tô com precisão né, eu organizo um ajuri. No domingo, eu falo no culto e chamo umas dez pessoa prá me ajudá, enton eu já tenho que tá preparada né pra naquele dia eu dá o café da manhã, a merenda da 9:00h, o almoço e a merenda das três...” ( p. 89). Vale destacar que no caso citado, o mutirão e o ajuri não representam modalidades organizativas diferentes, mais terminologias sinônimas.

Portanto, o conjunto das abordagens apresentadas contribui para que neste estudo entenda-se as particularidades das práticas de auxílio recíproco, orientadas pela cultura, e os condicionantes do contexto externo que contribuem e motivam a realização destas, que abrigam desde o caráter religioso, de territorialidade, de convivência social, de saberes e habilidades conjugadas, e outros que permeiam as diferentes dimensões que envolvem a gestão comunitária que conduz esse modo de vida.

## CAPÍTULO II

### CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TABATINGA NA TRAMA DA TRÍPLICE FRONTEIRA E DA COMUNIDADE DE TAUARÚ

---

*Eu venho desse reino generoso, onde os homens  
que nascem dos seus verdes continuam cativos,  
esquecidos, e contudo profundamente irmãos  
das coisas poderosas, permanente como  
as águas, o vento e a esperança  
(Thiago de Mello)*

A tentativa de compreender a dinâmica comunitária da unidade social de Taurú, a partir das práticas de ajuda mútua desenvolvidas no interior da mesma, implica em buscar entender as comunidades ribeirinhas da Amazônia, num exercício de apreender o contexto local sem perder de vista as determinações gerais que incidem no plano comunitário. Partindo desse pressuposto, este capítulo terá como foco a apresentação do município de Tabatinga e da comunidade ribeirinha de Taurú, por serem o *locus* do estudo.

No primeiro momento buscar-se-á apresentar o município de Tabatinga que possui história marcada por sua condição estratégica de área fronteiriça com os países da Colômbia e Peru. Para tanto, será realizada uma caracterização sócio-econômica e da infraestrutura física desta área da Amazônia brasileira, com o objetivo de identificar as determinações gerais que influenciam diretamente o modo de vida nas comunidades ribeirinhas deste município.

A segunda parte deste capítulo se deterá na caracterização da comunidade ribeirinha de Tauarú, apresentando sua estrutura física e de bens e serviços sociais, com a intenção de compor um conjunto de informações deste núcleo comunitário que passará pelo crivo da análise das práticas de ajuda mútua nesta singular organização social e política amazônica.

## **1. Caracterização do município de Tabatinga**

O município de Tabatinga teve sua origem no povoado de São Francisco Xavier de Tabatinga<sup>15</sup>, originalmente um forte português, fundada na primeira metade do século XVII por Fernando da Costa Ataíde Teives, que transferiu para o local um destacamento militar do Javari (mais ao sul, na fronteira Brasil-Peru), estabelecendo um porto de guarda de fronteiras entre domínios do reino de Portugal e da Espanha. Também como postos militares de fronteira foram criadas mais tarde (na década de 30 do século XX), do lado brasileiro, a Vila Ipiranga e a Vila Bittencourt, os dois outros pontos povoados de maior expressão<sup>16</sup>.

Na segunda metade do século XIX, Tabatinga foi percebida pela expedição de Louis e Elizabeth Agassiz (1865-1866) como uma vila fronteiriça entre o Brasil e o Peru, e pelo fato de se localizar num barranco de aluvião bem escavado e fendido em várias direções, sendo composta de uma dúzia de casas em ruínas ao redor de uma praça central (NOGUEIRA, 2005).

O município surgiu como Colônia Militar em 1967, na faixa de fronteira, na área de segurança nacional e foi administrada pelos militares até sua transformação em cidade, em 1986.

Até essa data, Tabatinga estava vinculada a cidade de Benjamin Constant, anteriormente denominada de aldeia de São José do Javari, que se destacava pela

---

<sup>15</sup> A designação do município resulta da junção do nome de um santo português com a palavra nheengatu, cujo significado é “barro amarelo” (Nogueira, 2005).

<sup>16</sup> Ver Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do município de Tabatinga-AM/2001.

infraestrutura de que era dotada a cidade, e pelo processo de intensa migração decorrente do período de extração da borracha<sup>17</sup>.

Segundo Nogueira (2005), o penoso trabalho nos seringais, associado às doenças e a baixa no preço do produto foram motivos para a migração desses trabalhadores para outras áreas da Amazônia, sendo Tabatinga o destino de muitos deles, o que contribuiu para formar o contingente populacional da zona rural do município. Tais trabalhadores migraram também para Letícia em busca de trabalhos diversos, inclusive incorporando-se à colônia militar da área.

As primeiras ruas de Tabatinga surgiram às margens do Igarapé de Santo Antônio que é, na sua origem, a divisa do Brasil com a Colômbia. De acordo com Nogueira (2005), a cidade não foge às características das cidades ribeirinhas do Solimões, pela localização às margens do rio.

O Distrito de Tabatinga foi criado pela Emenda Constitucional nº 12, de 10 de dezembro de 1981, de acordo com a divisão regional do Estado do Amazonas, integra a 1ª sub-região, denominada de Alto Solimões, ocupando uma área de 3.239,30 km<sup>2</sup>, que corresponde a 0,21% da área total do Estado que é de 1.577.820,20 km<sup>2</sup>.

A elevação do distrito a categoria de município ocorreu por meio da criação de uma infra-estrutura básica para o desenvolvimento da cidade, a partir da instalação e construção de uma Vila Militar, da Base Aérea, uma pista de pouso que se converteu com sua ampliação em um aeroporto internacional, um porto e de uma Agência Bancária (NOGUEIRA, 2005).

Na década de 80, a cidade passou por mudanças estruturais significativas, tendo em vista a intensificação dos vôos vindo de Manaus, a construção do hospital de guarnição do Exército, a própria expansão comercial da cidade de Letícia na Colômbia, tornando Tabatinga um atrativo para os migrantes da área, tanto brasileiros, quanto peruanos (Idem).

---

<sup>17</sup> O extrativismo do látex (*Hévea brasiliensis*), matéria-prima para a fabricação da borracha, na Amazônia teve dois momentos cruciais que determinaram um novo ciclo de desenvolvimento na região, sendo o primeiro de 1870 a 1910, cujo período se caracterizou por dois movimentos conjugados, a formação dos seringais com a “corrida pela posse de terras” e o recrutamento de força de trabalho para a produção da borracha por intermédio de intensos movimentos migratórios de outras regiões do país. A dependência, quase que exclusiva do sistema extrativo da borracha levou a região a três décadas de crise, em razão do mercado mundial optar por outras fontes de suprimento da borracha; e o segundo período de 1940 a 1945, durante a II guerra mundial, sob o patrocínio dos Acordos de Washington, enxergou-se na região a possibilidade de restaurar o período áureo da borracha. Este novo ciclo, agora com aporte estatal, trouxe dezenas de nordestinos, chamados de soldados da borracha, como força de trabalho para a Amazônia, com o fim da guerra, ocorre novo declínio no sistema da borracha e a redemocratização do país, que ancorou seu processo de desenvolvimento na indústria (CHAVES, 2001).

Toda região do Alto Solimões, incluindo as dimensões territoriais de Tabatinga, é encoberta por florestas dos tipos *Omrófilas Densas com Dossel Emergente*, abrigando terras baixas e aluvionares, indicativo de fertilidade e vocação natural para o uso agroflorestal e da biodiversidade. Hidrograficamente, o município pertence à bacia do rio Amazonas, sendo banhada pelos rios Solimões, Içá, Japurá e vários de seus afluentes, como o Apapóris, o Traíra, o Puretê, o Puruê e o Cunha<sup>18</sup>.

<b>TABATINGA</b>			
<b>- Área (Km²)</b>	3.239,30	<b>- População Total (2000)*</b>	<b>37.719</b>
<b>- Distância de Manaus (Km):</b>		▪ rural	11.180
▪ Linha reta	1.105	▪ urbana	26.539
▪ via fluvial	1.607	<b>- População Indígena</b>	9.961
		▪ % sobre a pop. Total	26,40
		<b>- Etnias indígenas:</b>	Tikuna e Kokama
		<b>- Comunidades rurais</b>	<b>51</b>
		▪ Comunidades ribeirinhas	14
		▪ Comunidades indígenas	37
(*) IBGE – Censo 2000.			

Tabela 02: Informações Gerais sobre o município de Tabatinga.

**FONTE:** Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do município de Tabatinga-AM/2001.

A cidade de Tabatinga está situada a Oeste do Estado do Amazonas, cerca de 63 metros acima do nível do mar, no meio da floresta amazônica, na margem esquerda do Rio Solimões, fazendo fronteira com os países da Colômbia e Peru, e nos limites do Brasil:

- ✓ ao Norte – faz limite com os municípios de Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença;
- ✓ ao Sul – com o município de Benjamin Constant;
- ✓ a Oeste - também com São Paulo de Olivença.

<sup>18</sup> Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do município de Tabatinga-AM/2001.

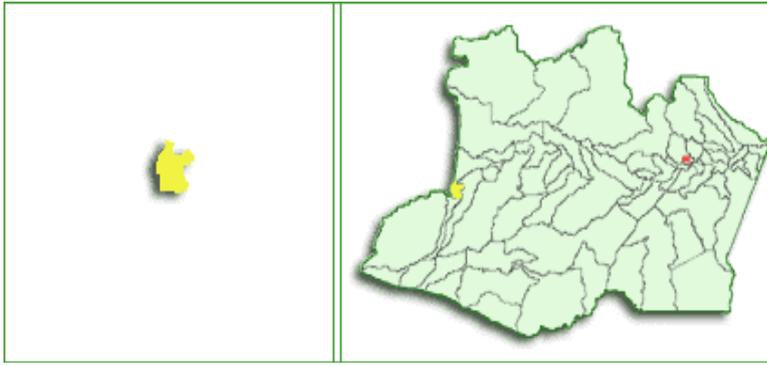


Figura 01: Mapa do Município de Tabatinga-AM

**FONTE:** Retirado de <<http://www.manausonline.com.br>> Acesso em: 10/02/2006.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Município de Tabatinga-AM (2001), realizado pela Fundação Getúlio Vargas/Instituto Superior de Administração e Economia (FGV/ISAE), cerca 90% de sua área territorial, pertence à terra indígena denominada AVARÉ I, cuja demarcação foi homologada por meio do Decreto de 05 de janeiro de 1996, com superfície de 548.177 ha e perímetro de 448 km, abrangendo áreas do município de Tabatinga, e outras cidades limites no território brasileiro.

Sobre a população indígena no espaço da fronteira, Nogueira (2005) argumenta que se para os grupos sociais não indígenas a fronteira praticamente inexistente, para esses grupos é completamente ausente, em função de seus costumes, tradições e leis institucionalizadas.

A população de Tabatinga é estimada em 37.719 habitantes, segundo o Censo/2000 do IBGE, e ainda conforme o Plano de Desenvolvimento Local, o município apresenta uma densidade demográfica de 11,64 hab/km<sup>2</sup>. Com uma taxa média anual de crescimento demográfico de 4,19% e representa um percentual de 1,33 da população do Estado do Amazonas. O município abriga em seu território a maior população indígena da área do Alto Solimões, com 37 aldeias e uma população total estimada em 9.961 indivíduos.

## ✚ Economia do município de Tabatinga

O município de Tabatinga é considerado pólo de referência da região do Alto Solimões, por possuir melhor infra-estrutura em termos de comércio, prestação de serviços e assistência médico-hospitalar. O setor de comércio consiste em um dos pontos fortes da cidade que foi incrementado por intermédio da criação da Área de Livre Comércio de Tabatinga (ALCT<sup>19</sup>).

A localização estratégica do município, como porta de entrada e saída da fronteira brasileira com os demais países situados na porção oeste da Amazônia Continental, justifica a escolha de Tabatinga como centro de referência administrativa e de prestação de serviços essenciais de toda a área do Alto Solimões. Diante disso, alguns indicadores geoeconômicos e sociais embasaram a caracterização realizada pelo Ministério da Defesa/FGV/ISAE (2001) que classificou o município como um dos *centros regionais* do Estado do Amazonas (ALENCAR, 2005).

Ainda segundo Alencar (2005), uma área significativa do município é controlado pelo governo federal, por intermédio da FUNAI, Ministério do Exército e INCRA, entretanto, a cidade concentra também instituições estaduais e municipais que atuam em diferentes setores, como: saúde, educação, meio ambiente e segurança.

Do ponto de vista do município como área fronteiriça, Nogueira (2005) caracteriza este aparato de ataque e defesa para a segurança do território como *fronteira controlada*, assim sendo, em Tabatinga, o exercício de controle daquela extensão Amazônica – floresta e recursos hídricos – é realizada pelo Exército, Polícia Federal, Receita Federal, IBAMA e SIVAM/SIPAM (NOGUEIRA, 2005).

Mesmo diante dessa estrutura, um dos principais desafios desta área fronteiriça é a repressão ao tráfico de drogas e o controle de entrada e saída de estrangeiros, com isso, verifica-se por meio de informações concretas, obtidas pelo volume de apreensões realizadas pelos órgãos competentes na fronteira, o crescimento das atividades ilícitas do narcotráfico<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> A ALCT caracteriza-se como uma área de livre comércio de importação e exportação e de regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento da região, por meio de uma série de benefícios envolvendo o Imposto sobre a Importação (II) e o Imposto sobre os produtos industrializados (IPI). Foi criada pela lei nº 7.965 de 22 de dezembro de 1989. Disponível em: <<http://www.portaltabatinga.com.br/alct.htm>>. Acessado em: 05 de março de 2007.

<sup>20</sup> Neste sentido, Nogueira (2005) destaca o que chama de *fronteira percebida*, ao expor que: “Mais recentemente, o aglomerado urbano Tabatinga-Letícia passa a ser percebido na imprensa brasileira como um lugar onde o contrabando corre solto; o tráfico de drogas domina o cenário; a guerrilha está ao lado; que recebe os clandestinos peruanos e colombianos que entram no Brasil. Não resta dúvida de que a saída do anonimato local para ingressar na mídia mundial não se fez por motivos mais generosos” (p.182).

No entanto, apesar dos problemas concretos e vivenciados em razão da fronteira no município que influencia decisivamente o mercado local, a economia de Tabatinga se destaca no setor terciário, por suas atividades comerciais e de serviços, muito embora o setor primário, isto é, a agricultura e a pesca se apresente também como importantes subsetores produtivos que incrementam a economia local.

#### ▪ **Comércio e Prestação de Serviços**

O Plano de Desenvolvimento Local Integrado (2001), apresenta os setores de comércio, varejista e atacadista, e serviços<sup>21</sup> como as principais fontes de renda do município e maior empregador da mão-de-obra local, acrescenta também que apesar da constituição da ALC, Tabatinga não alcança a ascensão e pujança comercial da cidade de Letícia na Colômbia.

O que se faz importante destacar no setor de comércio e serviço de Tabatinga é o intercâmbio cultural com a cidade de Letícia, que configura uma realidade diferenciada de outros municípios, onde os principais estabelecimentos prestadores de serviços à população local encontram-se, em sua maioria, situados na principal via da cidade, a Rua da Amizade, avenida que demarca também uma das saídas do Brasil e entrada na cidade de Letícia na Colômbia ou vice-versa.



Figura 02: A Rua da Amizade no território brasileiro e Calle de la Amistad no território colombiano.

**FONTE:** Suellem/Inter-Ação, 2006.

---

<sup>21</sup> Os funcionalismos público, civil e militar, de ambos os lados da fronteira contribuem significativamente com a dinâmica comercial de Tabatinga (NOGUEIRA, 2005).

Sobre a importância da avenida que caracteriza a área de fronteira entre os dois países Nogueira (2005) adverte para a dicotomia da exigência de se separar elementos diferentes em duas cidades que aparentemente é somente uma, e de juntar elementos distintos em uma cidade que legalmente são duas.

A partir desta observação entende-se que “o funcionamento desta aglomeração urbana repartida por uma linha imaginária proporciona múltiplas relações que, em geral, são reflexos das decisões tomadas nas capitais dos respectivos Estados-Nacionais” (p.177). Essa condição e a facilidade de acesso territorial entre as cidades, permite a mobilidade da população conforme as circunstâncias social, econômica e política de seus respectivos países e suas próprias.

De acordo com Nogueira (2005), os habitantes das duas cidades conseguem viver neste(s) território(s) uma relação de complementaridade e até de solidariedade, compartilhando e apropriando-se das mais diversas condições do cotidiano, desde um determinado corte de cabelo, característico da cidade de Letícia (*peluqueria*), às comidas, às músicas (*ragaton*), até o livre comércio em ambos os países.

- **Setor primário: pesca, agricultura e pecuária**

O setor pesqueiro, extrativismo animal, apresenta-se como a principal atividade econômica do município, sobretudo para captura de bagres, tendo em vista que Tabatinga se constitui como um dos maiores entrepostos de comercialização de pescado do estado do Amazonas no Brasil.

A produção pesqueira, dos bagres (peixes lisos), é vendida para os grandes comerciantes (nas bodegas em Letícia e nos frigoríficos em Tabatinga) e são destinadas à exportação. Já a pesca das espécies miúdas, com menor valor na comercialização, é geralmente destinada para o abastecimento da demanda dos mercados locais, sendo vendido nas feiras e no mercado municipal.

Nogueira (2005) explicita que inúmeros barcos de pesca brasileiros encontram em Letícia os seus principais compradores e agentes de financiamento, os colombianos pagam valores superiores dos que são vendidos em território brasileiro. Além dos pescadores comerciais (embarcados), as populações ribeirinhas que desenvolvem a atividade pesqueira são grandes fornecedores do recurso (pescado) para o mercado colombiano.

Sob a ótica da comercialização do pescado nacional na Colômbia, o estudo realizado pelo Pró-Várzea, em 2004, intitulado *Caracterização Socioeconômica da Atividade Pesqueira e da Estrutura de Comercialização do Pescado na Calha do Rio Solimões-Amazonas (Pará e Amazonas – municípios de Belém, Manaus, Tabatinga, Tefé, S. P. de Olivença, Santarém)*, explicita que esse sistema apresenta um componente social/biológico brasileiro e um componente empresarial colombiano, visto que cerca de 75% do pescado comercializado no outro país tem origem em águas brasileiras, estando, portanto, sujeitos às variações biológicas que são determinadas pelas condições ecológicas das águas em território nacional.

Tal perspectiva é reforçada por estudos realizados sobre a pesca no município de Tabatinga<sup>22</sup>, expressando os conflitos vividos na fronteira entre Brasil e Colômbia, sendo possível identificar que a cadeia produtiva do pescado em Tabatinga caracteriza-se numa relação direta com o mercado consumidor de Letícia, e com isso todas as complexidades na saída e no transporte do recurso pesqueiro para outro país, como a falta de controle sobre a exportação, ou da cobrança de impostos que se revertesse em benefícios para o desenvolvimento local.

A produção agrícola se apresenta como importante atividade econômica no município de Tabatinga, todavia, os produtos comercializados no mercado municipal, são oriundos dos pequenos produtores familiares das comunidades ribeirinhas próximas a cidade, inclusive do núcleo comunitário de Tauarú, *locus* da pesquisa. Os produtos que se destacam no mercado e nas feiras da sede do município, são a farinha de mandioca e a banana, embora existam outros produtos que possuem venda garantida, como: as hortaliças, o milho, a melancia, o maracujá, o cupuaçu, e outros<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Ver Batista, 2004; Chaves, 2006 e outros.

<sup>23</sup> Ver Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do município de Tabatinga-AM/2001.



Figura 03: Comercialização dos grupos ribeirinhos no porto do município.  
**FONTE:** Grupo Inter-Ação, 2006.

A pecuária baseia-se na criação de bovinos e suínos, entretanto esta atividade não se configura como um potencial gerador de renda para a população do município, ocorrendo somente um comércio de pequeno porte e para consumo local.

O extrativismo vegetal tem como atividade principal a exploração da madeira, que há algumas décadas atrás (até o final dos anos 80) já se destacou como uma das principais atividades econômicas do Alto Solimões, cabendo a Tabatinga apenas o beneficiamento do produto. Atualmente, uma parcela expressiva da madeira que abastece a cidade de Tabatinga é oriunda do Peru (ALENCAR, 2005).

As transações comerciais realizadas pelos pequenos produtores familiares são concentradas na principal porta de entrada e saída da cidade, no porto, área que se localiza a feira e o mercado municipal, espaço que abriga também as casas de comércio compra e venda de produtos da população ribeirinha e outros serviços associados, bem como estão situadas várias instituições político-organizativas, como a Colônia dos Pescadores Z-24, o Porto da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM, e outros.



Figura 04: O flutuante da Funasa no porto  
**FONTE:** Marcelo Calegari, 2007.



Figura 05: Porto de Tabatinga  
**FONTE:** Marcelo Calegari, 2007.

De acordo com Alencar (2005), o município apresenta um potencial consumidor de produtos agrícolas e industrializados, apesar disso não dispõe do mesmo potencial como centro produtor, por isso o abastecimento da cidade é feito por intermédio de outras regiões do Brasil e pelos países da fronteira, Colômbia e Peru.

Os produtos agrícolas e extrativos são fornecidos por outros municípios do Amazonas, sobretudo, pelas cidades vizinhas ao município de Tabatinga, e também por pequenos produtores do Peru que adentram o país e vendem na feira local, juntamente com os produtores rurais ribeirinhos do próprio município.

O setor industrial concentra-se no aproveitamento e processamento de matéria-prima local, como artefatos de madeiras, que em sua maioria são trazidas de outros municípios, na olaria e extração de seixo e areia, mais que não possuem destaque na economia local.

#### **Infra-estrutura de Bens e Serviços Sociais**

A infra-estrutura de serviços sociais de Tabatinga abrange o sistema educacional, de saúde e de assistência social para população das áreas rural e urbana do município, são serviços públicos coletivos e essenciais para atendimento de direitos universais dos cidadãos.

##### ▪ **Educação**

No ano 2003, conforme informações do INEP/MEC<sup>24</sup> que realizou o Censo Escolar em Tabatinga, o quadro educacional, no que se refere a quantidade de estabelecimentos educacionais da rede pública, encontrava-se disposto da seguinte maneira:

- 05 Escolas Estaduais;
- 64 Escolas Municipais.

Vale ressaltar, que esses números abrangem a educação básica em diferentes níveis – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e distintas modalidades – Ensino Regular, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O município conta também, com 05 escolas da rede privada, sendo 03 que atendem apenas a educação infantil.

---

<sup>24</sup> Disponível em: <[http://www.cnm.org.br/demografia/mu\\_demografia .asp?](http://www.cnm.org.br/demografia/mu_demografia.asp?)> Acesso em: 09/02/2007.

Quanto a educação superior, o município abriga em seu território a instituição de ensino superior do estado, a Universidade Estadual do Amazonas – UEA, que oferece cursos de graduação com diferentes cursos de bacharelado e licenciatura<sup>25</sup>.

De acordo com Alencar (2005), o município está criando medidas de estímulo a permanência das populações rurais em seus locais de origem, neste sentido a administração local está investindo na criação de pólos para o atendimento à educação e saúde, em algumas comunidades que foram selecionadas como referência no município, para descentralizar as demandas dos grupos sociais da área rural sobre os serviços prestados na sede de Tabatinga.

A política de descentralização da educação formal direcionada para a cidade foi viabilizada após o processo de municipalização da educação, que possibilitou a ampliação dos números de salas de aulas e a contratação de novos professores, sobretudo para área rural, segundo Alencar (2005), isso pode se configurar como reflexo da organização das populações rurais do município, que têm reivindicado junto ao governo municipal a construção de escolas nas comunidades.

Tal cenário caracteriza-se pelo incremento na oferta de emprego na área educacional, bem como, na tentativa de aumentar a qualidade do ensino público em Tabatinga, em decorrência da contratação de novos professores, e a qualificação e formação superior dos docentes do quadro funcional do município.

#### ▪ **Saúde**

Na área da saúde, o município é considerado polo de referência no alto Solimões, por demanda por atendimento de saúde de outras localidades e cidades e localidades próximas, resultando na insuficiência de infraestrutura e serviços de saúde.

O HGT foi construído para atender aos pelotões de Fronteiras sob a jurisdição do Comando de Fronteira do Alto Solimões (CF-SOL), entretanto, em face à carência dos serviços hospitalares e ambulatoriais os serviços foram abertos ao atendimento de toda a população dos municípios do Alto Solimões (Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do município de Tabatinga-AM, 2001).

---

<sup>25</sup> A parceira com a UEA, realizada pela prefeitura local, resultou em cursos de formação dos professores do ensino fundamental e médio, possibilitando aos professores da área rural a formação superior (ALENCAR, 2005).

O município de Tabatinga disponibiliza atendimento de saúde diferenciada às populações indígenas, com programas específicos de assistência à saúde indígena, de responsabilidade da FUNASA, que, em parceria com a Organização de Saúde do povo Ticuna-Alto Solimões – OSPTAS, são encarregados pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Solimões – DSEI-AS. Essas organizações custeiam os salários dos agentes de saúde e promovem cursos de formação aos grupos indígenas. Os principais pólos de atendimento são Belém do Solimões, na área Évaré I, e Santa Rita do Weill. A política de saúde diferenciada aos grupos indígenas tem implicação em constantes e novos processos de afirmação de identidades étnicas por parte de diferentes segmentos da população, em decorrência dos direitos sociais básicos e restritos oferecidos aos índios da área (ALENCAR, 2005).

#### ▪ **Assistência Social**

A qualidade de vida da população de Tabatinga pode ser percebida pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), esse indicador se constitui a partir da análise da longevidade, educação e renda, que permite acompanhar e avaliar as melhorias e o alcance das políticas públicas municipais. Deste modo, o IDH de Tabatinga do ano de 2000 foi equivalente a 0,699, configurando-se como um médio desenvolvimento humano, comparado ao índice do Amazonas que corresponde de 0,717 e a média nacional de 0,764.

O êxodo da população de outros municípios em direção a Tabatinga, em razão da demarcação das reservas indígenas, ocasionou a redução das atividades madeireiras no final dos anos 80, e dos grupos sociais do meio rural para Tabatinga. Este fenômeno repercutiu gerando um intenso fluxo da população e, conseqüentemente, o crescimento demográfico num cenário de inexistência de infra-estrutura de assistência social para atendimento da demanda estabelecida na cidade.

Segundo Nogueira (2005), um dos maiores problemas do município de Tabatinga é a pressão social para o atendimento assistencial a brasileiros e peruanos que residem na cidade. Esse cenário, juntamente com a falta de políticas voltadas para os moradores da zona rural, e o intenso fluxo populacional para a sede do município, segundo Alencar (2005), tem causado problemas sociais sérios, visto que resulta em mudanças nos valores culturais, sobretudo dos segmentos jovens das comunidades, ocasionando o aumento dos problemas associados ao consumo de bebidas alcoólicas, de entorpecentes, à prostituição infantil, à proliferação de DST, entre outros.

## 2. Caracterização do *locus* da pesquisa: A comunidade ribeirinha de Taurú

A comunidade de Taurú encontra-se situada no município de Tabatinga no estado do Amazonas possui características de modo de vida ribeirinha, essa premissa é destacada em diferentes estudos sobre a população regional, como chama atenção Wagley (1988) ao relatar que “na realidade, a forma de colonização em toda a Amazônia é de pequenas casas disseminadas, próximas às vias fluviais, principais meios de transporte” (p. 51). Como pode ser verificada nas figuras 06 e 07:



Figura 06: Comunidade de Taurú-Tabatinga  
**FONTE:** Elane Silva, 2007.



Figura 07: A paisagem da comunidade Taurú  
**FONTE:** Marcelo Calegari, 2007.

Nestes termos, o autor acrescenta que todas as comunidades compartilham a herança cultural da região e cada uma delas é uma manifestação local das possíveis interpretações de padrões e instituições regionais, por isso, com bases nos estudos realizados, para além da espacialidade a comunidade de Taurú constitui-se num núcleo comunitário amazônico, com semelhanças aos padrões culturais da região, mais com características particulares no modo de vida de seus habitantes.

Sobre a organização espacial dos núcleos comunitários ao longo dos rios da Amazônia, o cronista Francisco Vasquez (1561), no período da colonização da região, já observava essa característica nas aldeias indígenas que habitavam a extensão do rio Amazonas, e descrevia que “todas as aldeias ficam na barranca do rio sem que se vissem outras povoações pelo interior; são na maioria pequenas e afastadas dez a quinze léguas uma da outra” (VASQUEZ *apud* PORRO, 1995, p.79).

A composição das comunidades amazônicas aos moldes atuais, deve ser entendida como portadoras de determinações dos modelos anteriores de aldeamentos indígenas, assim como o modo de vida dos grupos sociais ribeirinhos que comporta uma intensa relação desses agentes com o meio circundante.

A intensidade da relação homem e natureza no cenário amazônico, historicamente foi (re)impressa no *modus vivendi* de seus grupos sociais, assim expõe o historiador social Leandro Tocantins (1982), ao observar que a expansão humana na Amazônia aconteceu a partir de uma teia de inter-relações simbioticamente entrelaçadas, ou em conflito, sendo estas determinantes na vida e na paisagem local<sup>26</sup>.

Sobre a vida desses agentes sociais que possuem vida diretamente ligada ao rio, vivendo sobre égide de sistemas distintos de solos, várzea e terra firme, Tocantins (1982) explica:

Os caminhos que andam trazem a fortuna ou a desgraça. Quando nas cheias a navegação alcança os sítios mais longínquos, certas vezes as alegrias do feliz acontecimento são toldadas pelas inundações funestas, arrasando culturas agrícolas, tragando barrancos, removendo a pobreza franciscana das barracas, levando o desespero aos lares, e constituindo uma série ameaça à economia (p. 276)

O regime do rio no sistema de várzea<sup>27</sup> é um fator determinante no modo de organização de toda a vida dos grupos sociais ribeirinhos, este se apresenta, portanto, como o regulador do ciclo anual da vida vegetal e animal e, de acordo com Meggs (1987), conseqüentemente, das oportunidades de subsistência à disposição do homem amazônico.

A comunidade de Tauarú dispõe de uma grande parcela de terras de várzea, territórios, que Alencar (2005), ao estudar as várzeas do alto Solimões, adverte que “apresentam terras de formação instáveis, sujeitas as modificações constantes com a ocorrência da terra caída e de formação de praias e ilhas; e terras estáveis que sofrem poucas modificações” (p. 61).

---

<sup>26</sup> Sobre isso, Tocantins (1982) explica esse ciclo de relações ao afirmar que: “O homem subordinando-se à floresta, aos rios, umas espécies vegetais às outras, os animais aos homens, estes aos animais, as plantas aos seres humanos” (p.44).

<sup>27</sup> Conforme Junk (1983), “as várzeas amazônicas estão associadas aos rios de água branca que apresentam grande concentração de nutrientes dissolvidos; carregam sedimentos que fertilizam o solo, das áreas que são alagadas periodicamente, e apresentam alta fertilidade e potencial produtivo. As várzeas estão divididas em várzeas do estuário, várzeas do médio e baixo Amazonas, várzeas do alto e médio Solimões e várzeas dos pequenos rios que sofrem influência das marés. Essa divisão estabelece uma distinção das várzeas a partir do tipo de ‘pulso de inundação’” (*apud* ALENCAR, 2005, p. 60).

Ainda segundo Alencar (2005), o “fenômeno da terra caída tem causado a extinção de povoados e mobilidade de outros, imprimindo uma dinâmica ambiental que altera a configuração da paisagem, influenciando o padrão de ocupação humana, a densidade populacional e o tipo de produção econômica” (p. 61). Para a autora, nesse tipo de várzea a ocupação humana e as atividades econômicas são instáveis e a vida dos moradores é traduzida em movimento.

O núcleo comunitário de Tauarú, situado em territórios do Alto Solimões, é um exemplo típico de comunidades ribeirinhas de várzea que apresenta a ocorrência do fenômeno de terras caídas, desse modo, esse acontecimento é constantemente observado (Conforme a Figura 08).



Figura 08: Fenômeno de terra caída na comunidade de Tauarú  
**FONTE:** Marcelo Calegari, 2007.

Portanto, a comunidade de Tauarú sofre constantemente com alteração em sua paisagem natural, resultando na mobilidade de seus moradores e de seu sistema produtivo, assim sendo, é comum escutar de seus habitantes que irão “se mudar mais pra cima, porque o barranco tá caindo”, outros, constroem outra casa e esperam a proximidade da queda do barranco para se mudar para moradia nova. Contudo, nenhum dos moradores manifestou o desejo de deixar o local em decorrência desse fenômeno natural.

Segundo o presidente de Tauarú, no ano de 2006, “o barranco levou 06 casas da comunidade”, resultando na reconstrução das moradias dos grupos domésticos em outras áreas da comunidade. Em decorrência disso, os comunitários já têm planos de edificar a estrutura física da igreja em outro local, visto que o barranco já se aproxima da área em que esta se encontra.

O que se percebe em relação ao fenômeno de terra caída em Tauarú, é que modifica bruscamente e rapidamente o cenário da comunidade, uma vez que o barranco encontra-se cedendo constantemente nas áreas próximas ao núcleo central da comunidade, e segundo os moradores, conforme os ciclos das águas, isso pode acontecer num período de 03 a 04 anos.

Desse modo, a dinâmica comunitária da Tauarú perpassa também pela determinação do sistema de enchente e vazante, desses processos da natureza e de suas mudanças na composição territorial, juntamente com outras determinações de ordem social, econômica, política, cultural, simbólica e ambiental que compõe o modo de vida desses grupos sociais ribeirinhos.

### **Localização geográfica, demografia e condições de habitação em Tauarú**

A comunidade ribeirinha de Tauarú está localizada na zona rural do município de Tabatinga no meio da floresta amazônica à margem esquerda do rio Solimões. Segundo os registros e ata de reuniões dos moradores da comunidade (2004), a mesma situa-se a 63 metros acima do nível do mar, com coordenadas geográficas ao S 04°08'46.7" e a W 069°24'49.4".

Tauarú encontra-se distante de Tabatinga, sede do município, 33 km em linha reta e em via fluvial, sendo necessário gastar 3:00 horas de lancha veloz e 6:00 horas em motor rabeta, transporte comumente utilizado pelos produtores rurais para o deslocamento da produção até a sede do município para comercialização.

Segundo o Registros Comunitário de Tauarú (2004)<sup>28</sup>, cerca de 95% de sua área pertence a terra indígena denominada EWARÉ I. A comunidade faz limites ao Leste com a comunidade de São Fernandes que fica na ilha de Tauarú; ao Norte com a comunidade de Sacambú I e II, ao Sul com a comunidade de Jutimã, Uriqui e Sapotal ao Oeste com a comunidade de Sacambú II (Conforme ilustra a Figura 09).

---

<sup>28</sup> No estudo, as informações que se reportam aos registros da comunidade, são acontecimentos que foram descritas por alguns comunitários de Tauarú, tornando-se uma documentação que a comunidade mantém e relata suas atividades e experiências ao longo da história, desde o ano de 2004.

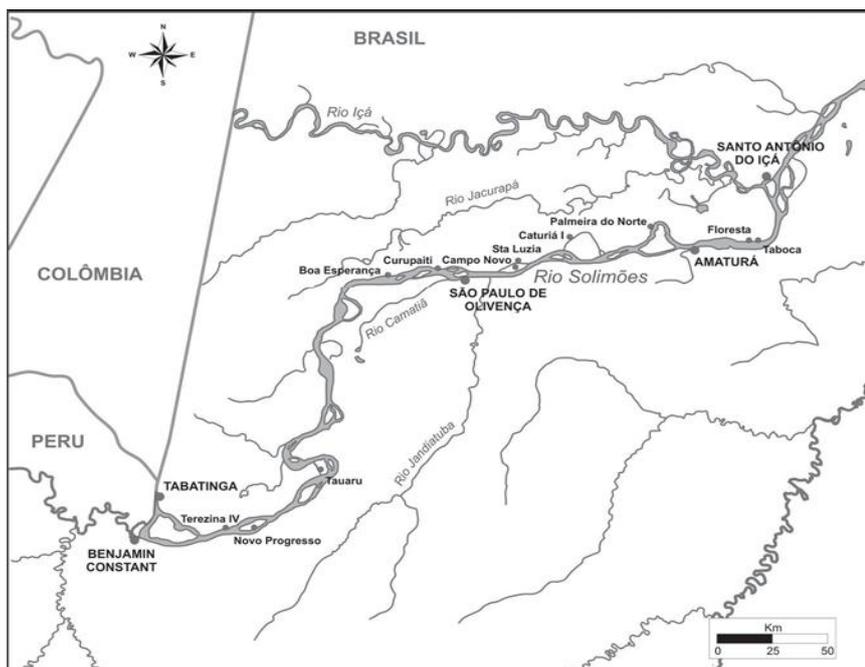


Figura 09: Mapa de localização da comunidade de Taurarú.  
FONTE: IBAMA/PRÓ-VÁRZEA, 2005.

O censo realizado pelos próprios moradores, no ano de 2004, avaliou que a comunidade possuía 59 famílias e uma população estimada em 400 habitantes. A pesquisa realizada pelo Grupo Inter-Ação, no ano de 2006, constatou a soma de 64 grupos familiares com estimativa de 511 habitantes. Atualmente, em 2007, segundo informações do líder comunitário, a comunidade possui 75 famílias totalizando cerca de 530 moradores. Tais informações conduzem à constatação de um expressivo aumento na densidade demográfica da comunidade em apenas 03 anos, e de sua representatividade enquanto importante núcleo comunitário rural no município de Tabatinga.

Quanto a disposição espacial da comunidade de Taurarú, a mesma, tem como referência em sua área central e principal, os seguintes equipamentos comunitários:

- ✓ 01 casa de farinha comunitária, com 02 fornos de fazer farinha;
- ✓ 01 igreja, Associação da Cruzada;
- ✓ 01 escola, denominada Escola Municipal Paraná da Saudade;
- ✓ 01 frigorífico flutuante para os pescadores da comunidade;
- ✓ 01 chapéu de palha, local que se realizam as reuniões da comunidade.

Os equipamentos comunitários existentes na principal área da comunidade, localizados as margens do rio Solimões, conforme pode ser observado nas Figuras 10, 11 e 12, dividem espaço com diversas moradias dos grupos familiares, tendo como especificidade a proximidade entre estas, facilitando o acesso as habitações, bem como o convívio entre os comunitários.



Figura 10: Casa de farinha comunitária  
**FONTE:** Francenilda Oliveira, 2000.



Figura 11: Igreja da comunidade  
**FONTE:** Elane Silva, 2007.



Figura 12: Chapéu de palha comunitário  
**FONTE:** Natalial Noguchi/Inter-Ação, 2006.

O interior da comunidade é recortado por diferentes caminhos paralelos que, de acordo com relato dos moradores, são quatro “ruas” que abrigam em sua extensão, as habitações dos comunitários e outros equipamentos sociais, sendo elas: Rua das Antenas; Vila Nova; Eduardo Braga; e Bom Jardim. No entanto, o que foi percebido é que os moradores não reconhecem as “ruas” pelas denominações descritas.

Neste instante, o que se percebe na comunidade é a tentativa de um ordenamento urbano no âmbito rural, de certo modo, ao identificar os diferentes caminhos de acesso às residências como ruas, essa explicação implica em uma expectativa de desenvolvimento local, confere um *status* de progresso ao núcleo comunitário.

Mediante isso, comumente em Tauarú, a identificação de um local ao outro acontece por meio da proximidade de um equipamento social ou da moradia de um comunitário conhecido, assim sendo, para se chegar a casa do presidente da comunidade, que se localiza próximo a igreja, todos comunitários informam como referência a igreja, desconsiderando o nome da rua em que se encontra a habitação. Como pode ser identificado nas figuras 13, 14 e 15:



Figura 13, 14 e 15: As “ruas” que dividem a comunidade de Tauarú  
**FONTE:** Elane Silva, 2007.

Segundo os informantes da pesquisa, as terras da comunidade são de propriedade de um dos moradores mais antigo, o patriarca de um dos três grupos familiares que formaram o núcleo comunitário, e o mais rígido seguidor dos preceitos da igreja local. O domínio territorial implica no pagamento do imposto do terreno, por isso, é identificado como autoridade e o responsável pelas diferentes decisões relacionadas à comunidade.

No que se refere às moradias em Tauarú, estas correspondem às características culturais da região amazônica, tanto em relação ao material utilizado nas edificações quanto em sua estrutura física. As casas na comunidade são dispostas com distâncias curtas entre as habitações e com poucos cômodos ou divisórias. Conforme pode ser observado nas Figuras 16, 17 e 18:



Figura 16, 17 e 18: Os modelos de habitações na comunidade de Tauarú.  
**FONTE:** Elane Silva, 2007.

Na comunidade todas as casas são construídas de madeiras cobertas de palha, alumínio ou zinco, sendo a madeira e a palha materiais mais acessíveis aos moradores, uma vez que fazem parte dos recursos naturais disponíveis no local, e adaptadas ao ambiente regional (CHAVES, *et al*, 2006).

## **Histórico da comunidade de Tauarú**

Conforme o Registro Comunitário (2004), a denominação Tauarú deriva de uma palavra indígena que nomeava uma árvore que existia na localidade, no tupi-guarani a palavra significa pequena palhoça nas roças e seringais.

A comunidade de Tauarú foi fundada no ano de 1925 por Gonçalo Evangelista de Almeida juntamente com seu grupo familiar. Em 1930, chegaram no local mais três grupos familiares, vindos do Ceará, do Peru e da etnia Ticuna, formando um grupo com 30 agentes sociais.

Entre 1925 e 1939, a comunidade de Tauarú fazia parte da comarca de São Paulo de Olivença. Em 1940, a mesma foi desmembrada do município de São Paulo de Olivença para o município de Benjamin Constant. Neste mesmo período, a população já alcançava aproximadamente 60 habitantes e 10 moradias.

Nesse período de formação a comunidade não obtinha nenhum apoio do poder público, desse modo seus moradores sobreviviam como podiam, retirando seus alimentos da natureza por meio de seus conhecimentos tradicionais, comprando o que não produziam na sede do município, e conservando sua cultura (Registro Comunitário, 2004).

A emenda constitucional nº 12, de 10 de dezembro de 1981, que criou o distrito de Tabatinga, conduziu a comunidade de Tauarú a jurisdição do município de Tabatinga. Segundo os moradores, a chegada da Santa Cruz, em 02 de abril de 1977, fundada pelo missionário José Francisco da Cruz, criador da Religião da Santa Cruz, foi fundamental para crescimento da comunidade, e com isso, a implantação de leis e normas, a partir dos preceitos religiosos que seguem até a atualidade.

Segundo alguns informantes da pesquisa, os grupos familiares viviam no local em áreas separadas e distantes um dos outros, a chegada da Associação Cruzada serviu para orientar as famílias a seguirem a religião. Desse evento resultou a fundação da comunidade baseada em três grupos familiares que foram se relacionando e originando outras famílias, derivando no núcleo comunitário de Tauarú, gerando-se uma intensa relação de parentesco entre seus membros, que costumam afirmar que no local, “é tudo família”.

A igreja da comunidade possui papel preponderante na orientação da conduta dos comunitários, articulado a Associação dos Agricultores Rurais de Tauarú e a Associação dos Pescadores que foram criadas pelos comunitários, com orientações de instituições governamentais e não-governamentais, constituem o tripé da organização social e política da comunidade na atualidade, e tem por objetivo fortalecer a comunidade e permitir o alcance de seus direitos sociais.

### **Infra-Estrutura de Bens e Serviços Sociais de Tauarú**

A comunidade de Tauarú em relação a infra-estrutura de bens e serviços sociais possui basicamente dois núcleos escolares e um posto de saúde, que tem a função de promover a educação e o serviço de saúde no local.

#### ✓ **A educação em Tauarú**

Ao considerar a educação como elemento fundamental para o desenvolvimento de todos os grupos sociais para elevação de sua qualidade de vida, no contexto regional amazônico, Chaves (2006) em seus estudos avalia que a escola assume papel de extrema importância no processo de mobilização e organização das comunidades ribeirinhas.

O sistema educacional na comunidade de Tauarú é constituída por 02 escolas, sendo uma reformada recentemente, a Escola Municipal Paraná da Saudade (Fig. 19), no mesmo período da construção da segunda escola<sup>29</sup> (Fig. 20), ainda sem nome. A primeira e principal escola da comunidade, que está em funcionamento, atende cerca de 285 alunos matriculados<sup>30</sup> da educação infantil até o ensino fundamental completo, em dois turnos, matutino e vespertino.

---

<sup>29</sup> A segunda escola da comunidade foi edificada no período de janeiro e fevereiro de 2007.

<sup>30</sup> Segundo o presidente da comunidade, cerca de 20 do total de alunos matriculados vem de outras comunidades para estudar em Tauarú, sendo elas: Sacambú I e II, e Dom Fernandes.



Figura 19: A escola da comunidade reformada.  
**FONTE:** Elane Silva, 2007.



Figura 20: A escola recém-construída.  
**FONTE:** Marcelo Calegari, 2007.

A escola da comunidade em funcionamento possui uma estrutura física construída toda de madeira, com cobertura de zinco, semelhante a segunda escola recém-edificada, conforme pode ser observada nas ilustrações. Segundo registros dos moradores (2004), a área construída é de 330m<sup>2</sup>, contendo 04 salas de aulas, com capacidade para 40 alunos, uma secretaria, uma cozinha com refeitório, que servia também de quarto para os professores que tinham que morar na comunidade, dois banheiros, uma caixa com capacidade para 1.000 litros d'água.

Os moradores da comunidade estão tentando formar um grupo, com no mínimo 30 alunos, para conseguir uma turma de ensino médio para a escola da comunidade no ano de 2008, vale destacar o esforço do presidente da comunidade, que foi em 03 comunidades vizinhas para conseguir 05 estudantes que faltavam para formar a turma, tendo em vista que Tauarú possui 25 alunos com o ensino fundamental completo, mais as outras comunidades não cederam os alunos. Isso se deve ao fato, da Prefeitura advertir que a comunidade não tem demanda para justificar a implantação do ensino de nível médio em sua unidade escolar, isto é, uma quantidade suficiente de alunos que compense o custo para manutenção de mais um nível de educação básica no local.

A comunidade conta com um “canoão” cedido pela Prefeitura de Tabatinga que transporta os alunos de outras comunidades para a escola em Tauarú, para tanto a Prefeitura disponibiliza 400 litros de gasolina por mês para o serviço, vale destacar que o funcionário que faz o transporte escolar, o chamado “catraieiro” é morador da própria comunidade.

A Prefeitura de Tabatinga por meio da Secretaria de Educação com o objetivo de incrementar a circulação de renda na comunidade realiza um sistema de rodízio para as funcionárias de serviços gerais da escola, que também são da própria comunidade, para isso, cada uma trabalha 03 meses e dispõe a vaga para outra comunitária trabalhar outros 03 meses, no início do ano seguinte, começa novamente o rodízio. Os moradores acreditam que essa iniciativa aumentou o número de atores sociais da comunidade que possuem uma renda fixa mensal, melhorando a condições de vida dos grupos familiares de Tauarú.

O quadro docente da escola é formado atualmente por 06 professores que residem em Tabatinga, mas que passam a habitar na comunidade no período escolar, em decorrência da exigência da Secretaria de Educação Municipal. A comunidade dispunha de um barracão com quartos, que seria o centro social, para abrigar os professores durante o ano letivo, entretanto, a nova escola já dispõe de quartos apropriados para os docentes que chegam de outros lugares para lecionar na comunidade.

Contudo, a principal reivindicação dos comunitários de Tauarú recai sobre a falta de alguns equipamentos e recursos didáticos que são escassos na escola, entretanto, para além das carências de materiais de consumo e permanentes na escola, o que se identificou foi a formação dos jovens a partir de um modelo educacional deslocado da realidade local.

Em seu estudo sobre comunidades ribeirinhas do rio Andirá no município de Barreirinha no Amazonas, Ranciaro (2004), acredita que a crise no sistema educacional reside, dentre outros motivos, na apropriação do saber de acordo com interesses dos aparelhos institucionais, com isso subestima determinados agentes sociais que constituem modos de vidas específicos, por meio da homogeneização dos processos de ensino, deste modo, a autora questiona “por que à criança da roça não é dado o direito de ler a Amazônia? De interpretá-la como o seu espaço de vivência; de aproximação dessa realidade que se expressaria na leitura assimilada sobre seus rios, lagos e selva?” (p. 137).

Para alguns moradores de Tauarú, a comunidade se destaca de outros núcleos comunitários rurais na Amazônia no processo educacional, uma vez que conseguiu formar profissionais qualificados com competência que serve a própria comunidade, como o diretor e uma professora da escola que estão cursando o nível superior na UEA em Tabatinga e pertencem a grupos familiares que habitam em Tauarú desde sua constituição. Deste modo, os comunitários citam os nomes dessas pessoas com certo orgulho, por acreditarem que estes superaram as dificuldades, conseguiram sua formação e atualmente auxiliam a comunidade na busca de seus direitos sociais.

Vale destacar, que os moradores que acreditam que a comunidade alcançou êxito no processo educativo por intermédio do exemplo dos dois profissionais citados, são agentes envolvidos na organização política de Tauarú. No entanto, o que se percebe entre esses comunitários é o entendimento da relevância da educação para além do contexto escolar, isto é, do ensino formal, mais que esta, se expressa nos diferentes espaços em que os agentes sociais estão inseridos, e deve ser utilizada como elemento base de acesso a melhoria na qualidade de vida da comunidade, como enfatiza o presidente de Tauarú, ao citar a importância da educação e a luta para trazer mais um curso para o local, acreditando que

[...] no futuro nosso, as mesmas pessoas sejam professores da nossa comunidade e se formem algumas pessoas também na sede do município (...) antes no passado, até em 98, nós não tinha assim um rumo certo, tudo que agente queria fazer tinha que ir em Tabatinga, tinha que pagar outra pessoa, e através do estudo não! A comunidade mesmo decidiu! nós temos duas pessoas que nos ajuda bastante (...) que vivem aqui dentro da comunidade mesmo (Presidente da comunidade de Tauarú, 2007).

Partindo dessas premissas, pode-se observar na comunidade o indício ainda que *a priori* e de modo incipiente, que é analisado por Batista & Chaves (2004) em estudos em outros contextos similares, da compreensão da educação como um poderoso instrumento de transformação social, e que a comunidade deve usufruir dela para alcançar os padrões entendidos por esses atores como importantes para melhoria na qualidade de vida do grupo social.

#### ✓ **Práticas tradicionais e o sistema de saúde em Tauarú**

As práticas tradicionais utilizadas para solucionar os problemas relacionados à saúde em Tauarú, podem ser consideradas elementos representativos da força da tradição indígena na cultura da comunidade, a partir disso, percebe-se a manutenção dessas práticas em núcleos comunitários que possuem modo de vida tradicional.

Na comunidade de Tauarú foi identificado a existência de agentes sociais que desempenham papéis essenciais ao exercerem as funções de “rezadeiras” e/ou “benzedeiras”, e parteiras que, para além da função social na assistência a saúde, são figuras que pertencem a cultura das populações tradicionais da região.

Neste sentido, Tauarú reproduz o que Wagley (1988) observou na comunidade amazônica de Itá, e chamou de conceito duplo da doença, as distintas explicações e causas das doenças que esses grupos sociais assimilam, posto que “acreditam em causas naturais e geralmente aceitam de bom grado as explicações fornecidas pelo médico sobre o motivo da doença; mas ao mesmo tempo crêem que esta seja enviada pelos perigosos espíritos da selva e do rio” (p. 241). Em Tauarú, essa referência pode ser compreendida no relato do rezador, ao exemplificar que existem diferentes doenças em decorrência do clima, como

[...] a ‘vermelha’ que é uma doença que abre um golpe no corpo (...) ela incha vermelha (...) e vai queimando aquela parte (...) só dá de quentura! se a senhora pegá um corte, um golpe e vai andar na quentura! Tem também que resulta do sol. As vezes a pessoa tá molhado e sai para o sol com a pele molhada aí pode resultar numa coceira (...) e nós chama aqui de ‘isipa branca’, incha o coró e dá coceira.

Na comunidade de Tauarú percebeu-se que a cura da doença é gerada por dupla determinação, uma vez que os comunitários recorrem e concordam com as explicações sobre a doença advindas dos médicos e a cura por meio dos remédios farmacológicos, mas preservam e absorvem os hábitos, costumes e crenças, fundados na cultura dos grupos indígenas, ou seja, na medicina tradicional oriunda de seus antecessores.

Conforme os ritos, costumes e o simbolismo da cultura amazônica, que de acordo com Wagley (1988) representa a fusão das diferentes culturas da Europa, África e do Ameríndio, observa-se que os agentes sociais de Tauarú expressam as modificações e adaptações da tradição indígena, da cura por intermédio dos conhecimentos sobre as plantas medicinais e práticas de rituais religiosos, como por exemplo, orações. Sobre a existência desses “profissionais nativos”, o mesmo autor analisa que:

[...] possuem elas algum poder especial para curar [...]. É um poder que se torna evidente através de diagnósticos e curas sucessivas. Os seus tratamentos consistem geralmente em orações usadas como encantamentos e ervas medicinais. As orações, que elas em geral sabem de cor e que a maioria conserva em segredo, são específicas contra dores de cabeça, resfriados, diarreia, febres e outras doenças e indisposições comuns e só têm poder para a benzedeira ou rezadeira que as utilizam (p. 246).

O principal rezador da comunidade nega a posição de curandeiro, e se identifica como conhecedor e estudioso sobre doenças, com isso, afirma que se sabe diagnosticar a enfermidade, saberá certamente curá-la através das orações, pois, segundo este, cada doença tem sua reza específica e declara com veemência a precisão de seu trabalho na comunidade. Assim, ao explicar sobre sua prática que ele denomina como sabedoria, relata:

Aí também eu passo a trabalhar com a saúde na parte da reza como dizem né! que durante o tempo que eu trabalho em cima desse tipo de doença, na minha mão nunca morreu um! Agora! o que pertence ao doutor eu também aviso! Isso não é para mim não! Tem que levar ao doutor!

O que chama atenção na comunidade de Tauarú é o fato do intenso domínio da religião da Santa Cruz que impõe aos comunitários determinados códigos de conduta e valores, apesar disso, os moradores, e inclusive o diretor da Associação Cruzada, acreditam e respeitam o diagnóstico e a cura realizada pelos rezadores que desempenham esses papéis na comunidade.

A tradição aliada a ausência de maternidade e/ou médicos especializados para realizar os partos na comunidade faz com que esses grupos recorram às chamadas “parteiras”. Tauarú dispõe de 02 parteiras, tendo a mais velha com 68 anos, segundo relatos, já realizado mais de 100 partos no local.

A figura da parteira representa para a comunidade, o acompanhamento no período da gravidez, tendo em vista a falta da possibilidade de acompanhamento pré-natal, e o auxílio no momento do parto às mulheres da comunidade. Para Wagley (1988) “as parteiras são notáveis fontes de sabedoria a respeito desse assunto e outros aspectos da higiene feminina” (p. 242). As orientações para o uso de chás e infusões de diversos tipos de plantas medicinais, assim como as rezas, também fazem parte dos atendimentos às mulheres grávidas.

O trabalho de acompanhamentos das crianças da comunidade após o nascimento até os 06 anos de idade, é realizado por 06 voluntários que desenvolvem o trabalho da Pastoral da Criança, da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB da Igreja Católica, que atuam há 05 anos em Tauarú. Conforme foi informado por uma voluntária, o trabalho somente é desenvolvido com as mães que consentem o acompanhamento de seus filhos, em decorrência de algumas implicações religiosas ou por outras razões. Na comunidade, as voluntárias

acompanham as crianças no que se refere ao peso e tamanho, e fornecem orientações as mães sobre como tratá-las no caso de desnutrição (Ver Figuras 21, 22 e 23).

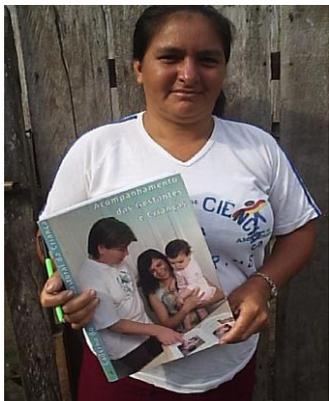


Figura 21: Voluntária no momento da visita  
**FONTE:** Elane Silva, 2007.



Figura 22 e 23: O momento da pesagem das crianças na comunidade  
**FONTE:** Elane Silva, 2007.

O sistema de saúde de Taurú atualmente conta com um posto de saúde<sup>31</sup>, construído 02 meses antes da edificação da escola, todo em alvenaria, e com dois agentes de saúde que exercem certo grau de articulação na Secretaria de Saúde de Tabatinga.

Segundo um dos agentes de saúde comunitário, as principais dificuldades referentes ao atendimento de serviço de saúde, oferecido pelo poder público, que sofre a comunidade caracteriza-se: a) pela falta de equipamentos básicos de saúde; b) ausência de médico; c) de medicamentos; d) e de transporte para assistir os comunitários nos momentos de emergência. Assim sendo, quando algum comunitário contrai uma enfermidade grave é necessário levar ao hospital em Tabatinga, entretanto a distância da sede do município torna inviável essa alternativa para os pacientes em estado de urgência.

<sup>31</sup> Vale destacar que no momento da última visita para realizar pesquisa de campo, o posto de saúde ainda não possui nome, não foi inaugurado, e não constam informações de como será seu funcionamento e quanto iniciará os atendimentos aos comunitários. Muitos dos moradores, inclusive, não acreditam que este irá funcionar.



Figura 24: Posto e o agente de saúde da comunidade  
**FONTE:** Elane Silva, 2007.

Mediante isso, os agentes de saúde juntamente com a comunidade foram buscando estratégias para a ausência dos serviços de saúde especializados, assim conseguiram o fornecimento do serviço no Pronto Socorro Belém do Solimões que é administrado pela FUNASA e localiza-se a cerca de 1:00h da comunidade, com isso constantemente o atendimento aos comunitários de Taurú são realizados neste estabelecimento de saúde.

Contudo, o que se pode observar na comunidade de Taurú é a conservação das práticas tradicionais, que se estabelece por meio de diferentes mecanismos para curar as enfermidades dos moradores, e estes se apresentam sob a forma, de reza, da medicina tradicional, do auxílio das parteiras, ou com a prevenção e acompanhamento do trabalho da Pastoral da Criança. Por outro lado, a ausência do serviço da saúde público impõe aos comunitários a necessidade de recorrer a outros estabelecimentos de saúde, como o encaminhando ao Pronto-Socorro de Belém do Solimões e/ou Tabatinga.

#### ✓ **A Organização Política e a Assistência Social em Taurú**

A comunidade de Taurú organiza-se por intermédio de duas associações organizadas pelos moradores, sendo elas: a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Taurú e a Associação dos Pescadores de Taurú que é vinculada a Colônia dos Pescadores de Tabatinga, a Z-24.

As associações possuem atribuições distintas, em decorrência de suas áreas de atuação, no entanto convergem na garantia e encaminhamento dos benefícios para seus membros, sendo estes: a) Auxílio-Maternidade; b) Auxílio-Doença; c) Certidão de Nascimento; d) Aposentadorias; e) e Seguro-Desemprego/Seguro Defeso para os pescadores.

Tendo assegurado esses benefícios sociais por meio das associações, alguns moradores de Taurarú são beneficiários dos programas sociais do Governo Federal, como: Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Vale-Gás e outros, os quais contribuem para o complemento da renda mensal dos grupos familiares na comunidade.

A Associação dos Produtores da comunidade, de acordo com o presidente, quando providencia encaminhamentos para os moradores “geralmente o benefício sai”, mais existem condições que precisam ser cumpridas, sendo a principal, os pagamentos das mensalidades, neste sentido, ele explicita:

[...] que a lei que o cartório dá para agente (...) só tem direito quem contribui (...) aí no momento que eles precisam (...) então a associação não libera nenhum documento para ele que conste como agricultor (...) para ele pegar o auxílio-doença ele precisa de um documento da comunidade.

De acordo com o relato exposto, vale destacar, que os direitos sociais apresentados são garantidos na Constituição Federal Brasileira, de 1988, a todos os cidadãos, no entanto, no âmbito das relações internas, de mobilização, das relações de poder, e conflito internos a comunidade, é importante entender que foi identificado um processo de tolher o acesso aos direitos sociais por meio do dever do pagamento da mensalidade. Contudo, a relação entre os comunitários em Taurarú, de parentesco e vizinhança, permite a solução rápida de tais distorções.

O tripé estabelecido pelas 02 associações e a igreja que formalmente representa a organização política de Taurarú, dissimula a disputa de poder entre as entidades, apesar de suas lideranças informarem que trabalham articuladamente e em comunhão para benefício da comunidade.

As relações de poder existentes em Taurarú evidenciam a disputa entre os grupos domésticos familiares, onde a autoridade e, com isso, o poder encontra-se intimamente relacionada ao agente social mais velho e fundador da comunidade, e a sua descendência reproduz essa lógica no plano político, uma vez que o presidente comunitário e da associação dos agricultores é filho do proprietário do território da comunidade. Assim, a transmissão do poder expressa nesta unidade social, traduz o poder centralizado no interior de apenas um grupo doméstico familiar.

## Equipamentos Comunitários de Tauarú

Além dos bens e serviços sociais disponíveis em Tauarú, a comunidade possui em sua extensão territorial, diferentes serviços essenciais básicos para a vida de seus moradores que foram alcançados em decorrência da mobilização e organização dos comunitários.

A comunidade conta com o serviço de telecomunicação, por meio de 02 aparelhos telefônicos públicos, oferecidos pela Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL e disponível a todos os comunitários, de acordo com o presidente, a comunidade já conseguiu mais 04 aparelhos de telefones que irão ser implantado.

Dispõe também de 01 gerador a Diesel para produção de energia elétrica, fornecido pela Prefeitura de Tabatinga, que entra em funcionamento nos horários de 18:00 às 21:00h, quando os comunitários se reúnem para comprar o diesel, pagando uma mensalidade de R\$ 15,00, na ocorrência disso, todos os dias as casas da comunidade ficam iluminadas, tendo em vista que todas moradias possuem a eletrificação interligadas a rede que se conecta ao gerador.

O gerador existente na comunidade possibilitou a aquisição de diferentes aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos pelos moradores de Tauarú, diante disso, foi verificado que o mais comum é a televisão, que de acordo com o presidente da comunidade, existe cerca de 21 aparelhos na comunidade, que corresponde a cerca de 28% de grupos familiares, em algumas residências foram identificados também aparelhos de som e de DVD (*Digital Versatile Disc*).

É importante destacar, que a necessidade da aquisição de eletrodoméstico, sobretudo, da televisão, pode se caracterizar como uma mudança de expectativa na vida dos comunitários, determinando a criação de demandas que anteriormente não existiam. Em contrapartida, manifesta a experiência dos agentes sociais em obter informações e contato com uma realidade não vivenciada pelos mesmos.



Figura 25: Telefonia em Tauarú  
**FONTE:** Natalia Noguchi, 2006.



Figura 26: Gerador à diesel da comunidade  
**FONTE:** Francenilda Oliveira, 2007.

Conforme informações do presidente da comunidade, alguns moradores possuem motor de luz próprios adquiridos para atender às necessidades de seus grupos domésticos, permitindo a aquisição de aparelhos de televisão a determinadas residências no período noturno, mesmo quando o gerador comunitário não está em funcionamento.

A falta do combustível que geralmente acontece quando ocorre a carência do recurso financeiro mensal dos comunitários, é marcada pelos momentos de reuniões entre os moradores em frente as casas que possuem televisores e motor de luz. A programação assistida em decorrência do horário é basicamente a novela das oito na emissora Rede Globo de Televisão e os jogos de futebol, sobretudo na quarta-feira, entretanto, o programa *Big Brother Brasil* chamou muito a atenção dos moradores da comunidade, isso resultava em um período maior de permanência do aparelho de televisão ligada.

O momento de reunião em frente ao aparelho de televisão configura-se como o instante de lazer e relaxamento dos moradores, visto que se encontram e compartilham como foi o dia, fazem comentário sobre os programas da televisão, comparações das situações da ficção com a realidade local, torcem pelos times preferidos e pelos personagens da novela.

O que pode ser observado diante do evento em torno da televisão, é a alteração na dinâmica das relações internas na comunidade, partindo da mudança nos horários dos grupos familiares, o período do jantar é adiantado em decorrência da hora da novela das mulheres e do futebol dos homens, conseqüentemente, as crianças permanecem acordadas em horas não convencionais. Por outro lado, percebe-se que a televisão fortifica os laços entre os comunitários, posto que, a reunião acontece em decorrência de um desejo comum.

A comunidade possui 10 casas de farinhas coletivas (ver Fig. 27), sendo apenas 01 de uso particular de um grupo doméstico familiar, essas casas encontram-se dispostas ao

longo das ruas da comunidade, sendo algumas localizadas às margens do rio Solimões. No segundo semestre do ano de 2006, a Prefeitura de Tabatinga doou 10 motores de cevar mandioca<sup>32</sup> (cf. Fig. 28) que ficam sob a guarda do presidente da comunidade, mais que se encontra a disposição dos comunitários.



Figura 27: Casa de farinha comunitária  
**FONTE:** Marcelo Calegari, 2007.



Figura 28: Motor de cevar mandioca comunitária  
**FONTE:** Marcelo Calegari, 2007.

Além disso, Taurú possui um poço artesiano construído pela FUNASA que tem por objetivo o fornecimento de água encanada e tratada as moradias dos comunitários. A instituição mantém um funcionário que zela pelo local e realiza visitas domiciliares, e que reside na própria comunidade. No entanto, no período da pesquisa, o serviço ainda não se encontrava disponível aos moradores, com previsão de funcionamento para o final de fevereiro de 2007, todavia, os comunitários não acreditavam que o serviço iria funcionar em curto prazo.

Os equipamentos coletivos existentes na comunidade que contribuem para o funcionamento da mesma determinam também a dinâmica da vivência grupal de seus moradores, tendo em vista que os desacordos entre os comunitários e os conflitos comprometem o uso dos equipamentos, por outro lado, percebe-se o estabelecimento de relações de proximidade entre os grupos domésticos em decorrência do uso coletivo dos equipamentos, no momento das práticas produtivas, tais elementos contribuem, sobremaneira, para o desenvolvimento das práticas de reciprocidade naquele tecido social.

---

<sup>32</sup> Pequeno motor utilizado no processo de ralar a mandioca.

## Práticas Produtivas da comunidade

As relações dos homens entre si e com a natureza no âmbito rural da Amazônia se caracterizam pela apropriação e manejo dos recursos existentes e disponíveis na natureza por diferentes grupos sociais que constituem formas de acesso e gestão de acordo com a dinâmica organizativa de cada segmento social ribeirinho.

A respeito do modo de apropriação territorial e dos recursos naturais nela existentes, bases do modo de vida dos grupos sociais tradicionais, Carvalho (2006) ao estudar duas comunidades ribeirinhas do médio Solimões, analisa que

[...] o território e os demais recursos naturais disponíveis nessas áreas são acessados e gestados de forma comunitária pelos agentes sociais que lá vivem, ou seja, são considerados de usufruto comum. Os sujeitos têm acesso a estes recursos enquanto membros da comunidade, nesse sentido, cada grupo doméstico possui uma área de terra na qual está construída a sua moradia, onde realizam os seus plantios, seus locais de roça, acessam as áreas comuns de pesca, de caça e de coleta de produtos vegetais, de acordo com as normas, crenças e valores estabelecidos e partilhados por estes no convívio comunitário (p.92-93)

A comunidade de Taurarú tem seu processo produtivo baseados nas atividades econômicas da agricultura e pesca, com a finalidade de satisfazer as necessidades essenciais e materiais de existência de seus grupos familiares, contrariando a lógica de acumulação do processo capitalista de produção.

O processo produtivo dos grupos sociais ribeirinhos, de acordo com Chaves (2001), é orientado por um articulado manejo dos recursos locais existentes, sendo eles: os recursos naturais, os humanos, financeiros e outros, norteados a partir de seus conhecimentos herdados e tradicionais. Nesta mesma direção, a autora acrescenta que:

A cultura material dos ribeirinhos no manejo dessas áreas tem sua origem nos conhecimentos das tecnologias tradicionais das sociedades indígenas que viviam nas várzeas. As populações ribeirinhas herdaram conhecimentos sobre o conjunto das técnicas produtivas e de organização social como o preparo da farinha, a coleta de frutos, óleos, resinas silvestres e materiais para habitação (palha, tábuas), as técnicas de caça e pesca, a extração de matérias-primas para confeccionar peças artesanais e utensílios domésticos (p. 79-80).

Partindo dos procedimentos tradicionais estabelecidos por esses segmentos sociais, Jesus (2000) ao estudar a agricultura familiar dos caboclos ribeirinhos, isto é, a dimensão agrícola do processo produtivo desses grupos sociais, adverte sobre a distinção da temporalidade que os segmentos sociais ribeirinhos imprimem em seu sistema de produção, com isso, afirma que:

O tempo para essas pessoas é tempo de pescar, caçar, colher e viver, bem diferente do tempo econômico da produtividade, da lucratividade imposta pelo modelo capitalista. O trabalho para os caboclos amazonenses sempre foi visto sob a ótica a satisfação de suas necessidades, não como obrigação, tarefa ou exploração de suas energias (p. 36).

Nessa direção, em Taurú, os produtores, que possuem condição de pequenos produtores familiares, revelam outra característica marcante de núcleos comunitários amazônicos, a gestão familiar de suas atividades produtivas que se configura na agregação de mão-de-obra e/ou na divisão do trabalho entre os membros do grupo familiar de acordo com suas capacidade e potencialidades para formação de um corpo coletivo no processo produtivo (CHAVES, *et al*, 2001; 2004; 2006).

Desse modo, dentre os produtos cultivados na comunidade de Taurú destacam-se: a banana, a mandioca da várzea e as hortaliças. Da mandioca cultivada é produzida a farinha utilizada no abastecimento do grupo familiar e a outra parcela, considerada como excedente, são encaminhados para sede do município de Tabatinga para venda no mercado e na feira. A farinha e seus derivados configuram-se como um complemento indispensável da dieta alimentar dos grupos sociais amazônicos.

Em Taurú, grande parcela dos produtos coletados da floresta (açaí, bacaba, frutas, e outros) são destinados apenas para consumo dos grupos familiares da comunidade e quando são comercializados, o montante é de pequena escala.

Outra atividade importante em Taurú é a pesca, a comunidade extrai diversos tipos de peixes, tanto para venda que ocorre em período determinados, geralmente de junho a setembro, quanto para consumo que acontece todo período do ano, pois esse recurso se constitui como o produto que constitui a base da dieta alimentar desses segmentos sociais.



Figura 29: Processo de produção da farinha na comunidade de Tauarú.  
**FONTE:** Marcelo Calegari, 2007.

O Registro Comunitário (2004), destaca as dificuldades no processo produtivo vivenciadas pelos comunitários de Tauarú, que foram listados da seguinte maneira: 1. a falta de infra-estrutura para o escoamento da produção; 2. a ausência de transporte; 3. a distância da comunidade até a sede do município de Tabatinga; 4. a falta de insumos, defensivos e equipamentos agrícola; 5. a enchente precoce; 6. as pragas nas plantações; 7. o desinteresse por parte da maioria dos agricultores com descrença na agricultura.

De acordo com as dificuldades apontadas, pode ser observado que incide na comunidade de Tauarú as distintas determinações que perpassam o modo de organização no processo produtivo dos grupos sociais ribeirinhos na Amazônia, identificados no estudo de Carvalho (2006), que são: I. a estrutura organizativa do grupo familiar em suas atividades produtivas; II. o tempo e os movimentos impostos pela natureza; III. e os condicionantes e interesses dos mercados externos.

As dificuldades indicadas pelos moradores de Tauarú envolvem desde os problemas práticos de falta de transportes para escoar a produção até situações de seca e cheia que são enfrentadas constantemente por esses grupos sociais. No entanto, verificou-se que a organização sócio-política da comunidade consegue alcançar determinadas respostas e estabelecer estratégias para superar os problemas vivenciados, como a busca da assistência técnica via IDAM<sup>33</sup>, bem como, outras parcerias já estabelecidas por meio das associações

---

<sup>33</sup> O IDAM em Tauarú, desenvolve a função de assessorar e orientar os produtores rurais por meio de atividades de apoio a diversos setores, sendo eles: agricultura; criações, fomento e a defesa agropecuária (Registro Comunitário, 2004).

locais<sup>34</sup>. Segundo os informantes, o IDAM teve papel fundamental no período da organização da Associação dos Produtores local, auxiliando e orientando na documentação para legalização da entidade, no processo de eleição da diretoria e na criação do estatuto.

Os grupos domésticos familiares que compõem a comunidade possuem diversas criações dentre estas: porcos, galinha caipira, pato e bovinos, sendo os últimos mantidos em terrenos de terra firme do outro lado do rio<sup>35</sup>. As criações são vendidas eventualmente, mas geralmente são consumidos pelos próprios comunitários.

Outra atividade apresentada e desenvolvida na comunidade de Tauarú é a prática do extrativismo animal, muito embora os comunitários façam referência a essa atividade como prática incipiente. Neste sentido, o que se percebe é que os moradores se negam a falar da caça em razão da proibição estabelecida pelas políticas de proteção aos animais silvestres, fiscalizadas pelo IBAMA, entretanto, no período da cheia do rio quando ocorre a dispersão do pescado, a proteína que esses agentes sociais consomem, advém da carne da caça.

#### **A Igreja da Santa Cruz de Tauarú**

Historicamente, a formação sociocultural da região possui implicação direta com o processo de colonização e a chegada dos preceitos da igreja católica na Amazônia, isso revela o relevante papel exercido pela religião no processo de organização social das comunidades ribeirinhas amazônicas.

A instituição religiosa predominante na comunidade de Tauarú responde pela denominação de Associação Missão Ordem Cruzada Católica Apostólica Evangélica, Igreja Filial Madre Central do Brasil. A religião da Santa Cruz foi fundada pelo missionário José Francisco da Cruz, em 1944, no sul de Minas Gerais (Registro Comunitário, 2004).

A referida Igreja foi fundada em 07 de junho de 1962 no norte do Paraná na casa de dois irmãos mineiros Dom Pedro e Dom Bento em frente a cidade de Faturinha. Na atualidade, tem como centro de orientação religiosa a igreja Madre Central do Brasil que fica situada no rio Içá, em um afluente do Rio Juí, sob jurisdição do município de Santo Antônio do Içá (Idem).

---

<sup>34</sup> As associações da comunidade continuamente estabelecendo parcerias com as diferentes secretarias do município de Tabatinga, com a Funai, Funasa, Sebrae e outras instituições.

<sup>35</sup> A comunidade participa constantemente das campanhas de defesa agropecuárias, sendo elas: da febre aftosa e contra raiva bovina.

Segundo os moradores da comunidade, a Santa Cruz, o símbolo máximo da religião, chegou na comunidade trazida pelo irmão José, nome batizado pela irmandade, alguns poucos moradores do local formaram uma junta diretiva com 09 membros e implantaram a igreja na data de 02 de abril de 1977.

A chegada da Santa Cruz marcou também a constituição da comunidade de Tauarú, uma vez que os três principais núcleos familiares que formam a comunidade reuniram-se no mesmo espaço físico, território sociocultural, para compartilhar da mesma orientação religiosa. Partindo disso, o rezador do local, que foi um dos primeiros membros da igreja, acredita que “aonde tem a árvore da vida, ajunta as águias”, fazendo referência ao papel da religião na vida dos comunitários.

A igreja da Santa Cruz estabelece princípios que devem ser cumpridos por todos na comunidade, cujos membros são denominados de “cruzadores”, por se tornarem seguidores da cruz, assim a chegada de um novo morador somente é consentida se o futuro habitante aceitar e obedecer às regras e leis da igreja e o proprietário da terra permitir.

Os princípios da religião que regem a comunidade estabelecem diversas normas aos moradores, partindo do vestuário, sendo proibido: a) o uso de calça comprida para mulheres; b) blusas de alças e curtas; c) short para os homens; d) acessórios - brinco, cordão e outros; e) aos homens é vetado circular na comunidade sem camisa; f) aos domingos ocorre o uso específico de uma vestimenta para as celebrações. Vale destacar que ambos os gêneros usam camisa de manga comprida em todas as celebrações, entretanto, comumente aos domingos os homens colocam a camisa específica com o símbolo da igreja, e as mulheres o vestido com a insígnia.

Do comportamento, as principais proibições são: 1. ingerir bebida alcoólica; 2. realização de festas, sendo permitido somente as religiosas; 3. danças; 4. música que não sejam religiosas; 5. fumo de qualquer espécie; 6. jogar futebol; 7. barulho na comunidade depois das 21:00h; 8. união consensual sem casar na igreja; 9. agentes sociais de outra religião aconselhar os moradores da comunidade.

Entretanto, alguns moradores e o próprio diretor da igreja, agente social mais importante dessa instituição religiosa, relatam que muitas regras são quebradas na comunidade e desobedecidas, especialmente pelos mais jovens. Segundo o diretor, em Tauarú, “já existem pessoas que bebem, que fumam”, daí a importância da igreja na comunidade e da figura do diretor, segundo ele:

Se não teria essa igreja aqui uma cruz! que todo o pessoal que existe aqui já nasceram nessa religião, já sabem como é o regulamento. Se cada diretor que entra deixar tudo assim acomodado, deixar o comodismo vencer. Isso vira uma rebeldia (...) o jovem é difícil de ser crente (...) o que tá agüentando aqui ainda é a religião, a cruz que todo mundo respeita.

A partir deste cenário, os paradoxos às regras da igreja são percebidos na vida cotidiana dos comunitários, a proibição ao jogo do futebol induz alguns moradores a se deslocarem do local para se divertir em campeonatos nas comunidades vizinhas, por outro lado, grande parcela dos homens têm camisas de times de futebol de sua preferência e assistem aos jogos pela televisão. O diretor da igreja justifica o veto ao jogo de bola, explicando os riscos que pode ocorrer “a um pai de família num jogo desse tipo”, fazendo menção a algum tipo de lesão mais grave, em decorrência do contato físico que o jogo de futebol exige.

Em que pese o conjunto de regras impostas aos comunitários, a vida social e o lazer da comunidade gira, em grande parte, em torno da igreja, assim o domingo é considerado o dia de descanso, estabelecido também pelos preceitos bíblicos, mediante isso, de segunda a sábado no final da tarde a ida a celebração religiosa é o momento de encontro e lazer entre os comunitários, apesar de acontecer uma primeira celebração pela manhã.

De acordo com os comunitários, a igreja de Santa Cruz possui as seguintes atribuições:

- Orientar a boa conduta dos “cruzadores”;
- Articular o trabalho coletivo;
- Auxiliar na condução das outras associações da comunidade;
- Prezar pela harmonia na comunidade;
- Realizar rituais religiosos, tais como confirmação (batismo nas águas) e casamentos;
- Realizar a festa de comemoração do aniversário da igreja<sup>36</sup>;
- Realizar procissão pela comunidade dia 02 de cada mês.

---

<sup>36</sup> E outras datas comemorativas como: a procissão de S. Sebastião que se comemora o início da cruzada, dia 20 de Janeiro de 1944; Os diferentes feriados; O natal; Dia das mães; Dia dos pais e a Semana Santa, período que acontece a “guarda” dos 45 dias anteriores e penitências de Joelho;

Faz-se relevante destacar que no decorrer dos anos, a igreja da Santa Cruz instaurada em Tauarú foi extrapolando suas funções de cunho religioso, uma vez que estimula seus fiéis para contribuir e acolher as atividades desenvolvidas pelas associações, a partir da pregação dos princípios de cooperação, de solidariedade e ajuda mútua entre os atores sociais da comunidade, com isso, torna-se base e participa intensamente dos processos de organização sociopolítico, mantendo a constante articulação e vínculo com as outras entidades do local.

Partindo desse pressuposto, a função da igreja na comunidade, remonta ao período de colonização da região Amazônica e o papel da Igreja nesse processo, uma vez que uma de suas finalidades era a organização social dos grupos indígenas, a partir dos preceitos religiosos do catolicismo naquele período, escondendo na cooperação seus reais interesses econômicos e políticos das Coroas espanhola e portuguesa (Cf. Silva, 2004).

Silva (2004), ao explicitar os objetivos das missões religiosas na Amazônia naquele momento histórico, analisa que

Comum a todos os grupos religiosos é o papel pedagógico de transmitir a fé católica na função de organizadores dos núcleos populacionais, de conversão dos índios, de mediar a relação entre brancos e índios, de ajuizar o comportamento dos colonizadores e colonizados (p. 116)

Embora seja um tempo histórico e objetivos apresentados diferentes, a comunidade vive sob o domínio de intensos códigos religiosos que norteiam a conduta de seus moradores, em função disso a igreja deve ser entendida para além de simples contribuinte, uma das principais protagonistas no processo de gestão comunitária de Tauarú, adicionadas as associações lá existentes.

Contudo, é a partir dessa teia de estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais que configuram a dinâmica interna e o ordenamento da comunidade de Tauarú, assim como as transformações que se operam neste contexto, que condicionam e articulam as práticas de ajuda mútua que serão analisadas no capítulo que segue.

## CAPÍTULO III

### AS PRÁTICAS DE AJUDA MÚTUA NA COMUNIDADE DE TAUARÚ

---

*Quem viaja pela Pátria da Água descobre  
que os caboclos ribeirinhos vivem  
em permanente estado de solidariedade.  
Têm a vocação da convivência fraterna.  
Embora não saibam soletrar a palavra Utopia  
(Thiago de Mello)*

O presente capítulo tem como objetivo apresentar e analisar a dinâmica das práticas de ajuda mútua no âmbito das relações comunitárias dos grupos sociais ribeirinhos na comunidade Tauarú do município de Tabatinga no Estado do Amazonas.

A análise parte do entendimento que o núcleo comunitário de Tauarú, constituiu-se de grupos sociais que possuem particular modo de manejo dos recursos naturais expresso por uma específica organização sócio-cultural e política que orienta o uso dos recursos locais existentes no interior da comunidade, mas que sofre determinações diversas do contexto externo à comunidade, tais como: o acesso a bens e serviços sociais; as demandas posta pelo mercado (tipo de produto, quantidade, qualidade e comercialização) e outros.

Neste sentido, os comunitários de Tauarú para conservação de seu modo de vida, bem como, na dinâmica de sua gestão da vida comunitária, recorrem a estratégias tradicionais como as diferentes modalidades de práticas de ajuda mútua que se consolidam por intermédio de laços de solidariedades e cooperação entre seus agentes sociais, ao mesmo tempo em que constroem novas relações na reelaboração da vida em comum.

Para tanto, a primeira parte do capítulo apresenta uma breve caracterização dos agentes sociais que participaram do estudo, denominados de representantes dos grupos domésticos, identificando sua estrutura familiar e econômica na tentativa de analisar a dinâmica da comunidade de Tauarú a partir de seu tecido social.

A segunda parte do capítulo abordará a dinâmica comunitária de Tauarú e sua relação com o contexto externo à comunidade, uma vez que os conteúdos destas relações tornam-se canais para o desenvolvimento das ações de ajuda mútua que se revelam indispensáveis para a manutenção e reprodução dos grupos sociais da comunidade.

Na última parte far-se-á a identificação e análise das práticas de ajuda mútua desenvolvida na conjuntura de Tauarú, buscando a articulação com distintos elementos da gestão comunitária que foram apresentados no decorrer do estudo e que são fundamentais para subsidiar a leitura do objeto de pesquisa.

## **1. Perfil dos atores sociais de Tauarú: promotores da rede de ajuda mútua**

De acordo com a pesquisa realizada pelo Grupo Inter-Ação no ano de 2006, já explicitada nos procedimentos metodológicos na introdução deste trabalho, o universo social da comunidade de Tauarú que a pesquisa alcançou foi cerca de 21 agentes sociais, responsáveis pelos grupos domésticos familiares, sendo, 14 homens e 07 mulheres<sup>37</sup>. Valendo considerar que no ano de 2006 habitavam na comunidade 21 grupos familiares,

Em Tauarú, o gênero masculino possui papel de destaque em todas as dimensões do plano comunitário, tendo em vista que os homens figuram como os principais membros das associações da comunidade, formando a voz ativa desta, espaço em que as mulheres não alcançam visibilidade, ao contrário do que ocorre na vida familiar no interior dos grupos domésticos, ambiente onde as esposas, em muitos casos, se apresentam como o principal

---

<sup>37</sup> Vale enfatizar que as referidas informações do ano de 2006 foram apresentadas aos comunitários de Tauarú, na ida a campo no ano de 2007, possibilitando a ratificação dos dados junto aos agentes da pesquisa.

agente tomador de decisão na casa. Na tentativa de reforçar essa perspectiva e destacando o contexto específico de Tauarú, Chaves, *et al* (2006) explicita que

[...] nas comunidades ribeirinhas da Amazônia as relações de gênero também assumem singularidades inerentes à cultura e a região. Os papéis sociais de homens e mulheres são diferenciados, no âmbito público e privados. No espaço público da comunidade, os homens são reconhecidos como os responsáveis pela produção e reprodução familiar, a garantia da subsistência é de total responsabilidade dos homens. Para as mulheres compete o cuidado com as atividades domésticas, dos filhos e do marido (p.112).

Dentre os entrevistados da pesquisa em Tauarú, que correspondeu a 33% dos grupos familiares habitantes da comunidade no ano de 2006, cerca de 57% eram casados, 10% solteiros e 33% são unidos consensualmente, esses dados revelam que apesar do potencial religioso do núcleo comunitário existem casais que apenas “vivem juntos”, não formalizando casamento na igreja, contrariando um dos princípios básicos da Igreja Santa Cruz, religião predominante no núcleo comunitário, que de acordo com o diretor “*a religião [Santa Cruz] não permite ninguém viver amigado*”.

Sob essa ótica e estabelecendo uma relação com a faixa etária dos entrevistados, a pesquisa ratifica a característica expressa pelos comunitários, que alegam que os mais jovens pouco se envolvem e/ou obedecem as regras da igreja, desse modo, pôde-se observar que os agentes sociais que vivem em matrimônio encontram-se na faixa etária maior de 60 anos, conforme mostra a Tabela 03:

Faixa Etária	Solteiro		Casado		União Cons.	
	Fa.	Fr.	Fa.	Fr.	Fa.	Fr.
15-20	1	50%				
21-25			2	17%	2	29%
26-30	1	50%	1	8%	1	14%
31-35			2	17%		
36-40			1	8%	3	43%
41-60			6	50%	1	14%
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100%</b>	<b>12</b>	<b>100%</b>	<b>7</b>	<b>100%</b>

Tabela 03: Relação entre Idade e Estado Civil dos Representantes dos Grupos Domésticos  
**FONTE:** Pesquisa de Campo, 2006.

A amostra pesquisada na comunidade, que correspondeu a 21 representante dos grupos domésticos, revelou uma expressiva quantidade de agentes sociais na faixa etária que abrange a população economicamente ativa, tendo em vista que os maiores percentuais, cerca de 76% dos atores entrevistados possuem de 21 a 45 anos de idade, como pode ser observado no Gráfico 01:

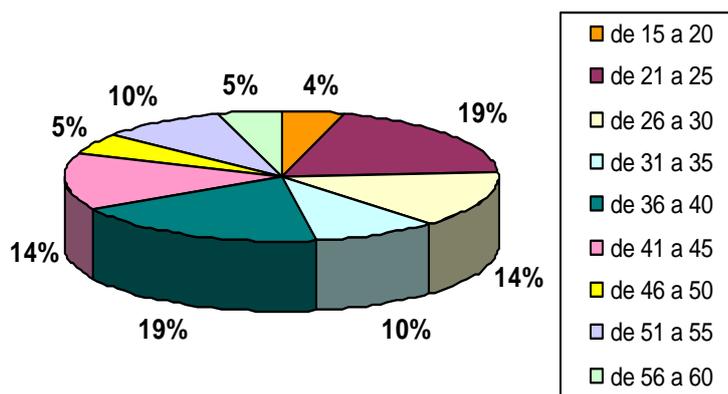


Gráfico 01: Faixa etária dos Representantes dos Grupos Doméstico de Taurú

**FONTE:** Pesquisa de Campo, 2006.

A informação sobre a idade dos comunitários de Taurú conduz a constatação, de que a unidade social possui uma densidade populacional de atores relativamente jovens, e que se encontram em seu pleno vigor para o exercício das atividades laborais. Tal premissa, eleva também, a potencialidade política da comunidade, uma vez que foi constatado que os atores sociais na faixa etária de 21 a 45 anos são os principais envolvidos no processo de organização política.

O grau de instrução dos entrevistados na pesquisa, varia entre os que afirmaram que não sabem ler, que corresponde a 10%, os alfabetizados, de igual percentual, apenas 01 agente social concluiu o ensino médio, que equivale a 5%, e o restante que representa 75% interrompeu os estudos em alguma série do ensino fundamental ou concluíram esse nível de instrução.

O nível educacional dos agentes sociais de Taurú pode ser entendido como resultado do sistema de ensino estabelecido na comunidade, que neste ano, 2007, alcançou o restante das séries do ensino fundamental. Valendo enfatizar que anteriormente na escola somente era ministrado até a 4ª série, para confirmar essa prerrogativa, a pesquisa revela o índice de 43% do total dos entrevistados que possuem o grau de instrução que variam de 1ª a 4ª série.

O cenário educacional em Taurú sinaliza também para a baixa migração desses atores sociais para sede do município de Tabatinga em busca da educação básica e formal, posto que os agentes comunitários possuem o nível de instrução de acordo com as séries que a escola daquela unidade social proporciona.

Sob a perspectiva quantitativa e não qualitativa do ensino, o nível educacional em Taurú mostra-se equivalente às conquistas na área de educação alcançadas no plano comunitário, mediante isso, observa-se que a educação na comunidade sofre implicação direta da organização social e política dos atores no interior do núcleo comunitário, por intermédio das reivindicações junto ao poder público.

A mobilidade dos agentes sociais de Taurú, apenas em torno das áreas e municípios do Alto Solimões, pôde ser constatado no local de origem desses atores, visto que a pesquisa identificou que cerca de 58% dos habitantes da comunidade nasceram em Tabatinga ou na própria comunidade, já os outros 42%, possuem naturalidade de cidades próximas ao município, conforme pode ser observado no Gráfico 02:

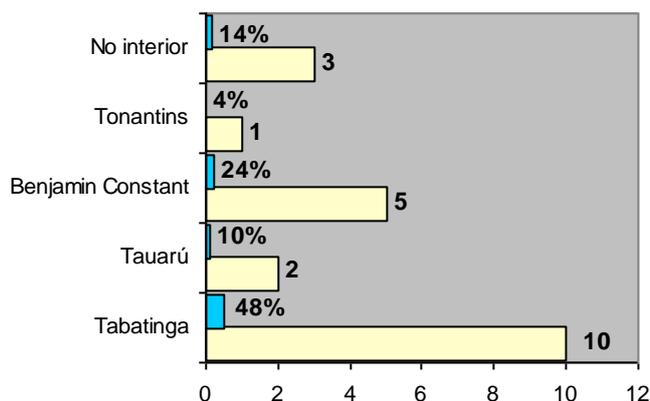


Gráfico 02: Município de Origem dos Representantes dos Grupos Domésticos de Taurú  
**FONTE:** Pesquisa de Campo, 2006.

A partir da abordagem analítica dos dados foi possível identificar o predomínio da população de nacionalidade brasileira e, sobretudo, amazonense na comunidade de Taurú, apesar de sua condição territorial fronteiriça que proporciona certa facilidade de movimentação das populações e a expansão das culturas.

A assimilação de hábitos e costumes das diferentes culturas que envolvem aquele específico espaço de fronteira pode ser percebida em Taurú nos diferentes âmbitos da vida

em comunidade, como por exemplo, na dieta alimentar diária dos comunitários que habitualmente consomem o chamado *patakon*<sup>38</sup>, uma comida tipicamente colombiana.

Em relação ao local em que foram criados os representantes dos grupos familiares, constatou-se que 67% dos entrevistados se criaram em Taurú, outros 19% em Tabatinga, 4% em Benjamin Constant e 10% não informaram o local que viveram antes de mudar para a comunidade. Perante esse cenário, os dados apontam para a permanência desses atores sociais em seus locais de origem e uma baixa mobilidade para outros territórios.

Levando em consideração o sistema produtivo das populações rurais amazônicas que se baseiam nas atividades agrícolas, pesca e caça, os agentes sociais entrevistados em Taurú reafirmam sua identidade de pequeno produtor familiar, desempenhando as funções de agricultores e pescadores, ou ambos simultaneamente, conforme pode ser observado no Gráfico 03.

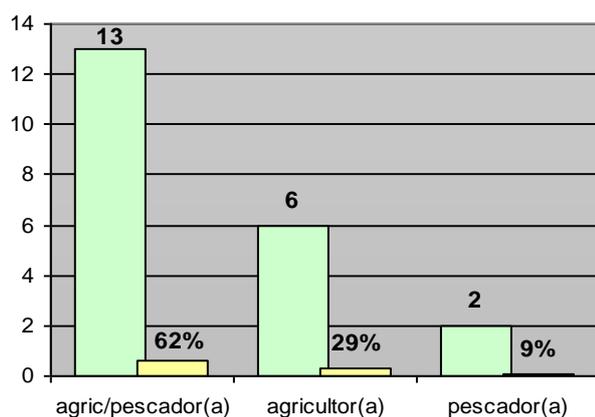


Gráfico 03: Ocupação dos Representantes dos Grupos Domésticos.  
**FONTE:** Pesquisa de Campo, 2006.

Sobre a profissão dos representantes dos grupos domésticos neste núcleo comunitário, observou-se que essa auto-identificação, em que pese sua tradicionalidade, herdada dos grupos sociais que criaram estratégias de adaptação e interação com o ecossistema amazônico, está intimamente ligada com a identidade política desses agentes, tendo em vista as possibilidades de alcance dos direitos sociais advindos de suas práticas produtivas.

<sup>38</sup> Iguaria prepara com banana de espécies diferentes.

Partindo desta perspectiva, a identidade social e política dos grupos tradicionais, segundo Chaves (2001) está intimamente vinculada a determinadas especificações como: a) sua origem étnica por intermédio da adoção e adaptação de saberes e técnicas de acordo com suas necessidades e interesses; b) ao complexo padrão de organização do processo produtivo e de gestão dos recursos naturais peculiar a cada grupo social, no que concerne as relações sociais de produção e técnicas de trabalho; c) a modalidade de organização sócio-política na luta pela garantia de reprodução do grupo e alcance a bens e serviços sociais.

A organização social e política de Tauarú, por intermédio das associações de agricultores e pescadores da comunidade, permite a esses trabalhadores o reconhecimento profissional e, portanto, a determinados direitos trabalhistas e o acesso aos benefícios da Previdência e Assistência Social do governo brasileiro, bem como, aos programas sociais.

Os direitos sociais já alcançados, configuram atualmente o quadro econômico dos grupos domésticos de Tauarú, tendo em visto que possuem vinculação direta com a renda mensal dos representantes familiares. Diante disso, verificou-se que cerca de 43% dos pescadores da comunidade recebem o seguro-desemprego no período de defeso em que há proibição do pescado, outros 35% dos agricultores já adquiriram suas aposentadorias, tais benefícios, em determinados casos, chegam a se tornar a principal fonte de renda de alguns grupos familiares, ou servem como componente da renda mensal de outros comunitários.

No entanto, apesar da identidade profissional dos representantes dos grupos em Tauarú indicarem a predominância de agricultores e pescadores, o que se verificou no estudo, foi que a composição da renda ou o rendimento integral de alguns atores sociais, para além dessas atividades produtivas indicadas, são oriundos também de prestações de serviços para a Prefeitura de Tabatinga e/ou distintas instituições, no exercício de diversas funções, tais como: merendeira, canoeiro, agente de saúde, professor, e outros.

Os dados sobre os recursos financeiros dos comunitários de Tauarú indicam, que a maior estimativa de rendimento mensal dos grupos familiares gira em torno de 1 a 2 salários mínimos, que corresponde ao índice de 48% dos agentes entrevistados, como pode ser observado na Tabela 04:

<b>Renda Mensal</b>	<b>fa</b>	<b>fr</b>
Menos de 1 s/m*	3	14%
1 s/m	5	24%
De 1 a 2 s/m	10	48%
De 2 a 3 s/m	2	10%
Acima de 3 s/m	1	4%
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>

\* Salário Mínimo estipulado pelo governo brasileiro, que no período da pesquisa era equivalente a R\$ 300,00.

Tabela 04: Renda Mensal dos Representantes dos Grupos Domésticos na comunidade de Tauarú  
**FONTE:** Pesquisa de Campo, 2006.

Perante o exposto, vale enfatizar que as variações na renda desses grupos sociais decorrem das distintas determinações sofridas nas práticas produtivas destes agentes, conforme constatou o estudo de Carvalho (2006) já citado no capítulo anterior. Assim sendo, grande parcela dos pequenos produtores familiares não consegue alcançar uma renda mensal fixa, com exceção de determinados casos já mencionados.

Entretanto, o estudo parte da perspectiva da diferenciação no modo de produção dos grupos sociais tradicionais em relação ao modo de produzir mercadoria do sistema capitalista. Todavia, entende-se que o produto que os atores tradicionais fornecem adentram no circuito do capital (distribuição, comercialização e consumo), mas, com inserção de maneira particular em seu sistema de mercado, neste sentido, esses grupos são donos de um modelo de produção, no qual, sua gênese e ordenamento têm outra lógica, e por isso, outras finalidades<sup>39</sup>. A lógica que orienta o modelo tradicional pauta-se na produção para subsistência dos grupos sociais e comercialização do excedente para aquisição de artigos que não produzem, no intuito de garantir a manutenção e reprodução de seus grupos domésticos, não utilizando o trabalho assalariado.

Por outro lado, o sistema econômico capitalista produz mercadorias destinadas a comercialização, e por esse fim, os grupos sociais vão ao mercado obter o que necessitam para sobrevivência a partir de recursos monetários, adquiridos por intermédio do assalariamento que são dispostos de maneira desigual entre as diferentes classes sociais.

Partindo desse entendimento, verificou-se que a carência de assistência e serviços sociais de qualidade fornecidos pelo poder público juntamente a troca desigual de seus produtos, que são desvalorizados diante do mercado capitalista, compromete sobremaneira as condições materiais de vida dos comunitários em Tauarú.

<sup>39</sup> Ver estudos de CHAVES, 2001; DIEGUES, 2001; LIMA, 2000.

No estudo, a composição dos grupos familiares foi identificada como um dos diversos indicadores da condição de vida desse segmento social, por identificar a quantidade de moradores nas habitações. Em Tauarú, os núcleos familiares possuem composições extensas, visto que a maioria dos entrevistados, cerca de 48%, afirmaram possuir mais de 06 membros dependentes de sua renda mensal (Cf. Gráfico 04).

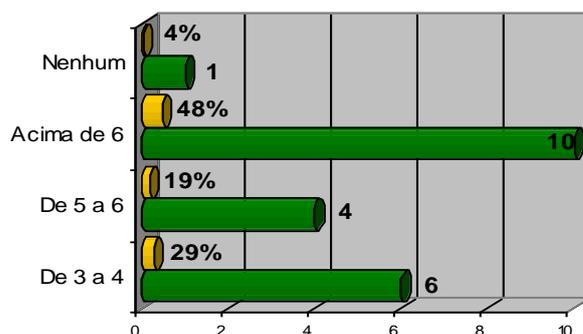


Gráfico 04: Números de Dependentes dos Representantes dos Grupos Domésticos.  
FONTE: Pesquisa de Campo, 2006.

A densidade populacional dos núcleos familiares apresenta-se como uma estratégia de organização no processo produtivo desses grupos sociais, suprimindo a carência e/ou ausência comum de mão-de-obra no plano de suas distintas atividades laborais, por intermédio da participação dos membros que possibilita o aumento da produtividade do grupo doméstico (CHAVES, *et al*, 2006; CARVALHO, 2006).

Em Tauarú, observou-se que, ainda que a quantidade de agentes sociais nos grupos domésticos solucione a dificuldade de escassez de mão de obra no processo produtivo, elevando o potencial produtivo do grupo familiar, essa perspectiva não se converte na melhoria da qualidade de vida em razão da necessidade da venda de seus produtos que concorrem em desvantagem na troca com o produto capitalista.

Para o desenvolvimento das atividades produtivas no interior dos grupos domésticos familiares é conferida a divisão social do trabalho que ocorre de diferentes maneiras, dentre elas, as principais identificadas foram: 1. por gênero; 2. pela posição que o membro ocupa no grupo; 3. pela idade; 4. pelas habilidades e capacidades conferidas nos distintos ofícios.

A divisão social do trabalho por gênero em Tauarú acontece da seguinte maneira:

<b>As mulheres cabem</b>	<b>Aos homens cabem</b>
➤ ajudar no roçado (capinar o terreno, plantar e colher a mandioca);	➤ fazer o roçado (da preparação do terreno, plantação e colheita da mandioca);
➤ descascar a mandioca;	➤ descascar a mandioca;
➤ participar no processo de produção da farinha;	➤ produzir a farinha;
➤ extrair determinados produtos na floresta;	➤ extrair alguns produtos da floresta, como: madeira, castanha, e outros;
➤ cuidar das pequenas criações (galinhas e patos);	➤ pescar para comercialização e para consumo do grupo doméstico familiar;
➤ cuidar do quintal;	➤ transportar os produtos para a comercialização;
➤ conduzir o processo de comercialização quando necessário;	➤ realizar a comercialização dos produtos na sede do município;
➤ cuidar do cultivo das hortaliças que serve tanto para o consumo quanto para a venda do excedente.	➤ exercer ofícios como marcenaria, carpintaria e outros;

De modo geral, os responsáveis pelos grupos domésticos em Tauarú se apresentam como principal agente promotor do sustento da família, recaindo então, a este a grande parcela e as atividades laborais que exigem maior esforço físico para manutenção e reprodução de seu grupo doméstico, entretanto, o que se percebe sobre esses atores sociais é que, comumente, tomam a frente dos trabalhos em sua unidade produtiva delegando funções a outros membros, atuando e coordenando as práticas produtivas.

Vale destacar neste contexto, a constante visão da figura do homem (pai de família) como provedor do núcleo familiar, independente de sua situação econômico-financeira, ou seja, por maior que seja o rendimento financeiro da mulher ou de outro membro do grupo, o homem sempre será considerado o principal agente promotor de sustento do grupo doméstico.

No que concerne, a participação de crianças e jovens no processo produtivo dos grupos familiares, cada componente ocupa um papel nas atividades laborais de acordo com sua idade, força física e aptidões. Assim sendo, as crianças, sejam meninas ou meninos,

aprendem os ofícios tradicionais dos pais na vivência cotidiana, e começam a participar a medida que desenvolvem estrutura física e habilidades.

Em relação ao trabalho das mulheres e meninas, para além das atividades laborais próprias da agricultura e pesca, foi observado que algumas meninas contribuem na unidade produtiva e no contexto da unidade familiar, à medida que aprendem a cozinhar, uma vez que ficam em casa preparando o almoço, enquanto a mãe auxilia o pai no roçado e/ou na produção de farinha, ou então, pescam na beira do rio para fazer refeição no instante em que a mãe desenvolve outras atividades.

Já em relação ao trabalho dos meninos, comumente, os mesmos são orientados, nas diferentes fases de sua vida para desenvolver as atividades laborais tradicionais dos pais, como a de extrair os diferentes produtos da floresta, como o açaí, o buriti, as frutas, e outros produtos, cuja grande parcela são destinadas ao consumo do grupo familiar, mas que se tornam potenciais produtos para comercialização do excedente em determinados períodos do ano.

O trabalho infantil no contexto atual apresenta-se como uma problemática ampla e complexa tanto no meio urbano quanto no rural, por isso geradora de intensos debates e discussões<sup>40</sup>. Na comunidade de Tauarú foram identificadas diversas atividades realizadas pelas crianças e jovens, contudo, foi possível perceber que essas atividades possuem natureza diferenciada, não se caracterizando como exploração, uma vez que os meninos e meninas trabalham no alcance de suas forças e não tem objetivo de obter renda, mais de contribuir nas práticas laborais dos pais, em casos específicos o trabalho tem caráter de lazer e diversão, porém são utilitários ao grupo familiar.

No contexto tradicional, o mundo do trabalho das crianças e jovens envolve todos os membros do grupo familiar com uma divisão social do trabalho distinta, porém, com a colaboração de todos. Tal perspectiva mescla-se ao mundo da recreação e do lúdico, assim sendo, o mundo do trabalho, destinado à formação para vida (do futuro profissional) é permeado de brincadeiras e diversões, determinando que o âmbito do trabalho dos grupos tradicionais torna-se mais abrangente e diferenciado que o da produção assalariada.

---

<sup>40</sup> Na esfera nacional o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é um programa do governo federal que tem por objetivo a retirada de crianças e adolescentes, de 7 a 16 anos, do trabalho considerado insalubre ou degradante, que exponha em risco sua saúde e segurança. As diretrizes do programa buscam fortalecer o tripé fundante da segurança social e integral de crianças e adolescentes: a escola, o trabalho com as famílias e a Jornada ampliada, que se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades socioeducativas ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)).

O exercício das práticas produtivas desenvolvidas por crianças e jovens em Tauarú compõe o cotidiano desses sujeitos sociais, com isso, são envolvidas de valores e tradições culturais próprios do modo de vida desses grupos sociais, como pode ser verificado nas Figuras 30, 31 e 32.



Figura 30: Brincadeiras das crianças  
**FONTE:** Marcelo Calegari, 2007.



Figura 31: A preparação do almoço  
**FONTE:** Francenilda Oliveira, 2007.



Figura 32: Jovens na produção de farinha  
**FONTE:** Marcelo Calegari, 2007.

Em Tauarú, como na maioria das comunidades da região, os saberes e as habilidades também podem ser considerados elementos definidores de papéis no processo produtivo dos grupos familiares, como por exemplo, na confecção de diferentes instrumentos para o trabalho, que geralmente ficam a cargo daqueles que possuem certa destreza com trabalhos manuais e artesanais, produzindo cestarias, vassouras e outros.

Contudo, as relações sociais desses agentes entre si para o desenvolvimento do processo produtivo, articuladas no interior e entre os grupos domésticos, tornam-se de fundamental importância para a análise das práticas de ajuda mútua na comunidade de Tauarú, tendo em vista que as ações de reciprocidade incidem sob as bases dessa teia de relações.

Dando ênfase as atividades produtivas desenvolvidas pelos pequenos produtores familiares em Tauarú, estas, compõem o calendário demarcado pela dinâmica do ecossistema amazônico centrado nas peculiaridades daquele ambiente, partindo dessa perspectiva os comunitários construíram o calendário das práticas produtivas realizadas por estes no decorrer do ano, esta dinâmica pode ser verificada na Figura 33:

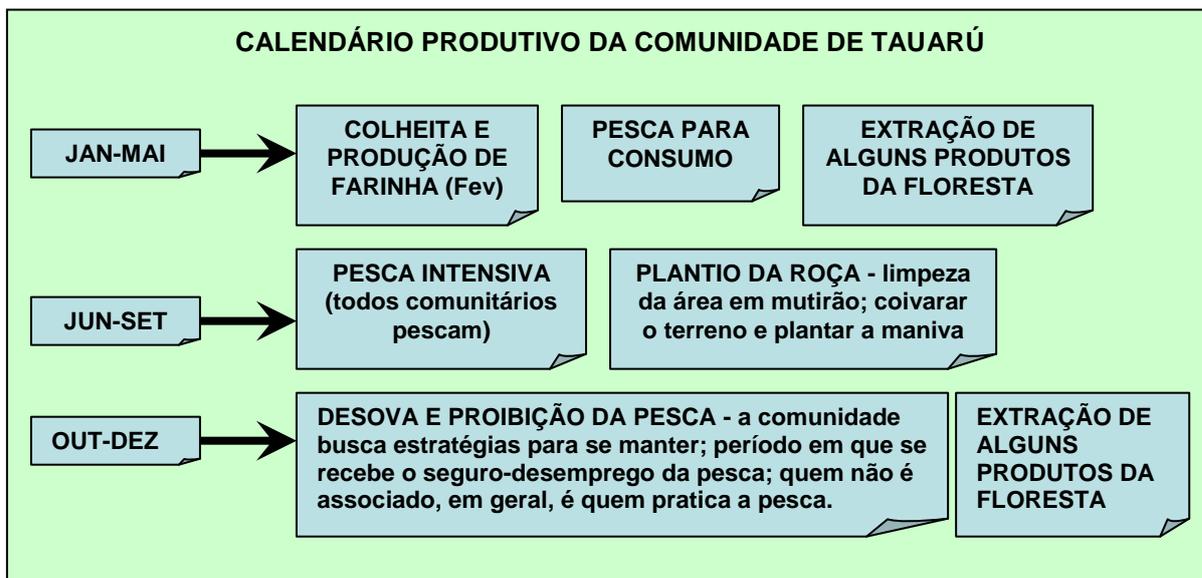


Figura 33: Calendário do Processo Produtivo elaborado em conjunto com os comunitários de Tauarú.

**FONTE:** Francenilda Oliveira; Marcelo Calegari; Elane Silva, 2007.

As práticas produtivas apontadas pelos comunitários de Tauarú compõem e se apresentam como as principais fontes dos rendimentos mensais dos pequenos produtores, sendo consideradas como fundadoras do modo de vida tradicional, posto que a partir dessas ações, os atores interagem entre si e com a natureza por intermédio da objetivação dos saberes, técnicas, habilidades, valores e simbologias, expressas no modo de apropriação e manejo dos recursos naturais daquele singular território sociocultural.

Chaves (2001) ao aferir sobre as múltiplas formas de manejos dos recursos locais das populações tradicionais amazônicas, explicita que “estas dão sustentação a reprodução dos grupos locais, ao mesmo tempo em que possibilitam a consolidação de princípios culturais de integração à natureza e formas apropriadas de manejo” (p.82), reafirmando a perspectiva do sistema produtivo como bases da vida material e simbólica dos segmentos sociais ribeirinhos.

Ainda nesta direção, a mediação entre homem e natureza, pode ser ilustrada por intermédio das atuações dos grupos sociais sobre o meio ambiente em que vivem. Nesta atuação os atores sociais carregam consigo um conjunto de representações simbólicas e míticas expressas oralmente pela linguagem, que envolvem diferentes códigos culturais, determinando o modo pensar, interpretar e agir sobre a natureza, formando então, diversas e distintas organizações sociais e econômicas que utilizam os recursos naturais conforme suas representações socioculturais, assim como de acordo com suas necessidades de manutenção física e social.

Em Tauarú, como em outros grupos tradicionais, verificou-se que a dimensão do simbólico e sagrado também perpassa o sistema produtivo, se configurando por meio do conjunto de representações e símbolos que interferem e orientam na manutenção e reprodução da vida material desses grupos. A condução do domínio do sagrado e simbólico deve-se também, aos conhecimentos transmitidos de geração a geração que convergem em característicos modos de manejo dos recursos existentes em comunidades ribeirinhas.

Sobre o campo do qual o sociólogo francês Marcel Mauss (2003), chama de magia advinda do mundo sobrenatural que influencia a gestão comunitária e o manejo dos recursos naturais dos grupos tradicionais, o autor explicita que “em geral, na pesca, na caça e na agricultura, a magia acompanha a técnica e a auxilia” (p.56).

Lévi-Strauss (*apud* Diegues, 2000) denomina essa sintonia estabelecida por esses segmentos sociais com a natureza, expressa em seus saberes tradicionais, como *ciência do concreto*, considerando seus conhecimentos sobre os elementos da água, ar, fauna e flora, a partir disso, acredita que esses saberes minuciosos e particulares são “um rico tesouro de conhecimento da botânica, da ictiologia e da farmacologia” (idem, p.131).

Os saberes oriundos do simbólico, do mundo mágico e mitológico em Tauarú, se expressam de diferentes modos, sejam eles, demarcando territórios e/ou formulando temporalidades distintas.

Na comunidade de Tauarú pode-se verificar que os limites territoriais entre o homem e a natureza para a apropriação e manejo dos recursos naturais existentes, possuem interface com as lendas regionais, como a história da cobra grande, que foi narrada por uma comunitária, acreditando que

Tem cobra grande aqui nesse rio, tem! Deus o livre! Ali naquele rio lá! Lá diz que aparece cobra grande! 12 horas da noite, diz que ela boia no meio do rio. Aquele negócio chega alumia, parece um barco, que vai subindo, toda alumuada! Aí de Barreirinha sumiu uma mulher (...).

A partir desse relato, constata-se a delimitação de um ambiente no rio que se tornou intransitável para os comunitários, em decorrência da existência da cobra, ou que pode ser acessado até determinado período de tempo, entretanto, o que se percebe são as regras para o uso e o respeito ao específico lugar. Com isso, verifica-se também, o elemento da temporalidade à medida que o tempo para o trabalho neste espaço se limite ao período que a cobra permite, e não que o trabalhador está disponível para utilizar o local, diante disso,

observa-se os mitos e símbolos definindo o uso dos recursos naturais e a obediência desses atores sociais aos sinais da natureza.

Partindo desse pressuposto é possível partilhar a visão de Chaves (2001) que explicita que “na Amazônia, as lendas sobre os seres da floresta e do rio, vistos como entes que guardam os recursos, povoam o imaginário dos produtores locais. Essas lendas são representações simbólicas, a parte ideal do real que limitam ou incentivam os diferentes usos dos recursos locais”, a autora recorre a Lourdes Furtado (1994) para prosseguir e concordar que o “espaço onde o imaginário tem lugar não com características de superstição, mas de valores que interferem na relação do homem com seu habitat, contribuindo para sua conservação” (p. 88).

O calendário produtivo apresentado sinaliza para a obediência desses agentes sociais aos ciclos determinados pela dinâmica do ambiente de várzea em que se encontram, bem como sua temporalidade e espacialidade, isto pôde ser verificado em *locus* na ocasião da pesquisa de campo no ano de 2007, o rio encheu no período antecipado ao que era esperado pelos comunitários, e estes tiveram que largar todas as outras atividades para colher a mandioca, senão correriam o risco de perder toda a produção.

O processo de enchente antecipado instituiu aos comunitários de Tauarú uma série de imprevistos, cujos principais foram:

- a) a perda de parte da produção de alguns comunitários;
- b) a retirada de mandioca ainda em estágio de maturação;
- c) o procedimento de produzir farinha dos diferentes grupos familiares simultaneamente;
- d) abandono de outras atividades, prevista naquele determinado período.

Diante disso, os comunitários recorreram a variados mecanismos de ajuda mútua, como:

1. a mobilização coletiva em razão do trabalho da colheita da mandioca e do beneficiamento da farinha para que o trabalho pudesse se realizar com rapidez;
2. o desenvolvimento das práticas de ajuda mútua entre os grupos;
3. a divisão social do trabalho entre os gêneros e os membros da família.



Figura 34, 35, 36: O processo de colheita da mandioca para produção da farinha em virtude da cheia antecipada deste ano.  
**FONTE:** Francenilda Oliveira; Elane Silva, 2007.

Sob esse ponto de vista, o núcleo comunitário de Tauarú revela a polivalência e a desenvoltura de seus produtores em atuar em circunstâncias adversas, característica dos atores que vivem em comunidades ribeirinhas na Amazônia, sobretudo, em terreno de várzea, que tem propensão a enchentes periódicas, e algumas imprevistas.

A inconstância do calendário produtivo em Tauarú, que serve como mecanismo articulador das relações dos comunitários entre si para o manejo dos recursos locais, foi expressa também na fala do Prefeito de Tabatinga<sup>41</sup>, ao se referir as práticas laborais dos pequenos produtores e sua relação com o ambiente amazônico:

O homem aqui na nossa região, ele trabalha maio, junho, julho agosto, setembro, outubro, novembro já não! Ele começa a parar! Dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril e maio, ele fica impedido de produzir sua atividade agrícola. Por quê? Você tá vendo agora! As águas tão chegando, as águas tão tomando a plantação deles, que foi plantada na várzea, todo mundo aqui mora na várzea, 90% da população aqui do município de Tabatinga vive na várzea, e fica impedido de produzir, fica a metade do ano sem trabalho, a metade do ano ele vai comer aquilo que ele plantou no verão (...). E quando colhe, não colhe de forma adequada. Ali no porto tem um monte de macaxeira, mandioca, você viu ali né? Se ele fosse colher na época certa, no momento que ela tava pronta para ser beneficiada, aquele monte de macaxeira ia dar 3 vezes a quantidade de farinha que tá ali. Por que não deu? Porque ele colheu agora às pressas para não perder tudo, porque aquela macaxeira ele tem que demorar mais uns dias, mais uns meses e ela ia dobrar ou triplicar de tamanho (...) uma macaxeira dessa aí dá 5 quilo e estão arrancando ela com 1 quilo! Não é verdade isso? Então não é fácil, o homem trabalhar e produzir aqui. Vê outro fator negativo para o produtor, todo mundo tem farinha, além de ele diminuir a sua produção, todo mundo vai ter farinha nesse momento e a farinha baixa de preço, quando terminar, quando ninguém tem farinha, aí a farinha aumenta de preço, aí o cidadão que vendeu a farinha vai ter que comprar a farinha cara! Lá em Tabatinga ou em Cruzeiro do Sul! Trabalhar na várzea, não é fácil não! Nos resta nós trabalharmos na terra firme, mas as terras firmes aqui são áreas indígenas, as melhores terras aqui são dos índios! (...) Então pra mim fazer isso aqui não depende de mim!

<sup>41</sup> O Prefeito do município de Tabatinga esteve em Tauarú, no período de estadia da equipe de campo na comunidade, com o objetivo de visitar as obras da escola e do posto de saúde que estavam em processo de finalização nas construções.

O discurso do prefeito expõe a problemática do desenvolvimento de políticas públicas para os grupos sociais que habitam em áreas de várzea na região amazônica, daí entende-se a necessidade de buscar alternativas de políticas públicas com a participação desses agentes sociais que vivenciam tais dificuldades, para a construção em conjunto de políticas adequadas a realidade local, levando em consideração os mecanismos e instrumentos sociais e culturais ativados por esses sujeitos para a solução de suas problemáticas e para gestão de seus territórios, como por exemplo, as práticas de ajuda mútua.

## 2. A Sociabilidade em Tauarú: componentes que subsidiam as ações de ajuda mútua

A existência de fortes laços sociais dos moradores entre si e com a natureza em Tauarú, foi constatada por intermédio do convívio no local e da satisfação que os entrevistados afirmaram possuir em morar na comunidade, uma vez que 100% dos informantes declararam gostar do local que habitam.

As razões apontadas são justificadas mediante os estreitos vínculos familiares existentes na comunidade, a fartura do local, o que revela o sentimento de pertencimento e o apego àquele espaço, à sua unidade social. (Cf Gráfico 05).

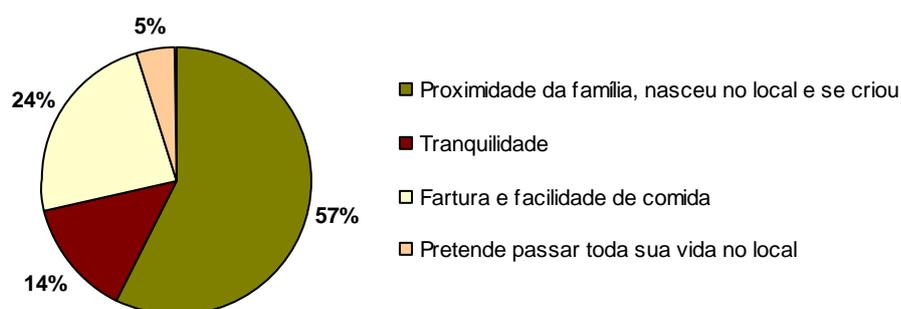


Gráfico 05: Razões pelas quais os moradores gostam do local que habitam  
**FONTE:** Pesquisa de Campo, 2006.

De acordo com os dados obtidos, constatou-se que 100% dos informantes da pesquisa alegaram gostar dos moradores do núcleo comunitário, dentre os principais motivos destaca-se a constituição dos grupos domésticos formados por laços consangüíneos e/ou vínculos adquiridos por meio de matrimônio, revelando então, que o elemento agregador na comunidade de Tauarú encontra-se fundado sob bases familiares.

Para além dos motivos familiares que justificam a unanimidade, foram apontadas diversas outras razões que justificam a afinidade declarada pelos moradores da comunidade de Tauarú que revelam as relações de afetividades que envolvem esses agentes sociais.

A síntese dos vínculos afetivos e religiosos entre os comunitários pode ser apreendido na afirmativa de um entrevistado, ao expor que "nós vivemos bem, não brigamos. O fato da religião facilita a convivência". Diante disso, os motivos indicados podem ser vistos na tabela 05:

<b>Razões de gostar dos moradores</b>	<b>fa</b>	<b>fr</b>
Pessoas boas e legais	7	33%
São colegas e amigos	3	14%
Sempre se ajudam	3	14%
São religiosos	2	10%
Todos são familiares	3	14%
Pela união e afinidade	2	10%
Não respondeu	1	5%
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>

Tabela 05: Motivos pelos quais os informantes gostam dos moradores da comunidade.  
**FONTE:** Pesquisa de Campo, 2006.

Diante do contexto apresentado, que acena para um ambiente harmonioso quanto ao espaço comunitário e nas relações sociais entre seus agentes, essa premissa foi ratificada, uma vez que 86% dos informantes acreditam que possuem ótimos vizinhos. No entanto, a luz da análise observou-se, que por trás do aparente consenso e do ambiente harmonioso afirmado pelos moradores no instante da pesquisa, existe o conflito subjacente que permeiam as relações sociais no interior e entre os grupos domésticos familiares.

Os índices de sociabilidade obtidos no particular contexto de Tauarú, remete a discussão sobre a categoria comunidade, visto que expressam o sentimento desses agentes sociais de pertencimento a um determinado grupo e a partir dele ensejar a construção de um projeto de vida coletiva.

Neste sentido, os atores sociais que constituem a conjuntura comunitária fornecem os componentes que alicerçam as práticas de auxílio recíproco, formulando mecanismo para o desenvolvimento de práticas coletivas por intermédio de redes de solidariedade e de cooperação entre seus agentes na unidade social, pensadas e realizadas de acordo com o modo de gerir os recursos locais existentes na comunidade. Partindo desses pressupostos, Chaves (2001) explicita que

“a capacidade cognitiva dos agentes sociais contém elementos avaliativos que lhes capacita a aferirem de forma criteriosa suas chances de sobrevivência, sob a orientação dos saberes adquiridos e atualizados. Os vínculos de (con)vivência entre os comunitários, os laços familiares, os sentimentos de pertencimento e de estabelecimento de acordos em busca de consenso desencadeiam interações necessárias que geram condições de igualdade: as redes comunitárias de ajuda mútua” (p. 89).

Em contrapartida, apesar dos depoimentos indicarem um certo grau de consenso e unidade nas relações e interações sociais que envolvem a organização social de Tauarú, e que fundamentam a gestão da comunidade, faz-se necessário enfatizar, os conflitos pertinentes àquela realidade social e que permeiam essas relações, tanto no interior dos grupos, quanto entre as famílias.

Ao focalizar os conflitos e desacordos existentes em Tauarú, foi possível identificar que 14% julgaram que os grupos familiares que moram no entorno de sua habitação não se mostram acolhedores e aprazíveis, caracterizando-se como “mais ou menos”, o que revela um descontentamento no que se refere a vizinhança. Na comunidade, tal fato acontece por diferentes razões, sendo as duas principais:

- i) a desobediência às regras e princípios da igreja Santa Cruz por algum membro da comunidade;
- ii) e o embate pelo poder político vivenciado no plano comunitário (as relações de poder).

No entanto, as divergências existentes no interior da comunidade de Tauarú, entre seus agentes sociais, são velados. Todavia, incidem, não raro, na separação da comunidade em blocos que possuem interesses diferentes, sob a alegação da busca de melhoria na qualidade de vida dos comunitários.

Partindo dos acordos, desacordos e do jogo de contradições que fazem parte do contexto comunitário, Chaves (2001) expõe os desafios impostos aos agentes sociais para a

gestão comunitária, e destaca alguns, sendo os principais: a) o requerimento de variação nos ritmos e nas modalidades de ação imposta pelo contexto externo que são, frequentemente incompatíveis com a dinâmica comunitária; b) as transformações, por vezes, lentas diante da necessidade de reverter situações críticas que se agravam em ritmo veloz; c) a capacidade de lidar com as mudanças avaliadas pela maior parte do grupo como necessárias, mas travadas pela radicalização de alguns integrantes em razão do apego à manutenção da ordem instituída; d) e os dissensos que afloram nas relações de poder no plano local (p. 91).

Ainda sob este ponto de vista, salienta-se, que os conflitos e/ou os consensos que perpassam as relações dos agentes sociais em comunidade, apresentam-se como determinações para o desenvolvimento das ações de reciprocidade, uma vez que podem se configurar como canais facilitadores e/ou limitadores para a emergência da solidariedade e cooperação que envolve essas práticas.

O complexo conjunto de processos internos que concorrem para gestão comunitária de Tauarú, na qual se distingue diferentes elementos, como: as relações de parentesco e vizinhança; os diferentes processos produtivos que são orientados pelo manejo dos recursos naturais; a específica relação política de poder; e os rígidos princípios da Igreja Santa Cruz; possuem interface direta com as determinações do contexto externo à comunidade, seja com interlocutores (técnicos), seja pela força do mercado.

A partir desse entendimento, e tendo como fundamento essa particular dinâmica de gestão comunitária é que emergem as práticas de ajuda mútua como mecanismos utilizados por esses agentes sociais para superação das dificuldades impostas no âmbito comunitário, e como componente cultural relevante que subsidia e sustenta o modo de vida tradicional.

Considerando o intercâmbio entre a comunidade Tauarú com o ambiente externo que influenciam as práticas de auxílio recíproco, verifica-se nesse processo um modo particular de orientar essa inter-relação, onde são acionados os mecanismos e aparelhos internos existentes na comunidade, bem como os aparelhos institucionais externos, para mediar e conduzir essa interação.

### **3. Dinâmica interna e externa de Tauarú: as determinações das práticas de ajuda mútua**

A observação no *locus* da pesquisa, permitiu a análise da dinâmica interna da comunidade de Tauarú que somente pode ser concebida a partir da compreensão dos vínculos

diretos que os grupos tradicionais mantêm com a sociedade regida pelo sistema de produção capitalista e suas distintas determinações.

A investigação possibilitou perceber a manifestação de um certo grau de resistência imposta pelos comunitários de Tauarú às diversas determinações advindas do âmbito externo a comunidade, em virtude, sobretudo, dos princípios estabelecidos pela Igreja Santa Cruz.

Em contrapartida, percebeu-se que os comunitários são detentores do entendimento que a partir do diálogo e da reivindicação junto aos grupos sociais e instituições do âmbito urbano-industrial, podem buscar alternativas para alcançar bens e serviços sociais essenciais para a qualidade de vida dos moradores da comunidade.

Essa perspectiva se fundamenta na crença de que os valores e costumes presentes nas diferentes dimensões da vida orientada pelo sistema urbano-industrial, que se encontra localizado no âmbito externo à zona rural, podem vir a gerar alterações no ordenamento interno da comunidade, e por isso fazem emergir obstáculos às interferências que, de acordo com os comunitários, possam vir a alterar sua organização social e gestão dos recursos locais.

No entanto, observa-se sob esta ótica, dois movimentos distintos: o da constante busca empreendida pelos comunitários em acessar benefícios sociais que se encontram centralizados nos núcleos urbanos; e o da resistência imposta por estes atores sociais ao contexto externo que tem por finalidade a reprodução e conservação de seu tradicional e particular modo de vida em comunidade.

O primeiro movimento se caracteriza na comunidade de Tauarú pela construção de uma gestão comunitária e organização política que se firma sob as bases também de duas associações comunitárias, sendo elas: a Associação de Produtores Rurais da comunidade de Tauarú e a Associação de Pescadores de Tauarú, que visam criar canais de participação para alcançar bens e serviços sociais acionando o Estado, tendo em vista que possuem a compreensão que se constituem como cidadãos de direitos sociais, por isso anseiam acessá-los, sem perder de vista seu modo de vida tradicional.

O segundo movimento emerge de um sistema religioso que atua de modo determinante, norteador e conduzindo as relações sociais no núcleo comunitário de Tauarú, partindo desses princípios essa gestão adquiriu tendência de coibir uma série de elementos que podem desestabilizar a organização da comunidade. Tal premissa, gera resistência a novos valores, crenças e costumes, em benefício dos já existentes. Vale enfatizar, que apesar

do forte conteúdo religioso que permeia as relações sociais internas à comunidade, o modo de vida local, guarda marcantes elementos da cultura indígena.

É importante destacar, que a religião em Tauarú se tornou um instrumento utilizado pelos agentes sociais, desde a origem da comunidade, para sustentar essa particular organização social e gestão comunitária, posto que se torna sensível, sobretudo a seus próprios interesses, e parcialmente fechada às influências e interferências externas da sociedade envolvente.

Mediante isso, a Igreja se apresenta como promotora de controles, sejam eles: *internos* - que tem por objetivo orientar o comportamento e as diferentes dimensões da vida dos membros da comunidade (social, política, econômica, cultural e ambiental); e/ou *externos* - regulando o que a unidade social pode absorver do ambiente exterior ao núcleo comunitário, inclusive regulando, a entrada de novos moradores no local. Assim sendo, a Igreja Santa Cruz pode ser considerada guardiã e mantenedora do modo de vida em Tauarú, por intermédio de seu domínio e alcance que resguarda o âmbito comunitário.

Os mecanismos utilizados pela comunidade Tauarú, emerge nesta conjuntura como obstáculo ao que Chaves (2001) designa de homogeneização sociocultural, característica do sistema capitalista, neste sentido, a autora adverte que:

As manifestações societárias através dos meios de comunicação, da indústria cultural, dos processos migratórios favorecem, em muitos sentidos, uma homogeneização sócio-cultural, uma tendência de destruição dos traços particulares de identificação das comunidades. A situação histórica vivida por cada grupo social, em razão das constantes investidas para sua adaptação aos interesses do capital consolidou variados graus de adaptação ao meio ambiente regional e de formas de resistência através de mobilizações políticas e da vigência da gestão comunitária (p. 90).

Esses movimentos de consentimento ou resistência aos diferentes elementos de ordem externa evidenciam o grau de articulação entre os atores sociais de alguns grupos tradicionais, instituindo posição de protagonistas e de portadores de uma gestão comunitária específica, uma vez que conhecem e defendem seus interesses e determinam o que aceitar e recusar do sistema econômico dominante.

Desse modo, o que se observa em Tauarú é a afirmação de uma gestão que se alicerça na lógica da correlação de diferentes aparelhos comunitários auto-gestados pelos atores da comunidade, por intermédio de um processo seletivo das interferências externas, com vistas a assegurar seu modo de vida local. Contudo, na complexa rede de relações que

alicerçam a gestão comunitária, se mesclam forças sociais, religiosas, econômicas, políticas, culturais e ambientais, instituídas desde a trajetória de formação da comunidade. A dinâmica interna e externa da comunidade de Tauarú.

Vale enfatizar, que a fundação das duas associações de Tauarú, foi concebida a partir da demanda do Estado, que necessitava de uma instituição formalizada e documentada para que a comunidade se fizesse representar indicando um representante político, e com isso, obtivesse acesso a bens e serviços sociais essenciais, e essa entidade, não poderia ser a Igreja, diante disso, os representantes da igreja iniciaram a criação das associações, cada uma sendo portadora de objetivos específicos, sem adentrar no âmbito das responsabilidades da igreja, originando daí, uma intensa luta pelo poder em Tauarú. De acordo com o líder comunitário, que também ocupa o cargo de presidente da Associação dos Agricultores de Tauarú, a principal finalidade da associação se pauta na possibilidade da “comunidade ter mais uma assistência técnica”.

A contribuição da autora Lourdes Furtado (2002), que desenvolveu estudos em comunidades de pescadores artesanais no Pará, sobre a dinâmica interna e externa a essas unidades sociais, apresenta-se relevante, em função da compreensão que esses atores sociais

“[...] desenvolvem atividades e relações sociais que os mantém ligados ao mundo de fora; criam e/ou intensificam expectativas de desenvolvimento à medida que entram em contato com a modernidade, sem que esse contexto, entretanto, seja o único fator das expectativas. Estas se criam também e se desenvolvem no interior da própria comunidade” (p. 34).

A autora enfatiza ainda, a importância de se registrar o fato de que essas comunidades não sejam encaradas como totalmente dependentes das intervenções externas, tendo em vista que são possuidoras de capacidades e potencialidades internas de buscar ou agir sobre seu próprio desenvolvimento, sobre os impactos a que se encontram sujeitas, e sobre a administração de seus recursos e conflitos.

Tal dinâmica encontra-se presente em Tauarú, uma vez que seus atores sociais investem e legitimam em sua específica gestão comunitária e acreditam no seu potencial de ordenamento coletivo, que segundo o relato de um informante da pesquisa “*atende as necessidades da gente*”.

#### 4. A rede comunitária de ajuda mútua desenvolvida em Tauarú

A gênese de vida social inerente ao homem, proveniente de sua natureza agregativa, decorrentes do desenvolvimento do trabalho, que segundo Engels (2004) criou o próprio homem, orientou o crescimento das atividades em conjunto e reprodução das práticas de ajuda mútua entre os membros das sociedades. Conforme este autor, os benefícios da realização dos trabalhos conjugados revelaram a cada indivíduo a necessidade de contribuir para o agrupamento e aliança com maior intensidade dos componentes dos grupos sociais.

Na busca por compreender o sistema de troca ocorrido na comunidade ribeirinha de Tauarú, o estudo recorreu a Mauss (2003) que formula suas análises a partir das sociedades tribais, entendendo que ambas unidades sociais encontram diversas similaridades em sua origem e formação organizativa, assim sendo, tal abordagem analítica pode auxiliar na apreensão do contexto estudado.

Partindo desses termos, o sistema de troca pode ser considerado como um pressuposto que permeia as relações de ajuda mútua estudadas, tendo em vista que designa fortes alianças comunais, avaliados pelo autor, da seguinte maneira

“Nas economias e nos direitos que precederam os nossos, nunca se constata, por assim dizer, simples trocas de bens, de riquezas e de produtos num mercado estabelecido entre os indivíduos. Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais: clãs, tribos, famílias, que se enfrentam e se opõem seja em grupos frente a frente num terreno, seja por intermédio de seus chefes, seja ainda dessas duas maneiras ao mesmo tempo. Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras [...] Enfim, essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública” (MAUSS, 2003, p. 190-191)

Segundo o autor, a oferenda do sistema de troca, chamada pelo mesmo de *dádiva*, contém elementos antagônicos, por implicar em doação voluntária, e para tanto deve ser gratuita, por outro lado, possui caráter coercitivo, a medida que se tem a obrigação de aceitar e retribuir a dádiva.

Conforme Warnier & Laburthe-Tolra (1997) em sua interpretação sobre o *Ensaio sobre a Dádiva*, de Marcel Mauss (2003), explicita que a possibilidade da ausência da retribuição no sistema de troca analisada pelo autor, remete a condição de exclusão na troca social e de temporária ou definitiva situação de hostilidade na sociedade.

Na contemporaneidade, a obrigatoriedade da troca no momento do auxílio, acontece, não mais sob pena de guerra, mais da ausência da contrapartida em momentos difíceis e necessários, tornando os laços de reciprocidade inevitáveis e essenciais no convívio comunitário. O padrão dos acordos estabelecidos entre os agentes sociais em comunidades baseia-se em relações de confiança construídas, por isso, caracterizam-se pela informalidade.

Historicamente, a lógica da troca no âmbito das comunidades ribeirinhas amazônicas foi sofrendo sensíveis transformações, apesar de suas bases fundantes continuarem similares, muitas dessas práticas foram se readaptando e/ou mudando, como as cadeias de aviamento existente na Amazônia, cujo formato original era fundada na tradição de troca dos grupos indígenas, entretanto, no período áureo da borracha na região, esse modelo foi sendo redefinido por novos parâmetros para beneficiar a subordinação pela dívida praticada pelos seringalistas. Segundo Chaves (2001), “em seu novo perfil a cadeia do aviamento passou a se caracterizar com um sistema de troca de produtos através de um vasto circuito que articulava os seringueiros num vínculo de dependência aos patrões nos seringais e estes às Casas Aviadoras, nos centros urbanos (Manaus e Belém), que comercializavam com a indústria da Europa e do EUA” (p.15).

De acordo com as transformações que se processaram na história da região amazônica, o sistema de troca sofreu modificações, e atualmente ocorre em função das atividades produtivas nas comunidades, no período da pesca, por exemplo, os pescadores necessitam de recursos financeiros, dos chamados “patrões”, para obtenção dos equipamentos e a alimentação necessária para os dias da passam pescando, no retorno saldaram a dívida com o pescado.

Conforme Mauss (2003), o sistema de troca baseado na obrigação mútua, pressupõe outros tipos de sistema de direito e de economia, diferente do vivido no contexto do capitalismo. Neste plano, o preceito econômico estabelecido, é o de troca em detrimento da monetarização e do mercado, e o sistema de direito é o dar e receber, inaugurados sob a razão moral e religiosa, e outras bases de penalidades, distinto do direito jurídico com ações privativas de direitos.

Tais prerrogativas dão a esses sistemas, que possuem outras lógicas e princípios, feições não capitalistas, bem como o modo de vida da comunidade apresentada no estudo, que apesar de sofrer determinações do contexto capitalista, encontra formas específicas de inserção neste modelo de economia de mercado.

Assim sendo, a reciprocidade, inerente aos diferentes grupos sociais humanos deve ser entendido como um elemento constituinte nas sociedades, assim sendo sua configuração e aplicação decorre de distintos fatores de ordem cultural e/ou social.

Sob esse ponto de vista, a organização sociocultural e política verificada na comunidade de Tauarú, orientada pelas relações parentais e de vizinhanças, instituem modos particulares de ajuda mútua entre seus atores sociais. Neste sentido, o estudo centralizará sua abordagem analítica na natureza organizativa das práticas de ajuda mútua identificada na comunidade.

O caráter coletivo das práticas de ajuda mútua desenvolvidas nas atividades produtivas em Tauarú, permitiu a identificação de duas modalidades organizativas no processo produtivo que os comunitários realizam por meio do auxílio mútuo. Sendo eles o *mutirão* e o *ajuri*.

Vale destacar que de acordo com os informantes da pesquisa, os agentes sociais utilizam denominações distintas para a mesma prática produtiva, partindo disso, o estudo considerou as atividades conforme a concepções narrada pelos sujeitos da investigação.



Figura 37: Atividades desenvolvidas por modalidade organizativa de mutirão e ajuri em Tauarú.  
FONTE: Elane Silva, 2007.

Conforme pode ser observado na Figura 37, a modalidade organizativa mais freqüente na comunidade de Tauarú acontece sob os moldes do *mutirão*, que incide na ocorrência das práticas de ajuda mútua. Outra modalidade organizativa de ajuda mútua destacada pelos moradores da comunidade foi o *ajuri*, sendo apontada como uma atividade desenvolvida pelos agentes de Tauarú apenas para realização do roçado. Para melhor compreensão, o estudo dividirá as atividades por categorias, sendo elas:

### ***Modalidade Organizativa de Mutirão***

#### **▪ Atividade de organização produtiva**

***Roçado*** - A atividade produtiva do roçado é constantemente desenvolvida pelos grupos domésticos da comunidade de Tauarú, assim como, em outras comunidades ribeirinhas da Amazônia. O roçado em comunidades ribeirinhas é uma das atividades fundamentais que sustenta o modo de vida tradicional, pois de seu produto e derivados depende a subsistência dos grupos domésticos familiares. De acordo com um entrevistado, “*é um trabalho duro, que agente precisa fazer, então, quanto mais gente para ajuda melhor*”.

No entanto, o que se observa na comunidade de Tauarú é a institucionalização desta atividade produtiva, uma vez que a associação de produtores rurais institui o compromisso formal na execução desse trabalho. Segundo informantes, na ocasião do exercício do roçado ocorre a existência de uma *lista de presença* que os participantes do trabalho assinam, esse instrumento reconhece e certifica sua participação na atividade.

Segundo o presidente da associação dos agricultores, essa lista serve para garantir os direitos sociais do pequeno produtor rural, por meio dos benefícios que a entidade têm acesso, sendo os principais: a aposentadoria; o seguro maternidade e financiamento para compra de equipamentos.

Partindo da formalização das práticas produtivas em Tauarú, observa-se a utilização destas ações com a finalidade de assegurar a identidade política de uma determinada categoria profissional, a do pequeno produtor familiar. Por outro lado, observa-se a estratégia comunitária de potencialização de um mecanismo comunitário, as ações coletivas de ajuda mútua, acionado na busca de seus direitos sociais e legitimação profissional.

Contudo, o princípio de ajuda mútua identificado no roçado em Tauarú, deve ser aferido, sobretudo, a partir dos fatores culturais expressos nessa prática, uma vez que o modo

coletivo de “fazer roçado”, se manifesta como aquisições culturais de diferentes unidades sociais, como das tribos indígenas norte americanas estudadas por Mauss (2003), dos grupos ribeirinhos amazônicos investigados por Chaves (2001), ou pelos pescadores artesanais pesquisados por Furtado (2002).

De acordo com as explicações dos moradores de Tauarú, o mutirão para “*fazer o roçado*” caracteriza-se por uma reunião que “*convida o pessoal, vai todo mundo pro trabalho, faz oração e inicia, o almoço quem dá é o dono do trabalho*”, essa definição estabelece o mutirão como o processo de trabalho exercido coletivamente em prol de um objetivo comum e específico, que pode ser a realização de um roçado na comunidade. Essa perspectiva acrescenta a alimentação como componente relevante na atividade.

A prática de ajuda mútua pautado no compromisso firmado da ajuda e a troca desse favor estabelecido no trabalho do roçado em Tauarú, foi identificado em outras comunidades ribeirinha, como *troca de dias*, que segundo Carvalho (2006) caracteriza-se pela “troca de trabalho entre companheiros e/ou familiares, onde um ajuda o outro na realização de uma determinada atividade, ficando combinado do outro retribuir a ajuda em seguida, ou quando este precisar” (p.115), visando a solucionar problemas comuns entre os comunitários e especialmente para ampliar e potencializar a mão-de-obra local.

O estudo de Carvalho (2006) identificou outra modalidade de ajuda mútua praticada no trabalho do roçado, chamada de *fazer de meia*, que se configura “quando o produtor faz o roçado, mas, não quer ou não pode se dedicar à realização do preparo da farinha, e então repassa para que outro companheiro faça essa atividade em seu lugar, dividindo a produção com este” (p.115). Tal modalidade de ajuda mútua não acontece na comunidade de Tauarú, em decorrência do modo particular de organização do trabalho do roçado, posto que todos os comunitários auxiliam na realização dessa atividade, mesmo que de modo obrigatório.

***Canoada*** – A atividade da canoada na pesca foi pouco comentada no instante da pesquisa, isso acontece pelo fato de ser pouco utilizada pelos comunitários de Tauarú. Entretanto, essa prática caracteriza-se pela participação na pescaria de mais de 02 membros de grupos domésticos familiares distintos, nesse caso, em decorrência da quantidade de sujeitos que vão pescar juntos aumentam a quantidade de canoas para transportá-los, daí o nome canoada, de acordo com um comunitário, “*é quando sai aquele monte de canoa junta, parecendo procissão*”. O resultado da pesca nesse processo é dividido entre os grupos familiares, assim como as despesas e os lucros.

- **Atividade de organização religiosa**

*Festa religiosa* – A festa da Igreja Santa Cruz ocorre em comemoração a chegada da Cruz no local, esse evento mobiliza toda a comunidade, posto que se faz necessário preparar a comunidade para a chegada dos convidados de outros núcleos. Segundo os informantes, são dois dias de festa, e a comunidade oferece comida e hospedagem aos visitantes, por essa razão todos os comunitários se envolvem nos preparativos.

Os recursos financeiros para as despesas da festa são adquiridos por intermédio de uma taxa de R\$ 50,00 que os comunitários pagam uma vez no ano e são destinados para o evento. Segundo os moradores, a festa acontece com muita animação, fartura na alimentação, louvores com músicas religiosas, orações e os rituais de procissão.

A divisão social do trabalho entre gêneros se evidencia, uma vez que os trabalhos que necessitam de força física, como construir o barracão que serve de refeitório para os visitantes, ficam sob responsabilidade dos homens. Às mulheres cabem os trabalhos na cozinha na preparação e distribuição das refeições aos convidados da festa.

Nessa ocasião, o que se percebeu é que a ajuda mútua entre os comunitários ocorre em função da irmandade da Igreja Santa Cruz, da necessidade de força de trabalho para realização da festa, entretanto, o estímulo para o desenvolvimento das atividades e a obrigação da preparação do evento contém motivação religiosa.

- **Atividade de manutenção da infra-estrutura comunitária**

*Limpeza da comunidade* – Conforme os moradores entrevistados no estudo, a limpeza da comunidade consiste em outra atividade desenvolvida coletivamente, e ocorre com a intenção da conservação do espaço comunitário, entretanto, alguns designaram essa prática, também, como mutirão, porém diversos agentes sociais admitiram que comumente não participam desse processo grupal.

O mutirão, para limpeza da comunidade, caracteriza-se como uma atividade desenvolvida em prol não apenas de um componente do grupo, mas do bem comum da unidade social, neste sentido, identifica-se seu caráter solidário e de cooperação.

A limpeza da comunidade acontece, geralmente, toda segunda-feira, contudo os relatos informam que é uma atividade coletiva que não consegue alcançar muitos

participantes, tendo em vista que, grande parcela dos comunitários justificam que limpam os espaços próximos de suas moradias, logo, acreditam que não precisam participar do trabalho de limpeza.

Contudo, quando se necessita da limpeza de um espaço em particular, como ocorreu com as proximidades do posto de saúde, no período da viagem de campo, o que se observou foi o trabalho sendo realizado pelo grupo familiar do presidente da comunidade (Ver Figura 38).



Figura 38: Limpeza nas proximidades do posto de saúde de Tauarú.  
**FONTE:** Elane Silva, 2007.

É importante enfatizar que na comunidade de Tauarú, que se por um lado as associações comunitárias conseguiram potencializar por intermédio das práticas de ajuda mútua a organização das atividades produtivas, formalizando essas práticas e com isso alcançam a participação de grande parcela dos comunitários nessas atividades.

Em contrapartida, o estudo permitiu observar que as atividades referentes a melhoria da infra-estrutura e dos serviços comunitários, como por exemplo, a limpeza da comunidade, não consegue a abrangência e mobilização dos agentes sociais que as atividades produtivas alcançam.

Esse cenário conflitante expressa os limites do compromisso coletivo na comunidade, tendo em vista que mesmo a igreja com o papel significativo que possui em Tauarú não consegue arregimentar a força de trabalho para desenvolver atividades na própria Igreja, como a limpeza do templo religioso, a organização do processo de descascar a mandioca, e outras atividades em benefício do núcleo comunitário.

## ***Modalidade Organizativa de Ajuri***

### **▪ Atividade de organização produtiva**

**Roçado** – Alguns entrevistados da pesquisa em Tauarú entendem o processo do ajuri como sendo uma prática que *"junta uma turma de pessoas e vai trabalhá, fazê o roçado, o dono do pedaço chama os outros pra ajudá"*, ou então *"reúne umas 20/25 pessoas pra ir trabalhar na roça"*, essas explicações identificam o ajuri como o trabalho realizado em conjunto com o objetivo de auxiliar um comunitário a fazer seu roçado, por essa ótica, o ajuri é uma ação desenvolvida especialmente para a atividade agrícola da preparação e plantação do roçado.

Neste sentido, o modo de realização da atividade coletiva de preparação do roçado apresenta similaridades em ambas as modalidades organizativas, tanto sob forma de mutirão, quanto de ajuri, assim pode-se perceber que nas duas o roçado se apresenta como prática predominante e que se intensifica a prática de ajuda mútua.

As duas modalidades organizativas em que se destacam as práticas de ajuda mútua na comunidade de Tauarú, de mutirão e ajuri, se assemelham, pelo caráter coletivo impresso na atividade do roçado dos grupos domésticos familiares, com vista a suprir a ausência de força de trabalho no processo produtivo, mas que configura e reafirma uma tradição do modo de vida ribeirinho.

Em contrapartida, se diferenciam na medida em que o mutirão é realizado para diferentes finalidades e ocasiões, por isso sua prática pode ser considerada mais comum, entretanto, em Tauarú, foi possível observar que essa modalidade não possui poder agregativo entre os comunitários, com exceção da festa religiosa. Desse modo, o mutirão pode ser considerado uma modalidade com maior possibilidade de gerar conflitos entre os comunitários em função das ausências de alguns agentes sociais nas atividades laborais.

### **4.1 As características da ajuda mútua em Tauarú**

Diante disso, verifica-se o uso das práticas socioculturais de ajuda mútua como ação afirmativa de distintas identidades coletivas e/ou de gênero (pescadores, agricultores e extrativistas) que abrangem e permeiam as diferentes dimensões da realidade comunitária, visto que esse modo de apropriação e configuração das práticas de reciprocidade no processo produtivo, historicamente vem adquirindo novas adaptações, formulações e reformulações,

todavia, mantido na sua essência, em concordância com os códigos morais e éticos que norteiam cada grupo social e sua *consciência coletiva* (Cf. Morin, 2002).

Vale enfatizar que as práticas de ajuda mútua podem ser percebidas como um elemento fundamental da gestão comunitária de Tauarú, uma vez que perpassa as diferentes esferas da vida em comunidade, a orientação das ações revela uma rede de articulações no âmbito social, político, econômico, religioso, ambiental, simbólico e cultural do núcleo comunitário.

Em Tauarú, o processo de mobilização e motivação dos atores sociais para o desenvolvimento do mutirão ou ajuri para fazer roçado, segundo relatos, acontece de diferentes maneiras, sendo estas, por meio: 1. da convocação feita pelo diretor da igreja que arregimenta os trabalhadores no final da celebração religiosa; 2. estes, por sua vez, convidam alguns parentes ou vizinhos que tem maior afinidade; 3) os convidados se encarregam de informar e convocar outros participantes.

As práticas de auxílio recíproco no processo produtivo instituídas no mutirão ou ajuri são caracterizadas por acordos informais entre os agentes envolvidos no trabalho, sob essa ótica, a ausência de um participante no momento de realização do roçado, carrega a obrigação moral de uma justificativa ao principal responsável pela atividade, o esclarecimento pelo não comparecimento no trabalho, revela-se mais importante que a falta que constará na lista de presença da associação dos produtores, expressando assim, uma relação de compromisso estabelecida em decorrência dos princípios de cooperação e reciprocidade existente no interior da comunidade.

A esse respeito, faz-se necessário enfatizar que o caráter de obrigatoriedade observado nas práticas de ajuda mútua identificadas em Tauarú, não deve ser entendida como um elemento que anula o conteúdo de solidariedade e cooperação intrínseco a essas ações, sobretudo, em razão da existência dos fortes laços de parentescos e vizinhanças no contexto local.

#### **4.2 As práticas de ajuda mútua**

O período de estadia na comunidade, em virtude da pesquisa de campo do ano de 2007, proporcionou distintos momentos de observação direta das práticas desenvolvidas coletivamente pelos agentes sociais de Tauarú, essas ocasiões ofereceram um aprofundamento

no processo da produção do conhecimento e na experiência de analisar o universo teórico-prático do objeto de estudo - as ações de ajuda mútua.

Nesta temporada, pôde ser identificado o desenvolvimento de um mutirão para realizar a cobertura de um barracão que seria utilizada na festa da Santa Cruz, que aconteceu em abril do ano corrente, nesse momento, o diretor da igreja aproveitou a reunião dos comunitários com a equipe de campo, após a celebração religiosa do domingo pela manhã, para informar e convocar todos os presentes a execução da atividade que aconteceria na manhã do dia seguinte. (Cf. Figuras 39, 40 e 41)



Figuras 39, 40 e 41: A convocação, a reunião para o início dos trabalhos e o desenvolvimento da atividade coletiva  
**FONTE:** Francenilda Oliveira; Elane Silva, 2007.

O decorrer dos trabalhos revelou a baixa participação dos comunitários na atividade, que segundo o diretor da igreja, manifesta “*a falta de interesse das pessoas com as coisas da comunidade*”, o que remete a questão, já citada, da insuficiente capacidade mobilização alcançada pela Igreja da comunidade. Em contrapartida, verificou-se na realização da tarefa, os momentos de sociabilidade entre os agentes sociais que participam do processo, sugerindo distintos regimes que extrapola o do esforço físico, como a partilha da refeição e as conversas informais, que incluíam diversas anedotas, e “causos” da vida dos presentes, o que torna o ambiente apropriado para o desdobramento dos trabalhos.

Vale destacar que na referida atividade, conforme pode ser verificado nas ilustrações, ocorre com o predomínio do gênero masculino, tendo em vista que esta, configura-se como uma prática que demanda grande esforço físico. Entretanto, tal prerrogativa, não destituiu a participação das crianças e do gênero feminino no processo laboral, uma vez que contribuem com o preparo do alimento para refeição dos trabalhadores, e outros serviços que subsidiam o andamento das tarefas.



Figuras 42, 43 e 44: A refeição coletiva e o desenvolvimento dos trabalhos.  
FONTE: Francenilda Oliveira; Elane Silva, 2007.

Desta perspectiva, o que se apresenta é a dissociação do trabalho feminino naquele contexto de trabalho, eminentemente masculino, tendo em vista que, ocorreu unanimidade nos argumentos que indicavam que somente os homens iriam desenvolver os trabalhos, logo, os mesmos são os responsáveis pelo empreendimento, tal perspectiva caracteriza a desvalorização do esforço e do trabalho das mulheres naquela conjuntura.

Durante a pesquisa de campo, conforme já foi mencionado no trabalho, foi possível observar em *locus* a realização de um mutirão, desta vez no processo produtivo, em razão da enchente que chegou antes do período previsto, com características de práticas de ajuda mútua e predomínio da força de trabalho do gênero feminino.

A partir desse trabalho foi possível perceber a intensidade dos laços familiares e de vizinhança que unem determinados grupos domésticos em Tauarú, tomando como referência o cenário daquela atividade produtiva, pode-se reafirmar a perspectiva posta por Warnier & Laburthe-Tolra (2003) que:

“em geral, as relações entre famílias formam uma corrente de cooperação (auxílio mútuo, associação de trabalho) e de conflito (competição, franca hostilidade...); as relações entre o indivíduo e o grupo oscilam entre a autoridade e a fraternidade (cordiais entre as classes de idade), entre o coletivismo e o individualismo” (p. 161).

O respectivo mutirão ocorreu com a finalidade de descascar a macaxeira que estava sendo colhida com brevidade, em função da cheia do rio antecipada, para dar início ao processo de produção da farinha, o qual participa todo grupo doméstico familiar.

No entanto, essa prática comumente era coordenada pelas mulheres que estabelecem o período de início dos trabalhos, que se concretizavam quando a primeira mulher chegava e descascava a macaxeira, a partir desse instante, outros comunitários iam se reunindo em torno

do produto e participando do processo coletivo de ajuda mútua. Cabe enfatizar que, comumente, os primeiros a chegar ao local do trabalho pertenciam ao grupo familiar de quem pertencia o produto.

O processo de chegada dos participantes acontecia de modo gradativo, a observação direta possibilitou verificar que, as mulheres desenvolviam seus afazeres domésticos e em seguida, iam se juntar às outras no trabalho. O que se percebeu, no decorrer da atividade foi a participação dos filhos, ajudando no processo de produção da farinha de seus pais, assim sendo, geralmente, encontravam-se na tarefa de descascar a macaxeira, as filhas, cunhadas, netas e vizinhas, porém, o trabalho também era realizado pelos homens.

A emergência do sentimento da troca tornou-se visível nesta atividade produtiva, uma vez que se ouvia relatos de que *“quando tá assim, esse monte de macaxeira, agente de manhã pega nossa faca, olha de quem tem que descascar hoje e vai embora ajudar, porque quando agente precisa muitos estão aqui”*.

A atividade descrita aconteceu a partir de distintas características, sendo elas, portanto:

- a) simultaneamente em distintos locais da comunidade, em virtude da agilidade que deveria se realizar o trabalho;
- b) por diferentes grupos familiares, cada qual com seu aglomerado de macaxeira;
- c) em dias subseqüentes, em consonância com a colheita do macaxeira de cada grupo doméstico familiar;
- d) simultaneamente com o processo de torrefação da farinha.

Em decorrência do fenômeno da natureza, a cheia antecipada do rio, o trabalho teve que ser realizado com rapidez, para que os grupos domésticos não perdessem sua produção, isso condicionou a existência de diferentes grupos familiares desenvolvendo o trabalho de descascar a macaxeira simultaneamente (Cf Figuras 45, 46 e 47).



Figuras 45, 46, 47: O desenvolvimento dos trabalhos da ajuda mútua realizado por diferentes grupos domésticos.  
**FONTE:** Elane Silva, 2007.

Entretanto, a circunstância da cheia, para alguns comunitários, não justificaria o fato dos grupos domésticos familiares realizarem o trabalho de descascar macaxeira separadamente, para uma informante da pesquisa, *“isso mostra a desunião da comunidade, porque se agente descascasse tomo mundo junto, quando acabasse um ia trabalha no outro monte e assim vai mais rápido”*, caracterizando os desacordos e conflitos existentes no interior dos trabalhos desenvolvidos sob forma de mutirão e ajuri.

Diante do exposto, constatou-se a teia de relações e interações que envolvem as práticas de ajuda mútua no interior da comunidade, posto que são pautadas nos laços de solidariedade e cooperação em virtude das relações de parentesco e vizinhança do local, essa natureza da troca existentes em Tauarú pode ser identificado como herança cultural dos povos indígenas que habitavam a Amazônia, assim como o formato das modalidades organizativa de mutirão e ajuri, que sofreram modificações e adaptações no decorrer dos tempos. Os fatores internos adicionados aos determinantes externos a comunidade configuram as práticas de reciprocidade existentes no local, bem como os conflitos e desacordos inerentes a elas. (Cf Figura 48)

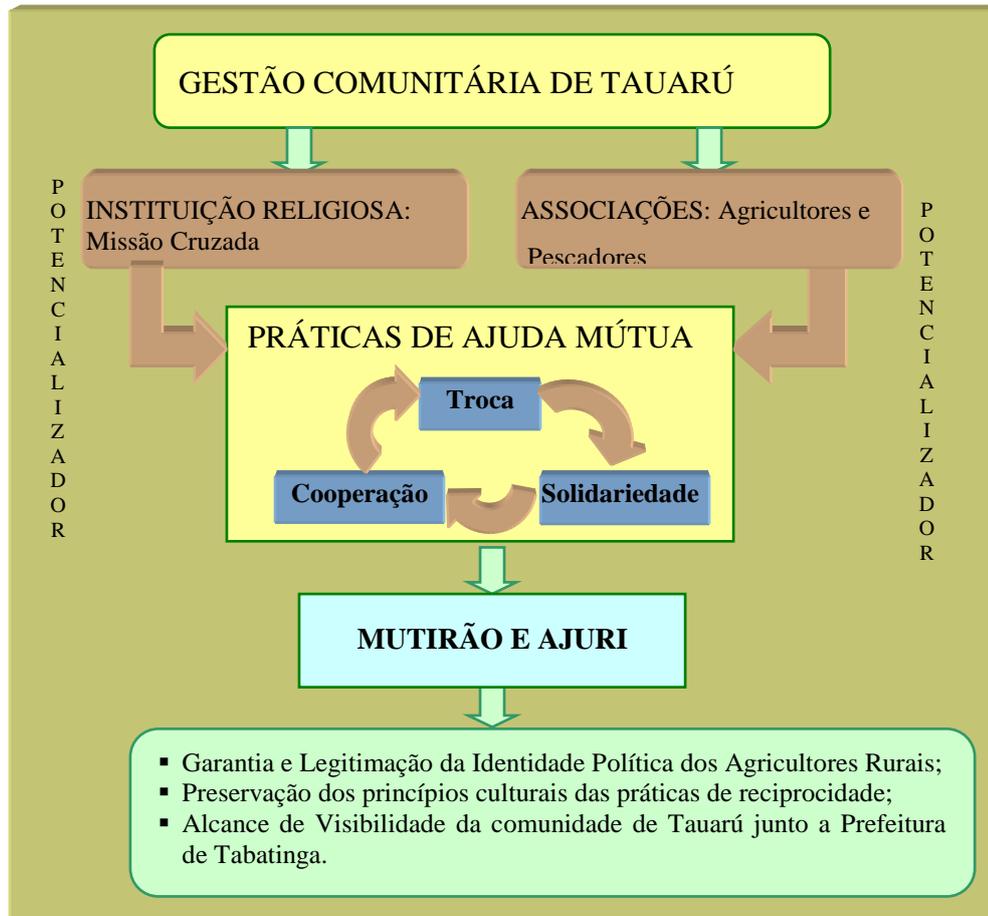


Figura 48: Esquema que configura as práticas de ajuda mútua em Taurarú.  
**FONTE:** Elane Silva, 2007.

Partindo do que foi apresentado no decorrer do trabalho, o estudo toma como referência o entendimento da ajuda mútua como um processo que reúne conteúdos de cooperação, troca e solidariedade, sendo, portanto, um processo social, uma vez que prescinde das relações sociais que os agentes desenvolvem entre si e com a natureza, que se materializa a partir de uma herança cultural, e que sua prática e os objetivos possuem implicações diretas com as determinações externas ao contexto em que se realizam, por isso, deve ser concebido como potencial instrumento de mudança social na busca da melhoria na qualidade de vida desses grupos sociais.

Mediante essa interpretação pode-se afirmar que essas práticas são percebidas em todos os momentos da vida em comunidade, extrapolando o processo produtivo, uma vez que há ajuda recíproca no processo do roçado, assim como na pesca, na caça, nas relações entre as mães e/ou entre as mulheres, dos filhos, nas festas de santo, no futebol, na limpeza da comunidade, dentre outras, isto é, são desenvolvidas em todos os âmbitos da vida, assim, as

práticas sociais de reciprocidade fundamentam a vivência comunitária tradicional e ordenam a unicidade do grupo.

Enquanto categoria analítica, a ajuda mútua ainda se apresenta com um conceito ainda fluido, que comumente não possui determinação precisa, perante isso, se destaca por ser uma categoria ainda em construção. A trajetória desse trabalho teve como perspectiva elaborar um conteúdo menos difuso e mais explicativo para a categoria, com a intenção de que esta possa contribuir como um recurso para a melhor compreensão das formas de organização das comunidades tradicionais amazônicas.

Contudo, o estudo teve oportunidade de verificar que a comunidade de Tauarú dispõe de um modo particular de organização social e política, isso pode ser observado no modo particular de gestão comunitária ordenado pela igreja e as associações que auxiliam e orientam no acesso a bens e serviços sociais, bem como nos processos comunitários de manejo dos recursos naturais e as relações sociais entre seus atores, fundados em princípios herdados de cooperação, solidariedade e troca que consolidam as práticas de ajuda mútua. Com isso utiliza o auxílio mútuo como potencialidade para resguardar a manutenção e reprodução material e sociocultural dos grupos domésticos familiares da comunidade.

## CAPÍTULO IV

### AJUDA MÚTUA EM TAUARÚ: INSTRUMENTO DE ALCANCE DE DIREITOS SOCIAIS

*A Amazônia tem tido um destino singular: oferecer ao mundo elementos de que esse mesmo mundo se vem valendo para erigir condições de bem-estar material e espiritual, sem que se lhe criassem idênticas condições existenciais.*  
(Arthur Cezar Ferreira Reis)

---

A comunidade de Tauarú no município de Tabatinga no Amazonas, configura-se como uma unidade social promotora de uma gestão comunitária singular que consegue, por intermédio da organização social e política de seus atores sociais, potencializar os mecanismos e estratégias coletivas visando a melhoria da qualidade de vida dos grupos domésticos familiares da comunidade.

A estrutura organizativa da comunidade de Tauarú permite a eficiência dos mecanismos e instrumentos que possuem sua gênese nas articulações coletivas, como as práticas de ajuda mútua. Neste núcleo comunitário, as ações de reciprocidade se particularizam por serem marcadas pela obrigatoriedade, tendo em vista que a Associação dos

Produtores Agrícolas de Tauarú utiliza estas práticas como um elemento de legitimação da identidade política dos agricultores da comunidade.

Este mecanismo pode ser entendido como uma estratégia que os agentes sociais da comunidade estabeleceram para que os agricultores acessem os benefícios e direitos sociais decorrentes de sua profissão, para manutenção e reprodução de seus grupos domésticos familiares.

Em contrapartida, a obrigação da prática de ajuda mútua imposta aos comunitários de Tauarú, já enunciada por Mauss (2003) implica no detrimento do conteúdo de solidariedade que alicerçam essas práticas, mais não a subtrai em sua totalidade em razão das relações sociais inerentes as ações de auxílio recíproco. Entretanto, os traços sociais e culturais de cooperação e troca entre os sujeitos sociais se fazem presentes condicionados/ potencializados pelas relações de parentescos e vizinhanças existentes na comunidade.

Em Tauarú, a divisão territorial é demarcada pelas relações de parentesco e compadrio, ou seja, pautada pela proximidade dos grupos familiares em função dos laços de sangue e afinidade, facilitando com isso, as relações sociais e culturais de cooperação e práticas de ajuda mútua entre os moradores.

As modalidades de práticas de ajuda mútua identificadas em Tauarú se apresentaram sob a forma de mutirão e ajuri, com intensas imprecisões, sobretudo no que se refere as denominações. Essas ações obedecem as regras da comunidade e se caracterizam por:

- a) aumentar o potencial produtivo nas atividades;
- b) suprir a escassez de força de trabalho do grupos domésticos familiares;
- c) evitar perda de produção;
- d) desenvolver trabalhos coletivos visando um bem comum em benefício da comunidade;
- e) legitimar a identidade política dos agentes sociais para o alcance dos benefícios sociais;
- f) ratificar a obrigatoriedade de participação no mutirão para o roçado;
- g) estimular a participação social entre os agentes sociais;
- h) desenvolver e fortalecer os laços de confiabilidade entre os atores;
- i) fortalecer a rede de solidariedade;

- j) fortalecer as relações de parentescos e vizinhanças;
- k) tornar-se momento de diversão entre os participantes;
- l) legitimar os acordos informais entre os sujeitos sociais;
- m) conservar e obedecer aos códigos culturais herdados pelos grupos indígenas;
- n) legitimar as leis e normas da Igreja Santa Cruz.

Na comunidade de Tauarú, as práticas de ajuda mútua são instituídas a partir da união de diferentes fatores, sendo eles: I. a sustentação formada pela sólida base dos grupos domésticos familiares; II. as relações parentais e de compadrios que fortalecem os laços de solidariedade entre os agentes; III. a representatividade da igreja que se revela um aparelho fomentador dessas ações embasadas na cooperação; IV. o compromisso entre os comunitários no momento da ajuda no caso do mutirão para fazer o roçado.

As determinações que edificam o desenvolvimento das práticas de ajuda mútua em Tauarú, somente podem ser compreendidas a partir do exercício da análise da conjuntura global em que o núcleo comunitário encontra-se inserido, num ecossistema amazônico, aonde a questão ambiental se intensifica, e em uma área nacional de fronteira.

Mediante isso, o estudo permitiu observar que a comunidade de Tauarú se firma em uma específica dinâmica interna que acarreta rebatimentos diretos em sua relação com o contexto externo que os circunda, manifestando resistência e oposição ao que entendem que pode causar prejuízos ao ordenamento da comunidade que são pautados nos princípios e regras estabelecidas pela Igreja Santa Cruz, e buscam seus direitos e o acesso a bens e serviços sociais, no âmbito da sociedade urbano-industrial, visando a manutenção e reprodução dos grupos familiares da comunidade, a partir de seu modo de vida.

É importante destacar o papel da Igreja Santa de Cruz na comunidade de Tauarú, que a mesma se revela como importante aliada no desenvolvimento das práticas de ajuda mútua, uma vez que propaga os princípios fundantes dessas práticas, a cooperação, a reciprocidade e a solidariedade, assim como estabelece a autoridade que lhes fora imputada para persuadir os comunitários para participar dessas práticas.

Vale enfatizar que em Tauarú essas estratégias para alcance dos direitos sociais acontecem por meio de mecanismos próprios, frutos da herança cultural que norteia o modo de vida desses grupos e configura um singular modo de uso dos recursos locais.

A organização social e política dos comunitários em Tauarú resultaram em conquistas consideradas relevantes pelos próprios moradores. Os comunitários enfatizam a construção das escolas e do posto de saúde como as principais aquisições, mais destacam também os benefícios sociais como: concessão de aposentadoria, auxílio-maternidade e outros, que foram alcançados em decorrência da criação das associações de produtores rurais e de pescadores da comunidade.

O exercício de construção teórica expresso no estudo, em que pese seus limites, buscou colocar em evidência personagens que são comumente invisíveis pela sua qualidade de segmentos sociais empobrecidos, como sujeitos agregadores de diversos fatores que os leva a essa condição, sendo alguns deles, especialmente, sua localização em territórios de várzea; à distância dos grandes centros, espaços que se encontram centralizados a prestação de bens e serviços sociais; a baixa densidade populacional; e outros.

O estudo pretendeu dar visibilidade a atores sociais que possuem modos de vida distintos dos grupos sociais dos centros-urbanos, que sofrem com sérias dificuldades de acesso a bens e serviços sociais que são fundamentais para a qualidade de vida de seus moradores, mas que buscam recorrer a sua herança cultural, e por meio dela, estabelecem estratégias e mecanismos para enfrentar as problemáticas existentes no contexto local.

A herança cultural dos povos indígenas Cocama, impressa na comunidade de Tauarú, assim como determinam as potencialidades existentes no núcleo comunitário, condicionam também, os conflitos entre os grupos domésticos familiares pelo poder político, que é permeada pelas relações de parentesco e vizinhança.

Embora o estudo tenha se restringido a um estudo de caso, o esforço em compreender as relações e potencialidades desses grupos sociais, que se objetivam nas práticas inerentes a eles, possibilita entender a Amazônia, como um todo, não apenas pelo potencial natural que se evidencia, mais também pelo potencial humano existente, que pode ser adicionado nas ações destinadas ao desenvolvimento da região.

O modelo de potencialização de um mecanismo comunitário, objetivado pelas práticas de ajuda mútua existente na comunidade de Tauarú, deve ser compreendido como uma experiência que coloca em evidência o potencial de organização de determinados grupos sociais que são capazes de participar e decidir sobre o desenvolvimento que anseiam para seus núcleos comunitários.

Neste sentido, é imperativo identificar os mecanismos e instrumentos comunitários acionados por esses grupos sociais para que estes, em um esforço conjugado com o poder público, consigam indicar os caminhos que julguem adequados para alcançar a manutenção e reprodução de seu modo de vida. Nessa perspectiva, as práticas de ajuda mútua tornam-se um poderoso instrumento de mudança social com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos núcleos comunitários.

Tomando como base os princípios das práticas de ajuda mútua desenvolvidas no interior do núcleo comunitário de Tauarú e exposta no trabalho, é que o estudo partilha do pensamento de Furtado (2002) que identificou os mesmos princípios na comunidade ribeirinha que analisou, assim como em outras congêneres, e afirma que esses grupos devem ser reconhecidos em sua natureza, no sentido de se

[...] aproveitar o princípio de reciprocidade que subjaz em suas formas de ser, pensar e agir, que sustente as formas de solidariedade (trabalho coletivo, formas de parceria na pesca, mutirão para construção de casas e igreja). Por esse princípio a ajuda mútua consegue ainda manter a permanência da povoação enquanto grupo, ainda pode freiar o êxodo rural na medida em que, na maioria dos indivíduos, esse tipo de ajuda é rarefeito num meio mais complexo; por esse princípio, iniciativas de desenvolvimento sustentável poderiam ser eficazes, quem sabe um caminho que agentes de desenvolvimento poderiam tomar como critério para seus programas, projetos, políticas e tomadas de decisões contra o empobrecimento, a fome, o êxodo rural e a violência” (p. 37).

Contudo, vale destacar que o estudo objetivou lançar luz sobre uma dimensão do modo de vida dos grupos sociais amazônicos, sem perder de vista a extensão e amplitude da discussão conferida ao tema, não tendo a pretensão de esgotar o assunto, mais estimular outros trabalhos sobre a realidade local.

## Referências Bibliográficas

ALENCAR, Edna Ferreira. Política Pública e (In)sustentabilidade social: o caso de comunidades da várzea do Alto Solimões, Amazonas. In: LIMA, Deborah (org). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: Ibama, Pró-Várzea, 2005. p. 59-99.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006. 140p. (Coleção “Tradição & Ordenamento Jurídico”. v.2).

BATISTA, Vandik. S.; CHAVES, Ma. do P. Socorro Chaves; *et al.* **Caracterização Socioeconômica da Atividade Pesqueira e da Estrutura de Comercialização do Pescado na Calha do Rio Solimões-Amazonas** (Pará e Amazonas – municípios de Belém, Manaus, Tabatinga, Tefé, S. P. de Olivença, Santarém). Manaus: Pró-Várzea - UFAM, 2004. (Relatório Final)

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Um Pouco – Antes e Além – Depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977. 841p. (Coleção Amazoniana - 1)

BRANDÃO, C.R. **Pesquisa Participante**. 8ª ed. [s.l.]: Brasileira, 1990.

BRESSAN, Delmar. **Gestão Racional da Natureza**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 110p.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 2001. p. 372. (Coleção Espírito Crítico).

CARVALHO, Célia Oliveira de. **As formas de Organização das Práticas Produtivas a partir das Determinações do Ritmo da Natureza e do Mercado pelas Populações Ribeirinhas do Município de Coari-AM**. 2006. 187 f., il. Dissertação (mestrado)--UFAM, Manaus, 2006.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: CASTRO, Edna.; PINTON, Florence (Orgs.). **Faces do Trópico Úmido**: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup – UFPA - NAEA, 1997. p.221-242.

CHAVES, M. do P. Socorro Rodrigues. **Uma experiência de Pesquisa-Ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá**. 2001. 154 f., il. Tese (doutorado)--UNICAMP, Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. *et al.*(a) **Estudo das Condições de Vida e Uso dos Recursos Locais pelas Populações Ribeirinhas do município de Coari e Carauari-AM**. Manaus: INTER-AÇÃO; UFAM, 2004. 153p. (Circulação interna e restrita).

\_\_\_\_\_; *et al.* (b) **As condições de vida e de uso dos recursos pelos moradores do Parque Nacional do Jaú**. In: BORGES, Sérgio Henrique; IWANAGA, Simone; *et al.* **Janelas para a biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia**. Manaus: Fundação Vitória Amazônica, 2004. 273p.

\_\_\_\_\_. *et al.* **Estudo-diagnóstico sobre o modo de organização da produção pesqueira para implantação de empreendimentos solidários nas comunidades ribeirinhas nos municípios de Coari e Tabatinga Amazonas**. Manaus: INTER-AÇÃO; UFAM, 2006. 170 p. (Circulação interna e restrita).

DAMATTA, Roberto. Você tem cultura? In: DAMATTA, Roberto (Org.). **Explorações: ensaios de sociologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. 147p.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. 169p.

\_\_\_\_\_. **O Nosso Lugar virou Parque: Estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá – Parati – Rio de Janeiro**. 5ª ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do trabalho: Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p.13-34.

FICHTER, J. H. Definições para uso didático. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p.153-155.

FREYER, Hans. Comunidade e sociedade como estruturas histórico-sociais. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas**

conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p.132-139.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Traços de uma comunidade pesqueira do litoral amazônico: relato sobre organização em comunidade haliêutica. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; QUARESMA, Helena Doris A. Barbosa (Org.). **Gente e Ambiente no Mundo da Pesca Artesanal**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. p. 23-56 (Coleção Eduardo Galvão).

GALLIANO, A. Guilherme. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Harbra, 1981.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., vol. 29, 1982.

JESUS, Cláudio Portilho de. **Utopia cabocla amazonense: agricultura familiar em busca a economia solidária**. Canoas: Ed. ULBRA, 2000. 151p.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura – Um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. 116p.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental, produtividade ecotecnológica e manejo integrado de recursos. In: LEFF, Enrique (Org.). **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Editora FURB, 2000. p.143-172.

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios**. São Paulo: Perspectiva: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente: FAPESP, 1998. 263 p. (Coleção estudos,157).

MACIVER, R. M; PAGE, Charles H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p.117-131.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003. 175p.

\_\_\_\_\_. **O capital: críticas da economia política**. livro I. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 20ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 571p.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 536p.

MEGGERS, Betty J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Tradução Maria Yedda Linhare. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. 239p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**. São Paulo: HUCITEC, 1994. p.269.

MORAN, Emilio F. **Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. 445p.

MORIN, Edgar. Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs). **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997. p.53-77.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Dinâmica territorial na fronteira Brasil-Colômbia**. In: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas; FAPEAM. ano 5, n.1, p. 175-197. Jan/Jun, 2005.

**Plano de desenvolvimento local integrado e sustentável: Agenda Executiva – 2001/2004**. Tabatinga (AM): PCN; Prefeitura de Tabatinga; FGV/Isae, 2001. 104 p.

PORRO, Antonio. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. 203 p.

RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. **Andirá: memórias do cotidiano e representações sociais**. Manaus: EDUA, 2004, 308p. (Série Amazônia: a terra e o homem)

ROUÉ, Marie. Novas Perspectivas em Etnoecologia: “Saberes Tradicionais” e Gestão dos Recursos Naturais. In: CASTRO, Edna & PINTON, Florence (orgs). **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997. p.187-200.

SALDANHA, Iaskara Regina Ribeiro. **Espaços, recursos e reconhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (Anchoviella lepidentostole) em Iguape/SP**. 2005. 179f., il. Dissertação (mestrado)--USP, São Paulo, 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao Capital**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

SILVA, Elane Cristina Lima da; *et al.* **A dinâmica das relações comunitárias no Parque Nacional do Jaú**: as relações de ajuda mútua nas atividades coletivas. In: Revista da Universidade Federal do Amazonas – Políticas Sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas. v.9, n. 1/2, p. 45-49, Jan/Dez, 2002-2003.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz do Amazonas**. Manaus: Editora Valer; Governo do Estado do Amazonas; Uninorte, 2004. 288p.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2004. 231p.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan (org.) **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p.96-116.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia - natureza, homem e tempo**: Uma planificação ecológica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: ed. Civilização brasileira, 1982. 177p.

\_\_\_\_\_. **O rio comanda a vida – uma interpretação da Amazônia**. 9ª ed. Manaus: Editora Valer/Edições Governo do Estado, 2000. p.422.

TOLRA-LABURTHE, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia e Antropologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 469p.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. 316p.

WEBER, Max. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p.140-143.

WIRTH, Louis. Delineamento e problemas da comunidade. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p.82-95.

## BIBLIOGRAFIA

BARBALHO, Célia Regina Simonetti; MORAES, Suely Oliveira. **Guia para normalização de teses e dissertações**. Manaus: UFAM, 2005. 65p.

BATISTA, Djalma. **Amazônia: cultura e sociedade**. TELLES, Tenório (Org.). Manaus: Editora Valer; Universidade Federal do Amazonas, 2003. 180p.

CASTRO, Edna. **Tradição e Modernidade: a propósito de processos de trabalhos na Amazônia**. Cadernos NAEA, Belém, v.2, n.1, p.31-50, jun.1999.

\_\_\_\_\_; HURTIENNE, Thomas; *et al* (Org.). **Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais**. Belém: NAEA-UFPA, 2007. 341p.

CHAVES, M. do P. Socorro Rodrigues; SILVA, Elane Cristina L; *et al*. Extensão universitária na Amazônia: ações socioeducativas de arte e cultura nas comunidades ribeirinhas dos Municípios de Coari e Carauari – AM. In: Corrêa Edison J; Cunha, Eleonora S. M; Carvalho, Alysson M. (Org.). **(Re)conhecer diferenças, construir resultados**. Brasília: UNESCO, 2004. p. 186-192.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec; Nupaub, 2000.

FRAXE, Therezinha J.P. **Homens anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000. 192p.

FREYRE, GILBERTO. **Homens, engenharias e rumos sociais**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987. 223p.

NASCIMENTO, Ivete. **Tempo da Natureza e Tempo do Relógio – Tradição e mudança em uma comunidade pesqueira**. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia. Pará: Museu Paraense Emilio Goeldi; Ministério da Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. v. 11 (1), Jul/1995. p.5-18.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2002. 87 p. (Questões da nossa época; v.41)

**Sites utilizados:**

Disponível em: <<http://www.portaltabatinga.com.br/alct.htm>>. Acessado em: 05 de março de 2007.

Disponível em: <<http://www.caminhos.ufms.br/matrizados/am/tabatinga.html>>. Acessado em 10 de novembro de 2006.

Disponível em: <<http://www.manausonline.com.br>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2006.

Disponível em: <[http://www.cnm.org.br/demografia/mu\\_demografia.asp?](http://www.cnm.org.br/demografia/mu_demografia.asp?)>. Acessado em: 09 de fevereiro de 2007.

Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br>>. Acessado em: 20 de setembro de 2007.

# APÊNDICES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA**  
**AMAZÔNIA**

**PROJETO:** A dinâmica das relações comunitárias na Amazônia: estudo de caso das formas de ajuda mútua praticada pelos ribeirinhos no município de Tabatinga-Am.

Pesquisador (a): ..... Data: .... /02/2007

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**Representantes Familiares**

**I. Quadro de Identificação (optativo):**

01. Nome do Informante:..... Idade: ..... anos  
02. Local de Nascimento:..... Município..... UF.....  
03. Caso seja oriundo de outra região: Há quanto tempo mora no local? .....
04. Qual o seu estado civil: 1.  Solteiro 2.  Casado 3.  União Consensual  
4.  Viúvo 5.  Separado
05. Qual a sua profissão?.....

1. O sr. recorre ao auxílio de alguém na comunidade?

- Se Sim, de quem? Vizinhos, parentes ou qualquer pessoa da comunidade?

Por quê recorre? Para realizar quais atividades o sr. pede auxílio? Como realizam as atividades?

- Se Não, por quê?

2. O sr. é ajudado quando recorre a eles?

- Se Sim, quem ajuda? Vizinhos, parentes ou qualquer pessoa da comunidade?

Por quê o sr. é ajudado? Em quais atividades o sr. é ajudado? Como realizam as atividades?

- Se Não, por quê?

3. O sr. ajuda quando pedem seu auxílio?

- Se sim, quem? Somente de parentes? Somente de vizinhos? Todos?

Por quê o sr. ajuda? Em quais atividades ajuda? Como realizam as atividades?

- Se não, por quê?

4. A cōnjuge pede auxílio a outras pessoas da comunidade?

- Se sim, de quem? Somente de parentes? Somente de vizinhos? Todos os comunit.?

Por quê ela pede ajuda? Para quais atividades ela pede auxílio de outros? Como realizam as atividades?

- Se não, por quê?

5. A cōnjuge ajuda quando pedem auxílio dela?

- Se sim, quem? Somente de parentes? Somente de vizinhos? Todos os comunit.?

Por quê ela ajuda? Para quais atividades ela pede auxílio de outros? Como realizam essas atividades?

- Se não, por quê?

6. Os filhos pedem ajuda de outras pessoas da comunidade?

- Se Sim, de quem? Vizinhos, parentes ou qualquer pessoa da comunidade?

Por quê pedem ajuda? Para realizar quais atividades eles pedem auxílio? Como realizam as atividades?

- Se Não, por quê?

7. Os filhos ajudam quando pedem auxílio deles?

- Se sim, quem? Somente de parentes? Somente de vizinhos? Todos os comunit.?

Por quê eles ajudam? Para quais atividades eles pedem auxílio de outros? Como realizam as atividades?

- Se não, por quê?

8. Na sua casa seus familiares, trocam pequenas coisas <sup>15</sup>com vizinhos, parentes e outros? Sim ou não? O quê e porquê trocam?

9. Já houve em sua casa algum acidente que precisou da ajuda dos outros? Qual situação e como aconteceu?

- Se sim ocorreu a ajuda? Quem ajudou? Parentes? Vizinhos? Todos da comunidade?

- Se não, por quê não ajudaram?

10. Em caso de acidente com outras famílias já ajudou alguém na comunidade?

- Se sim, quem? Somente de parentes? Somente de vizinhos? Todos os comunit.?

Qual a situação que necessitou sua ajuda? Por quê ajudou? E como aconteceu?

- Se não, por quê?

---

<sup>15</sup> Como alimentos, roupas, plantas medicinais, equipamentos de trabalho, e outros.

11. Participa de alguma associação na comunidade? Se sim, quais? Se não porquê?
12. O sr. auxilia os líderes da comunidade? Sim ou não? Porquê e como?
13. O sr. participa de alguma atividade coletiva na comunidade?  
- Se sim, por quê? E quais atividades? Como realizam essas atividades?  
- Se não, por quê?
14. O sr. gosta de ajudar? Por quê?
15. Alguma vez o sr. já negou uma ajuda a alguém? Sim ou não? Por quê?
16. Em que momento ou atividade o sr. não ajuda? Por quê?
17. Existem pessoas na comunidade que não ajudam nunca? Por quê?
18. Para o sr. o que é ajuda mútua? E por quê acontece?
19. A igreja tem influência nas práticas de ajuda mútua? As práticas de ajuda mútua existiam antes da chegada da igreja na comunidade?
20. Como é acolhida uma nova família na comunidade? Todos ajudam a nova família?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA**  
**AMAZÔNIA**

**PROJETO:** A dinâmica das relações comunitárias na Amazônia: estudo de caso das formas de ajuda mútua praticada pelos ribeirinhos no município de Tabatinga-Am.

Pesquisador (a): ..... Data: .... /02 /2007

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**  
**Interlocutores Externos e Líderes Formais e Informais**

1. Quais as ações que realizam conjuntamente? Porquê realizam? Como realizam?
2. Realizam mutirão por algum motivo? Se sim, quais motivos e como realizam?
3. Realizam Ajuri? Para quê? Por quê? Como desenvolve? E o que significa a palavra *ajuri*?
4. Realizam festas na comunidade?
  - Se sim, porquê? E como são realizadas as festas? Quem ajuda nas festas?
  - Se não, por quê?
5. Como é a relação entre os vizinhos, há ajuda entre todos?
6. Nas atividades produtivas<sup>16</sup>, desenvolvem trabalhos juntos?
  - **Na agricultura:** Se sim, por quê trabalham juntos? Explicar como acontece? Se não, pq?
  - **Na pesca:** Se sim, por quê trabalham juntos? Explicar como acontece? Se não, pq?
  - **Na coleta:** Se sim, por quê trabalham juntos? Explicar como acontece? Se não, pq?
  - **Na caça:** Se sim, por quê trabalham juntos? Explicar como acontece? Se não, pq?
7. Na igreja existem atividades que realizam juntos?
  - Se sim, porquê? Quais? E como desenvolvem os trabalhos?
  - Se não, porquê?
8. Ocorre a troca de algum equipamento de trabalho com vizinhos ou parentes?
  - Se sim, porquê? Quais? E como acontece a troca?
  - Se não, porquê?
9. Utilizam algum equipamento comunitário<sup>17</sup> em grupo?
  - Se sim, Quais? Porquê? E como utilizam o equipamento?
  - Se não porquê não utilizam?

---

<sup>16</sup> Roçado, no processo da farinha, na pesca, na caça, na coleta de produtos, e outros.

<sup>17</sup> Casa de farinha, motor de cevar mandioca e outros.

10. O lazer<sup>18</sup> na comunidade é realizado todos juntos?
  - Se sim, quais? Porquê? E como ocorre?
  - Se não porquê não realizam o lazer em grupo?
11. Em caso de doença, os comunitários se ajudam uns aos outros?
  - Se sim, quem se ajudam? Somente os parentes? Somente os vizinhos? Todos se ajudam? E porquê?
  - Se não, por quê?
12. Os homens da comunidade, realizam atividades juntos?
  - Se sim, Quais? Por quê? E como acontece cada uma?
  - Se não, porquê?
13. As mulheres da comunidade, desenvolvem atividades juntas?
  - Se sim, Quais? Por quê? E como acontece cada uma?
  - Se não, porquê?
14. As crianças desenvolvem atividades juntas?
  - Se sim, Quais? Por quê? E como acontece cada uma?
  - Se não, porquê?
15. Em caso de acidente com alguma família, o restante da comunidade ajuda?
16. Participam de alguma associação na comunidade? Se sim, quais? Se não porquê?
17. Os comunitários auxiliam os líderes da comunidade? Sim ou não? Porquê e como?
18. O que é ajuda mútua?
19. Os comunitários se ajudam mutuamente?

---

<sup>18</sup> Futebol e outros.